

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

João Victor Borri de Oliveira

**“Ser homem é respeitar para ser respeitado”: os sentidos da
guerra, respeito e masculinidades entre jovens em
cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.**

São Carlos – SP

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato João Victor Borri de Oliveira, realizada em 26/06/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Luana Dias Motta (UFSCar)

Profa. Dra. Carolina Christoph Grillo (UFF)

Profa. Dra. Marina Medan (UNSAM)

Prof. Dr. Jorge Leite Junior (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

João Victor Borri de Oliveira

“Ser homem é respeitar para ser respeitado”: os sentidos da guerra, respeito e masculinidades entre jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia para obtenção do título de Mestre em Sociologia, em São Carlos, 26 de junho de 2025.

Orientação: Prof.^a. Dr.^a. Luana Dias Motta

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)
[Código de Financiamento 001]
[Processo: 88887.831147/2023-00]

Para todos os jovens com quem pude conversar, trocar e
muito aprender. Sigo torcendo por todos vocês.

Sou da favela 'tou aqui, Sabotage
Tem certos lugar, ligeiro criminalidade
Eu tô de pé, bum, não arrisco o pescoço, é
Da desgosto porque aqui não tem socorro

É impressionante, é tipo pirituba na mirante
Não sou chinês, às vezes fumei, sou fumante
Um câncer da sul, humildade é minha lei
Aqui Sabotage não é viagem, o que sei?

Então vai faz sei que Jesus é a luz
A humildade é que conduz pra que o rap reproduz
O crime que não é creme, eu faço parte também
Cada lugar um lugar, cada lugar uma lei, ok?
Só não dever para ninguém, porém, eu sei
Respeito pra quem tem, pra quem tem, pra quem tem...

Respeito é pra quem tem...
(Brooklin meu filho quase tem criminalidade) Respeito é pra quem tem...
(Meus truta curte rap é o som) Respeito é pra quem tem...
(Escuta, pois Deus dá o tom) Respeito é pra quem tem...
Tem que ser pra vencer

Respeito é pra quem tem, RZO e Sabotage

Agradecimentos

O dia da defesa desta dissertação será um marco que encerra e começa mais uma parte da minha trajetória na Universidade Federal de São Carlos, que já dura oito anos. Essa universidade me abriu portas, me fez criar relações, me apresentou novos ares, me ensinou e me ajudou a criar um sentido para a vida profissional e pessoal. Fazer um mestrado e escrever uma dissertação não é uma tarefa fácil, e em todo seu período diversas pessoas me marcaram. Sem essas pessoas, esse texto não ganharia vida e provavelmente não sairia das primeiras páginas. Escrevo em um sábado, às dez da noite, esses agradecimentos, e relembro uma trajetória de dois anos e meio repleta de pessoas muito generosas.

Sem meus pais, nada disso teria sido possível. No dia da defesa, não celebrarei uma conquista minha, mas nossa. Ter vocês ao meu lado, todos os dias, torcendo por cada passo, acolhendo cada tropeço, é um presente que não tem preço. Sou grato por tudo, pelos conselhos sábios e pelos puxões de orelha que despertaram meu senso e me fizeram acordar; pelos jantares tranquilos e os cafés da manhã de sábado que aqueciam minha alma em meio ao turbilhão acadêmico; pelo afeto que me recebia nas voltas das muitas viagens, pela partilha dos dias caóticos ou serenos. Agradeço por cada esforço, cada centavo, cada renúncia feita no caminho da minha graduação e do meu mestrado. E, junto a isso, agradeço ao amor doce que floresce em minha irmã e em nossa pequena Maria Clara. Ela é o espelho vivo da nossa família: intensa, inquieta e sonhadora. Nunca vou esquecer o dia em que me disse, com brilho nos olhos, que queria ser socióloga como eu. Foi fofo demais, embora eu tenha desencorajado a escolha. Ajudá-la com a lição de casa, mesmo quando ela resmunga sobre o tamanho do cabeçalho, tornou-se uma das minhas maiores alegrias, meu respiro em meio à tempestade. Acima de tudo e das ajudas financeiras, agradeço por acreditarem em mim quando nem eu acreditava. Por me encorajarem a viver a vida. Ter vocês é ter um porto seguro, é saber que, aconteça o que acontecer, estaremos juntos e isso basta.

Agradeço a Exu. Exu é minha razão, é a terra que piso, o ar que respiro e a ansiedade que me ataca. É ele quem abre meus caminhos quando o horizonte se estreita, quem me ensina que todo começo carrega em si um fim, e vice-versa. Exu é movimento, é palavra

lançada no vento e resposta que ecoa no tempo. É a gargalhada no meio da dor, o tropeço que vira dança, o caos que revela ordem e autoridade. É nas encruzilhadas da vida que me encontro com ele, meu homem, meu mestre de travessias, senhor dos atalhos e guardião dos meus silêncios e medos mais profundos e angustiantes. É a ele que entrego o que me inquieta e minha coragem, meus pedidos e minha gratidão. Porque onde há Exu, há caminho. E onde há caminho, há vida. Laroyê!

Outra pessoa importante, quiçá uma das mais importantes, é Luana Motta. Afirmo com precisão que, sem Luana nada disso teria acontecido. Luana me ensinou muitas coisas para a vida pessoal e para a vida acadêmica. Às vezes fico até envergonhado por tamanha admiração que tenho por ela. Uma socióloga brilhante, companhia para boa conversa, seja para discutir teoria ou fofocas banais da vida e da internet. É quem me ensinou a fazer pesquisa de forma ética, pensar sociologicamente e aproveitar o caminho. E é a pessoa que faz o melhor mojito que eu já tomei. Me apresentou pessoas, mundos, caminhos. Me deu dicas do que fazer no melhor lugar do mundo: Belo Horizonte. Me deu direcionamentos e me encorajou a fazer tudo que a vida acadêmica pode me oferecer: publicar artigos, ir a eventos, apresentar trabalhos e sempre tomar uma cerveja ao fim das reuniões – por mais que ela não curta muito cerveja. Acima de tudo, foi Luana quem acreditou em mim e no meu trabalho desde a primeira vez que conversamos. Confiou, orientou, apontou rumos. Foi firme e dura sem ser grosseira, exigente sem jamais soltar minha mão. Uma orientadora no sentido mais bonito da palavra: aquela que caminha junto, que observa o trajeto, mas também ensina a olhar e encoraja sempre a ir para frente. Se hoje sigo um pouco mais seguro, mais inquieto e mais curioso, é porque aprendi com ela. E essa aprendizagem vai além das páginas, ela fica em mim como parte do que sou e do que ainda serei. Lu, você é uma inspiração, e desejo do fundo do meu coração que nossa parceria (que é bonita demais) dure por muito mais tempo. Que a vida nos permita trabalhar muito juntos e compartilhar bons momentos. Vida longa a você e ao seu modo de orientar, que sai dos muros da academia.

E por falar em Luana, agradeço ao NaMargem. Não posso esquecer desse espaço tão plural, acolhedor e instigante. O lugar onde podemos falar, experimentar, pensar alto e fazer ecoar coisas que estão na nossa cabeça. Eu me orgulho demais de fazer parte desse grupo e das nossas boas conversas de sexta-feira. Agradeço nesse momento a meus colegas de

grupo de pesquisa e orientação. Matheus Martins, Nayara Demari, Luiz Gustavo, Thalia Marques, Pedro Henrique, Maria Eugênia, João Pedro e Julia Chacon. Agradeço também à “velha guarda”, que esteve comigo durante parte desse tempo e que aos poucos foi se espalhando pelo mundo: Carolina Hummel, Juliana Alcântara, Nicolau Musa e Caroline Mariotti. Agradeço a todos vocês pelo companheirismo, por cada cerveja e, acima de tudo, por cada comentário atencioso e crítico em meus textos, projetos e sumários. Estendo esses agradecimentos a Felipe Ojalvo, intercambista que ficou conosco nos últimos meses, quando essa dissertação estava sendo escrita, agradeço também por seus comentários já na versão mais final.

Esses agradecimentos também se estendem a todos os colegas e companheiros do NaMargem, com quem tenho o prazer de tocar o programa de rádio Às Margens da Cidade. Nosso programa é um verdadeiro luxo, feito com afeto, escuta e uma competência que é toda nossa. Estar ao lado de vocês, nessa empreitada sonora, sociológica e política, é motivo de alegria e orgulho.

Aos professores que me ensinam, sou extremamente grato: Jacob Lima, Maria Aparecida Moraes, Luana Motta, Fabio Sanchez, Felipe Rangel, Aline Pires, Rodrigo Martins, Luci Oliveira, Marina Medan, César Barreira e Jérôme Tadie. Vocês me inspiram a seguir esse caminho, e me inspiraram em cada anotação silenciosa durante nossas aulas e em cada pergunta que ficou ecoando depois do término da aula. Foi no olhar atento, nas críticas certeiras e na generosidade das aulas que encontrei parte da coragem de seguir na vida acadêmica. Cada aula, cada leitura indicada e cada provocação feita em sala me construiu.

Por partes do Brasil, levei a palavra do meu trabalho, do gênero e do crime. Pude conversar com referências e ter comentários valiosos para as páginas seguintes.

Pelas ruas de Belo Horizonte e das mineirices mais simpáticas, agradeço a Natália Lago (UNICAMP, UNIRIO), Roberto Efrem Filho (UFPB), Vanessa Sander (UFMG), Karina Biondi (UEMA) e Camila Prando (UnB), por acolherem meu trabalho e o de Matheus Martins na Reunião Brasileira de Antropologia (2024). Um GT instigante, afetuoso e generoso, onde a escuta virou se desdobrou de alguma forma nessas páginas. Uma interlocução potente e viva que levo comigo, desejando que se desdobre por muitas e muitas outras reuniões e mundos por aí.

Estendo esses agradecimentos a Bryan Henrique e Matheus Martins, companheiros de caminhada e de profissão, que dividiram comigo Belo Horizonte em sua forma mais plena: entre cachaças, tropeiros e botecos com alma e risadas sem hora para acabar. Foi uma viagem incrível, não apenas pelos sabores da comida e da cachaça boa, mas pelo sabor da companhia, das conversas atravessadas de afeto e da amizade que só o café mineiro sabe proporcionar. Teve pão de queijo, teve cheque mate e teve fofoca. Apelidos surgiram e memórias foram criadas. Viva o “triozinho de BH”. Esses dias em Belo Horizonte não foram só um evento acadêmico: foram vivências, risadas e maluquices. E por isso agradeço por cada passo dado ali, por cada mesa compartilhada e por cada ideia trocada.

Por Florianópolis, a ilha da magia, que me acolheu entre o frio e a chuva, deixo minha gratidão a Juliana Vinuto (UFF) e Alessandra Teixeira (UFABC). Foram elas que abriram espaço para minha comunicação oral em um dos GTs do Fazendo Gênero (2024), e, com generosidade e rigor, ofereceram comentários tão precisos quanto preciosos. Ju e Alessandra, de algum modo, também habitam estas páginas. Seus olhares atentos e suas palavras ecoam no que escrevo, ajudando a afiar ideias e ampliar horizontes. Desejo reencontrá-las em muitos outros eventos, mesas, corredores de congressos e lugares por aí.

Estendo esses agradecimentos a Nayara Demari. Foi ela quem topou comigo uma viagem de inúmeras horas até Florianópolis de ônibus. Dividimos um pouco de tudo, das impressões da cidade, do Airbnb que ficamos e das risadas criadas com a “ninfa das águas”. É um prazer dividir a vida acadêmica e não acadêmica com você, meu amor.

Em Sorocaba, minha gratidão se volta a todo o comitê científico da Rede de Pesquisa em Juventudes, que acolheu meu trabalho e o incluiu na programação do Simpósio de Juventudes (2024). Foi um gesto que me deixou profundamente feliz. Agradeço, em especial, a Leandro Pinheiro (UFRGS), que, mesmo diante de uma versão ainda inicial da pesquisa, mergulhou no debate com generosidade e precisão. Suas observações foram faróis que apontaram caminhos, abriram possibilidades, e me ajudaram a enxergar além dos horizontes traçados na graduação. Leandro se faz presente nestas páginas, nos rastros sutis de cada reflexão amadurecida, na coragem de expandir o pensamento.

Estendo também meus agradecimentos às companheiras de viagem Luana Motta e Aline Pires. Mais que professoras admiráveis, foram companhias durante o evento. Entre risos, conversas e muitas anotações, enfrentamos juntos o ar-condicionado glacial – a verdadeira Sibéria – do auditório da UFSCar Sorocaba. A convivência com elas fez de cada instante algo agradável: os cafés da manhã partilhados com calma, os almoços apressados, os jantares saborosos e os drinks celebrativos se tornaram mais saborosos e mais alegres. Foi na companhia delas que a viagem se tornou melhor que o esperado.

Em Campinas, ou melhor, em Barão, dirijo minha gratidão a Mylene Mizrahi (PUC Rio) e João Batista Bittencourt (UFAL), que acolheram meu trabalho em um dos GTs da ANPOCS (2024). Mylene, em especial, com olhar atento, mostrou-me que um texto que, à primeira vista, não tratava de masculinidades (mas de vida e morte) podia, sim, ser reenquadrado a partir de uma perspectiva de gênero. Sua escuta e suas palavras foram produtivas, quase cirúrgicas, e abriram caminhos que eu ainda não havia ousado percorrer. Agradeço profundamente por essa intervenção sensível, que permanece comigo e, de alguma forma, também se inscreve nestas páginas.

Estendo ainda meus agradecimentos à Fernanda Miranda e Bryan Henrique, que compartilharam comigo momentos de companhia e troca na Unicamp. A presença rápida de ambos foi um sopro gentil. Agradeço também, com carinho, à Luana Motta – novamente presente – pelos almoços e cafés em que conversávamos sobre tudo: a vida, o trabalho, os sonhos, as dúvidas. Por fim, meu reconhecimento a Felipe Rangel e Jacob Lima, cuja companhia durante a viagem tornou o caminho mais leve, mais vivo, mais cheio de boas conversas.

Por Belém, a cidade das águas e dos encantos, agradeço à coordenação geral do Sociólogos do Futuro por acolherem meu pôster no Congresso Brasileiro de Sociologia (2023). Foi minha primeira travessia em um evento acadêmico e confesso que essa porta se abriu com chave de ouro. Entre cheiros e brisas úmidas, e os vários sabores e paisagens, descobri ali não só um congresso, mas uma experiência que selou meu desejo de seguir na Sociologia. Belém foi batismo e impulso, e por isso, mora em mim como um marco.

Esses agradecimentos também se estendem a João Pedro Perin. Amigo de longa data, foi com ele que compartilhei não apenas a jornada até Belém, partindo da mesma cidade e

do mesmo aeroporto. Viajamos juntos e juntos vivemos tudo. Nosso laço, que já era forte, se fez ainda mais profundo nas andanças por aquela cidade. Foi ao lado dele que experimentei os célebres sorvetes Cairu, que contemplei o mangal das Garças e que me delíciei com o sabor único do arroz de pato.

“Em Campinas”, mas em São Carlos, agradeço a Ana Beraldo de Carvalho (Science Po Paris) e Marcos Lopes Campos (CEBRAP) por acolherem meu trabalho na programação de um dos SPGs virtuais da ANPOCS (2023). Naquele momento, a pesquisa ainda engatinhava, com contornos indefinidos e muitas perguntas por fazer. Mas os comentários que recebi foram como mãos cuidadosas, ajudando a dar forma e densidade ao que antes era apenas esboço. Ana e Marcos, com generosidade e afeto, ofereceram sugestões, caminhos possíveis e ideias férteis. Por isso, também habitam estas páginas em cada linha amadurecida pela escuta atenta e pelo encontro.

Em São Carlos, agradeço também a Felipe Rangel (UFSCar) e Eugênia Cozzi (UNR), que generosamente debateram a primeira versão do meu projeto durante o workshop interno “Mercados Ilegais e Economias Populares: um diálogo crítico”. Em meio às inquietações da transição entre a graduação e o mestrado, recebi deles escuta atenta e sugestões valiosas sobre como afinar e enquadrar melhor meu problema de pesquisa. Suas palavras foram bússolas num momento de incerteza e, por isso, Felipe e Euge atravessam estas páginas de forma viva.

Agradeço, com profunda admiração e alegria no peito, a Carolina Grillo (UFF) e Marina Medan (UNSAM), que leram com generosidade e atenção versões preliminares deste trabalho durante a banca de qualificação. Duas pesquisadoras incríveis, referências e que leram meu trabalho com seriedade e dispostas a pensar junto. Vocês são inspiradoras! Aquela quarta-feira marcou profundamente o caminho que estas páginas viriam a trilhar. Suas leituras minuciosas, críticas bem colocadas, sugestões e apontamentos sobre o que ainda era nebuloso, foram fundamentais para o amadurecimento das análises, das categorias e dos próprios achados da pesquisa. Essa interlocução valiosa se prolonga e se fortalece na composição da banca de defesa, que, junto a essas pesquisadoras que tanto me inspiram, conta também com Jorge Leite Júnior, referência dos estudos de sexualidade

e gênero, professor da UFSCar que em um evento interno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar comentou parte de meu trabalho já quase em versões finais.

Minha vida em São Carlos, desde os tempos da graduação até os dias de hoje, foi sendo tecida por amizades profundas e relações valiosas. E, entre todas elas, Luiza Giacon é, sem dúvida, a presença mais constante e luminosa. Com Luiza, aprendi e continuo aprendendo que, sim, tudo que está ruim pode piorar... mas que cabe a nós decidirmos se deixamos o caos nos engolir ou se dançamos com ele. Ela me acolhe, me ensina, me acalma e, sobretudo, acredita em mim até quando eu mesmo duvido. Foi com ela que fui à minha primeira festa de república, ao primeiro (de muitos) jogos universitários, às primeiras vezes de tantas coisas que se tornaram memória bonita. Brincamos que somos irmãos e talvez sejamos mesmo: partilhamos famílias parecidas, gostos que se encontram e até a mesma terapeuta. Lulu, você é minha grande amiga, minha irmã de vida. Te amo demais! Soma-se a ela Gabriel Vilella, seu companheiro e grande amigo meu. Gab, você é a melhor pessoa para tomar cerveja em um bar ou em uma festa duvidosa, enquanto conta sobre aventuras até então desconhecidas por mim, tal como a famosa gemada crocante.

João Pedro Perin é outra face essencial de São Carlos. Um grande amigo e um sociólogo brilhante. Como não poderia deixar de ser, é alguém que sempre tem uma boa piada pronta para aliviar qualquer ambiente mais carregado. Nossa amizade já atravessa o tempo e as fases da vida; temos histórias de sobra para contar: fofocas divertidas, teorias debatidas, curiosidades compartilhadas e desacordos que nunca abalaram o afeto. Perin é presença que soma, que anima, que pensa junto. Te amo muito, Jota! Que você siga sempre por perto, na vida acadêmica, pessoal ou em qualquer caminho que a gente inventar de cruzar.

Nívea Peixoto, que já não está tão por perto, é uma das faces mais vibrantes da minha vida em São Carlos. Ela é, sem dúvida, a pessoa mais animada que conheço e, por isso mesmo, aquela que sempre me anima. Com Nívea, fui a festas, percorri os corredores da UFSCar e me aventurei pelos mais diversos departamentos, sempre com leveza e curiosidade. É ela quem mantém o grupo informado com as fofocas mais quentes e inesperadas, e quem protagoniza as histórias mais animadas, oferecendo entretenimento garantido e

espontâneo. Te amo, Nívea! Que você siga sendo essa presença presente e pujante na minha vida, mesmo quando a geografia nos distancia.

Larissa Fassa, gata garota de Sampa, é mais uma dessas presenças queridas que a geografia insiste em manter distante. Lari foi e é uma grande amiga de curso, alguém que escutou com atenção minhas angústias e minhas alegrias por tanto tempo, que se tornou parte da minha própria trajetória. Nas festas universitárias de São Carlos, dividimos bebidas peculiares e muitas risadas. Mesmo com a distância, seguimos trocando dicas de promoções imperdíveis, cuidados com a pele e pontas de estoque escondidas por aí. Te amo, Larissinha! Você é um pedacinho meu que vive em São Paulo, mas que faz uma falta imensa aqui em São Carlos.

Júlia Valentie e Marina Fernandes são companheiras de curso e de vida, daquelas que, mesmo distantes no mapa, seguem perto no coração. A saudade de vocês é imensa, das conversas que atravessavam tudo, das risadas leves, dos almoços, cervejas, drinks e dos silêncios compartilhados. Vocês fazem falta, mas seguem vivas em mim, em lembranças e em afeto.

Agradeço com carinho aos meus colegas de turma do ano de 2023, tanto do mestrado quanto do doutorado. Também agradeço aos colegas de outras turmas, com quem compartilhei trajetórias, atividades, experiências e afetos. Nayara Demari, Raíssa Rosado, Ana Paula Teixeira, Thalia Marques, Lucas Feltrin, Otávio Almeida, Henrique Forini, Fernanda Miranda, Éberton Costa, Janete Rosales, Bryan Henrique, Ellen Santos, Bruno César Pereira e Karina Sanitá: vocês foram presenças fundamentais não apenas durante as disciplinas, mas também fora delas. Foram amizades, apoio, parceria e respiro em meio à intensidade do percurso acadêmico. Minha gratidão a cada um e uma de vocês.

Agradeço à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia por tornarem viável esta pesquisa em sua dimensão material. Sem a bolsa de estudos, nada disso poderia ter sido realizado. Em um país onde lutamos constantemente pela legitimação da atividade científica como trabalho, ter sido remunerado para produzir conhecimento foi uma condição essencial. Reconheço, com gratidão e consciência, a importância desse apoio para que a pesquisa se concretizasse. Estendo também meus agradecimentos à Silmara Dionizio, Priscila Medeiros e André Ricardo: referências fundamentais no âmbito

institucional do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Em diferentes momentos, foram generosos ao sanar dúvidas, oferecer orientações e contribuir de forma decisiva na resolução de burocracias.

Por fim, mas de forma alguma menos importante, agradeço aos profissionais da Associação Caminhos Abertos, entidade que administra as medidas socioeducativas. Por razões éticas, não posso nomeá-los aqui, mas cada um de vocês sabe o papel fundamental que desempenhou neste percurso. Cada reunião, conversa informal ou incursão a campo foi um passo essencial para que esta pesquisa ganhasse profundidade e acontecesse. Vocês são profissionais impecáveis, que atuam com dedicação em uma luta urgente e necessária. Vida longa ao trabalho que vocês realizam, e a cada um de vocês. Espero sempre estar junto de todos em diferentes momentos.

Agradeço a João Pedro Perin, Luiza Giacon, Matheus Martins, Pedro Henrique e Bryan Henrique por terem lido e revisado partes desse texto já em estágio final.

E, para fechar com chave de ouro, agradeço aos *meninos* – como chamava no dia a dia os jovens que conheci e troquei ideias. Foram vocês as peças centrais deste quebra-cabeça, os rostos e vozes que deram sentido e forma a tudo o que aqui se apresenta. Deixaram marcas bonitas em mim, e é meu desejo mais sincero que eu também tenha deixado algo de bom em vocês. Soube, com o coração aquecido, que perguntavam por mim quando eu já não podia mais estar por perto. Isso, por si só, já é muito. Desejo vida longa a vocês – jovens pulsantes, sonhadores e potentes. Torço por cada um, com afeto e esperança de um mundo melhor e menos brutal.

Que todas as pessoas que marcaram essa trajetória, se sintam presentes e lembradas. Axé para todos e todas, e vamo que vamo! O show não pode parar!

Resumo

Os estudos que articularam masculinidades e criminalidade durante muito tempo, tiveram uma abordagem centrada na violência. Essa é uma dissertação que trata sobre masculinidades de jovens que estavam cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto, em uma instituição que se chama “Associação Caminhos Abertos” localizada em uma cidade no interior de São Paulo. E a junção entre crime e masculinidades não acontece pelo caminho da violência. Além disso, essa agenda, na qual me insiro, não teve muita continuidade na Sociologia, sendo assim, existem poucos estudos que levam em conta o crime e abordagens relacionadas à sexualidade e ao gênero, e conseqüentemente, as masculinidades. Sendo assim, essa dissertação se apresenta como uma possibilidade perante essa lacuna. Meu argumento, neste texto, é de que esses jovens vivem uma constante guerra em busca de respeito. A expressão guerra aparece como uma categoria analítica que permite sentido aos mais variados conflitos cotidianos que esses jovens estão inseridos ao buscarem respeito. Deste modo, a busca por respeito é uma das maneiras de interpretar o cotidiano desses jovens. Esse respeito, como demonstro no primeiro capítulo, possui dimensões materiais e simbólicas, em que ambas estão sempre interligadas. O aspecto material envolve aquilo que é tangível e presente no cotidiano, como roupas de marca, tênis e itens de grife ou acessórios. Já o aspecto simbólico diz respeito aos significados sociais e afetivos associados a esses elementos. O valor de algo, portanto, não está apenas no objeto em si, mas no que ele comunica ou representa. Essas dimensões estão sempre conectadas: na experiência desses jovens, o que é material carrega sentidos simbólicos, e o simbólico frequentemente se ancora em elementos materiais. No segundo capítulo, argumento que o mundo do crime (ou a “vida loka”) constitui uma das arenas possíveis de conquista de respeito. O crime se mostra como uma esfera não apenas por gerar renda, mas também por proporcionar pertencimento. Essa dinâmica se intensifica quando compreendemos o envolvimento com o crime como uma forma de trabalho infantil ou uma forma de ganhar a vida. Por fim, no terceiro capítulo, mostro que, por operar como um regime normativo, o crime e seu código de conduta, o proceder, se espalham para outros lugares. Isso permite observar a lógica da busca por respeito em diversas outras arenas da vida social desses jovens.

Palavras-chave: masculinidades, respeito, mundo do crime, guerra.

Abstract

The studies that have linked masculinities and criminality for a long time adopted an approach centered on violence. This dissertation discusses the masculinities of young men who were serving open-environment socio-educational measures at an institution called “Associação Caminhos Abertos” interior of São Paulo. However, the connection between crime and masculinities in this context does not occur through the path of violence. Furthermore, the academic agenda to which I contribute has not seen much continuity within Sociology. As a result, there are few studies that consider crime in relation to sexuality and gender approaches and, consequently, masculinities. Thus, this dissertation presents itself as a contribution to fill that gap. My argument in this text is that these young men live in a constant war in pursuit of respect. The term “war” appears here as an analytical category that gives meaning to the wide variety of everyday conflicts these young people experience while seeking respect. In this way, the pursuit of respect becomes one of the lenses through which we can interpret their daily lives. This respect, as I demonstrate in the first chapter, has both material and symbolic dimensions, which are always interconnected. The material aspect involves what is tangible and present in everyday life, such as brand-name clothing, sneakers, luxury items, or accessories. The symbolic aspect refers to the social and emotional meanings associated with these elements. The value of something, therefore, lies not only in the object itself but in what it communicates or represents. These dimensions are always connected: in the experience of these young men, material objects carry symbolic meanings, and symbolic aspects are often anchored in material elements. In the second chapter, I argue that the world of crime (or the “*vida loka*”) constitutes one of the possible arenas for earning respect. Crime appears not only as a means of generating income but also as a source of belonging. This dynamic intensifies when we understand involvement in crime as a form of child labor or a way of making a living. Finally, in the third chapter, I show that crime and its code of conduct—*o proceder*—operate as a normative regime that spreads into other spaces. This allows us to observe the logic of the pursuit of respect across various other arenas of these young men’s social lives.

Keywords: masculinities, respect, criminal world, war.

Sumário

APRESENTAÇÃO	16
<u>A CONSTRUÇÃO DE UM ENQUADRAMENTO TEÓRICO-ANALÍTICO SOBRE GUERRA, MASCULINIDADES E RESPEITO</u>	<u>20</u>
A ENTRADA EM CAMPO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ROTINAS	37
REFLEXÕES METODOLÓGICAS	39
ADVERTÊNCIA: DANÇANDO COM A DIFERENÇA E A CENTRALIDADE DA SEXUALIDADE	40
SAINDO DO ARMÁRIO OU FICANDO NA CRISTALEIRA?	41
1. <u>RESPEITO, DIGNIDADE E CONSUMO: A DIMENSÃO MATERIAL E SIMBÓLICA</u>	<u>51</u>
APRESENTAÇÃO	51
O BAILE	52
COISAS QUE OS ADORNAM E SUAS (I)MATERIALIDADES	55
A MULHER COMO PARTE DO HOMEM	62
O MATERIAL E O SIMBÓLICO	65
2. <u>QUANDO A VIDA NO CRIME SE TORNA PLAUSÍVEL?</u>	<u>69</u>
APRESENTAÇÃO	69
A VIDA NO CRIME NÃO É FÁCIL, ME EXPLICARAM LEOZINHO E CLEITON.	70
POR QUE O CRIME É PLAUSÍVEL?	80
O PROCEDER	89
3. <u>SE O CRIME NÃO É TUDO, O QUE MAIS IMPORTA?</u>	<u>100</u>
APRESENTAÇÃO	100
O RESPEITO EM RELACIONAMENTOS AFETIVOS E AMOROSOS	101
O RESPEITO COM AS MÃES	107
O RESPEITO COM OS AMIGOS	113
O RESPEITO DENTRO E FORA DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	117
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS: CAMINHANDO CONTRA O VENTO, SEM LENÇO SEM DOCUMENTO</u>	<u>124</u>
BIBLIOGRAFIA	130

Apresentação

Essa dissertação explora as masculinidades de jovens que cumpriam medidas socioeducativas em meio aberto em uma cidade do interior de São Paulo. Sendo assim, é uma proposta que visa articular elementos sobre os debates de gênero e da sexualidade ao campo dos estudos sobre o crime. Meu objetivo na pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, foi compreender quais expressões de masculinidades eram centrais e comuns nas performances e interações de jovens que estavam inscritos no mercado de drogas ilegalizadas e cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto. Ao entender esses jovens como agentes e não como produtos de uma estrutura que os obriga a ter uma violência exacerbada, proponho deslocar o olhar da masculinidade única, para sua multiplicidade de expressões (THURLER; MEDRADO, 2020). São performances que oscilam, desta forma, ao invés de tratar a masculinidade como um bloco monolítico associado ao poder de fogo (ZALUAR, 2000), busco compreendê-la como compostas por diversas expressões e condutas que são mobilizadas para dar sentido à vida sob condições de precariedade (BARROS, 2020a, 2024). Argumento então que esses jovens produzem masculinidades situadas, plurais e marcadas pela vida como uma **guerra constante na busca por respeito**. Escutá-los com atenção e sensibilidade etnográfica foi essencial para romper com a narrativa hegemônica que insiste em enquadrá-los apenas como portadores de uma única masculinidade, fato que vem sendo empreendido por outros pesquisadores, que ao irem realizar suas pesquisas de campo, encontram muitas outras expressões da masculinidade que estão para além do “ethos guerreiro” de Zaluar¹ (BAIRD, 2018; BARROS, 2020a, 2024; BELUSSO, 2021; PIMENTA, 2014).

O produto dessa pesquisa, e o que guia essa dissertação, inspirado nas contribuições de Daniel Hirata e Carolina Grillo (2019) e Leonardo Sá (2010), é a construção analítica de uma noção de guerra. Essa guerra não se apresenta como um conflito abstrato, mas como uma experiência encarnada e embebida no cotidiano (DAS,

¹ A noção de ethos guerreiro será mais bem explorada na próxima seção desta introdução.

2020; PIEROBON, 2018) que é concreta e que atravessa os corpos, as escolhas, os desejos e os cálculos desses jovens. Compreendo, assim, que a vida desses jovens é marcada por uma **luta permanente na busca pelo respeito**, onde cada passo exige estratégia, expertises, atenções e habilidades. Empreendo a expressão “guerra” como uma chave analítica capaz de conferir inteligibilidade às múltiplas estratégias com as quais esses jovens precisam negociar para continuar vivendo.

Ao encontro do pensamento de Hirata e Grillo (2019) e Sá (2010), compreendo a guerra a partir das percepções, enunciações e performances que, ao relatarem seu cotidiano, expressam suas vidas como guerra. Não estou falando do ponto de vista do Estado, como aquela guerra a que se referem às mães que perderam seus filhos por letalidade policial (OTA, 2019; VIANNA; FARIAS, 2011). A guerra aqui é a guerra encarada a partir do cotidiano desses jovens que estão buscando por respeito (BOURGOIS, 2010). Em diferentes arenas podemos observar essa busca pelo respeito, e uma das arenas possíveis é “vida loka”² ou o “mundo do crime” (FELTRAN; MISSE, 2024). Entretanto, essa busca por respeito, se espraia para além da “vida loka”. Vale ressaltar que esses jovens que vivem a guerra em busca de respeito, estão sobrevivendo na adversidade (HIRATA, 2010) e estão à margem dos mais variados privilégios sociais (BARROS, 2024). Por este motivo, perceber a vida enquanto uma guerra constante, é equivalente a dar inteligibilidade às relações sociais a partir dos mais variados conflitos do cotidiano (HIRATA, 2010; MOTTA, 2017), e por este motivo, a guerra é uma relação social (HIRATA; GRILLO, 2019) e uma forma de sobreviver. Sendo assim, ao longo dessa dissertação, compreenderemos que é a guerra uma maneira possível de compreender a realidade social desses jovens.

Para viver a guerra cotidiana em busca de respeito, esses jovens constroem gênero (SCOTT, 1995, 2021). É através das masculinidades (CONNELL, 1995) que eles se posicionam e atuam em meio aos conflitos que atravessam suas vidas. Suas performances de masculinidades, revelam que a experiência da guerra é profundamente atravessada pelas vivências de gênero. Dizer que os jovens vivem a guerra enquanto constroem gênero

² A “vida loka”, para Paulo Malvasi (2012), corresponde a uma síntese de figurações e considerações acerca do tráfico de drogas, das adversidades e da vida nas quebradas. Desta forma, “vida loka” é uma expressão de sentidos variados nesse contexto. Por exemplo, quem está no crime é “vida loka”, da mesma forma, que moradores de periferias urbanas que sobrevivem na adversidade também compartilham dessa “vida loka”.

é apoiar-se na perspectiva de Connell, que atribui centralidade às masculinidades como práticas. Para Connell (1995) e Connell e Messerschmidt (1993), as masculinidades são construídas de forma relacional, situadas historicamente e moldadas pelas exigências cotidianas e práticas. Sendo assim, me filio a essa perspectiva e compreendo, neste trabalho, que a masculinidade deixa de ser apenas uma identidade atribuída e passa a operar como uma tática de reconhecimento, pertencimento e, acima de tudo, de sobrevivência. Ao viverem a guerra, esses jovens produzem o gênero.

Essa guerra se expande e infiltra nos lares, nas escolas, nas abordagens policiais, nos relacionamentos afetivos, nas interações com as mães, nos olhares desconfiados e nas disputas por prestígio que atravessam os gestos mais banais do cotidiano. Como me disseram os jovens: *ser homem é respeitar para ser respeitado*³. E é essa frase que sintetiza uma lógica potente que atravessa suas experiências e revela que, neste contexto, a masculinidade está intrinsecamente ligada à dignidade pessoal. Nesse modelo, ser homem é ser capaz de se posicionar com dignidade diante dos outros, exigindo respeito e estabelecendo relações baseadas em reconhecimento mútuo. No entanto, essa concepção também carrega uma tensão: embora valorize o respeito como princípio ético, ela sugere uma lógica condicional, logo, o respeito só é garantido a quem também respeita. A partir disso, compreendo que a **masculinidade se constitui como uma linguagem e uma prática que estrutura a maneira como esses sujeitos se movem pelo mundo e respondem a ele, sempre em busca de respeito e dignidade.**

As primeiras interpretações acerca da masculinidade, em conjunto aos estudos sobre crime e violência, compreendiam que esses jovens eram portadores de uma espécie de hipermasculinidade guerreira, movida pelo poder de fogo e pela violência exacerbada. Essa é uma interpretação provinda dos estudos de Zaluar (2000) na cidade de Deus, no Rio de Janeiro, e influenciou uma série de pesquisas no campo por sua originalidade e rigor em dialogar com os estudos de gênero e os estudos da sociologia da violência e da criminalidade. A autora evidenciou, uma correlação entre o tráfico e a produção de um estilo viril entre os jovens oriundos de classes populares. A materialidade dessa correlação

³ Neste texto, expressões em itálico são êmicas, expressões entre aspas são conceitos e referências.

é o chamado “ethos guerreiro”. Esse “ethos guerreiro” funcionava como uma espécie de autoafirmação do orgulho masculino.

A posse das armas de fogo em sua composição fálica – a máquina – e a disposição para resolução de conflitos por meio da violência, seriam as características que deixavam clara a transição definitiva da infância para a vida adulta, que, por sua vez, corporificavam o “ethos guerreiro”. Essa interpretação, para mim, apresenta dois problemas. O primeiro é que ela compreende a juventude (no singular) como uma camada homogênea. O segundo, que é decorrência do primeiro, é que ela cola, masculinidade (no singular) e violência. A interpretação de Zaluar opera com a juventude como uma camada homogênea, o que faz com que masculinidade e violência fiquem fundidas. Só existiria um tipo de masculinidade: a violenta. Sendo assim, os jovens de classes populares, por conta das arbitrariedades, ativavam um modo de vida e comportamento violentos, fazendo com que a virilidade fosse sua máxima expressão e o poder de fogo seu atributo principal. Nesse caso, a juventude se torna um problema e um risco (CUERVO; MIRANDA, 2023; MOTTA, 2017): um problema por conta da potencial delinquência e ameaça, um risco associado ao medo constante das pessoas que é depositado em tipo social específico: o jovem das camadas populares urbanas e racializado (FOUCAULT, 2008a).

Nessa dissertação, meu intuito é sair dessa interpretação que vincula masculinidade e violência. Para driblar esse problema, compreendo esses jovens como agentes ativos e constantes de suas decisões e de suas próprias trajetórias de vida, que vivem, sobretudo, em busca de respeito (BOURGOIS, 2010). Para isso, me inspiro em uma perspectiva que entende as experiências juvenis e o crime não como resultado de carências (financeiras, de perspectiva, de experiência, de Estado, de visões de mundo), mas como fenômenos sociais ativos. Nessa abordagem, a juventude não é compreendida biologicamente, mas como uma categoria social, cultural e politicamente construída (ABRAMO, 1997; PAIS, 1990; PERALVA, 1997). Assim como outras fases da vida, juventude emerge como uma categoria essencial para compreender as dinâmicas sociais⁴, exigindo

⁴ Nesse sentido, aceito a proposta pontuada por Pais (1990) que defende a ideia de reconstruir a juventude enquanto objeto sociológico, tentando enxergar suas especificidades, e não uma ampla categoria uniforme que compartilha dos mesmos valores.

um olhar sociológico que a desnaturalize, como bem aponta uma consolidada literatura (CORROCHANO; SOUZA; ABRAMO, 2019; GROPPPO, 2016; KOERICH, 2018; MEDAN, 2014a; MOTTA; PIRES, 2024; SEVERO; WELLER; ARAÚJO, 2021). O crime, por sua vez, não é analisado pela ausência de Estado ou recursos econômicos, evitando assim uma abordagem jurídica ou acusatória das práticas criminais, conforme argumentam Aquino e Hirata (2018, p. 107): “para os estudos sobre criminalidade essa dimensão produtiva nos parece especialmente importante e reveladora. Essa abordagem, de certa forma, é constitutiva da descrição etnográfica, mas também encontra proximidade com a analítica do poder em Foucault (1988) especialmente em sua crítica da hipótese repressiva”. Deste modo, me interessa, nesse tipo de abordagem, observar o que o crime produz em termos efetivos, e não suas ausências, bem como as mais variadas etnografias sobre crime (CRUZ SILVA, 2017; FELTRAN, 2008; FELTRAN; MISSE, 2024; GRILLO, 2013; HIRATA, 2010; KESSLER, 2010; MALVASI, 2011; MOTTA et al., 2022; NERI, 2009; RODRIGUES, 2020; SÁ, 2010, 2011) já fizeram tal exercício.

A construção de um enquadramento teórico-analítico sobre guerra, masculinidades e respeito

Para explicitar a relação entre masculinidades e a guerra na busca pelo respeito, é importante compreender o que são masculinidades. As primeiras interpretações dos estudos de gênero se basearam exclusivamente nas mulheres (PELÚCIO, 2021; PISCITELLI, 1998), partindo das preocupações feministas acerca da subordinação feminina. Os homens e as masculinidades não eram fonte de preocupação (LYRA; MEDRADO, 2022; MEDRADO; LYRA, 2008). É a partir dos anos 70, que esse cenário começa a se modificar, com o surgimento dos men's studies em dois modelos, ou em conjunto com as perspectivas feministas, ou mobilizando uma matriz própria de análise. Entretanto, em seus dois formatos, esses estudos tinham grande filiação ao funcionalismo (CECCHETTO, 2004), por isso, deram muita importância ao paradigma dos papéis sexuais (SILVA; CHIARELLI, 2021), deixando de lado as práticas de gênero. A partir dos anos 80, no seio daquilo que Alexander (1987) empreendeu como o novo movimento

teórico⁵, surgiram estudos sobre masculinidades em uma matriz diferente: realmente estavam sendo investigadas as práticas de gênero dos homens (CONNELL, 2016a), afinal, “ao falarmos em masculinidade estamos falando de gênero de uma maneira específica” (CONNELL, 2003, p. 104).

Com base na crítica ao senso comum, que entende gênero como sendo a diferença entre homens e mulheres dada a binaridade dos sexos, Connell (1995) radicaliza o debate dizendo que a melhor forma de compreensão do gênero é olhá-lo a partir das relações sociais. Deste modo, o “gênero é uma maneira pela qual a prática social é ordenada” (CONNELL, 1995, p. 71). E ao falar em masculinidades, segundo o enquadramento de Connell, estamos falando sobre configurações de práticas de gênero⁶, logo, não sendo algo fixo ou biológico, mas um conjunto de práticas e normas que variam conforme tempo e espaço. A ideia expressa pelos men’s studies, que tomava a masculinidade como algo fixo e estável, cai por terra e empreende-se uma nova forma de olhar para esse fenômeno como algo não estático e histórico (CONNELL, 1995, 2000, 2016a).

Desta forma, masculinidade é “simultaneamente um lugar nas relações de gênero, as práticas através das quais homens e mulheres engajam aquele lugar de gênero, e os efeitos dessas práticas na experiência corporal, personalidade e cultura” (CONNELL, 1995, p. 71). Nessa discussão, Connell percebe que existem diferentes assimetrias e hierarquias entre as masculinidades (no plural), e constrói as noções de masculinidade hegemônica e masculinidades subordinadas. Não existe um modelo único de masculinidade que seja comum a todas as sociedades, uma vez que cada cultura atribui diferentes comportamentos e expectativas ao que significa ser homem. Entretanto, existe algo que é esperado, e a masculinidade hegemônica corporifica o que seria esse conjunto de

⁵ Visando mapear o debate entre as microteorias e as macroteorias –, debate fundante desde a construção da disciplina (sociologia) – o autor que escreve no fim da década de 80 observa que “a teoria sociológica vive um momento crucial” (Alexander, 1987, p. 1). Para Alexander, a unilateralidade de tradições micro e macro, ou seja, ação e estrutura, criou fissuras e entraves para essas próprias tradições e para os próprios sociólogos, e como produto, uma geração de novos sociólogos formulou um novo programa de trabalho que findasse o dilema buscando uma espécie de síntese entre as abordagens que enfatizavam ora o papel macrosocial das estruturas e ora o papel microssocial das interações.

⁶ Gênero para Connell corresponde a uma estrutura de relações e um conjunto de práticas. Desse pressuposto, a autora consegue elencar a maleabilidade das masculinidades, ou seja, qualquer que for o tipo de manifestação de masculinidade, por mais bem calcada que esteja culturalmente, ela não deixa de ser alvo de transformação.

características esperadas que as masculinidades teriam em todas as sociedades, logo, “a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível na prática [...] por nenhum homem, [e por este motivo] exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador”⁷ (ALEMEIDA, 1994, p. 164).

Os conceitos de Connell foram se transformando conforme esse campo de estudos foi crescendo, sobretudo, com as críticas acerca da noção de masculinidade hegemônica, fazendo com que a autora revisitasse alguns de seus textos (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Nessas transformações, a masculinidade hegemônica passa de um instrumento teórico, para um instrumento empírico que evita construções fixas, mostrando suas **multiplicidades** (BOTTON, 2022; CONNELL, 2000) e evidenciando a natureza relacional, situacional e histórica das masculinidades.

Vigoya (2018) nos alerta que, na América Latina, é comum cairmos na armadilha de explicar as masculinidades apenas a partir do machismo e da virilidade atribuídos aos homens latinos em relação às mulheres. Em contraponto, a autora propõe a noção de “cores da masculinidade”, para evidenciar a diversidade, as desigualdades e as variações internas das masculinidades. Com base nesse olhar, compreendo que essas masculinidades são moldadas por distintas relações sociais atravessadas por marcadores como classe, raça, gênero, território e idade (HENNING, 2015; PISCITELLI, 2008). É na interseção entre esses marcadores que os sentidos do que é ser homem se transformam, ganham espessura e abrem novos horizontes, relativizando qualquer ideia fixa de masculinidade. Nesse processo, ocorrem negociações, deslocamentos e reformulações dos marcadores sociais da diferença, conforme são mobilizados pelas experiências dos sujeitos que os carregam (MOUTINHO, 2014). Assim, neste trabalho, esses marcadores são compreendidos a partir da noção de “reciprocidades constitutivas”, proposta por Roberto Efrem Filho (2017, 2018). O autor demonstra, por essa noção, a articulação entre as estruturas sociais e as vivências individuais, ao ponto que os marcadores sociais da diferença se entrelaçam entre eles. As masculinidades desses jovens, portanto, entrelaçam-se a estratégias de afirmação, proteção e reconhecimento acionadas diante de

⁷ Nixton (2000) destaca que o modelo de masculinidade hegemônica impõe um alto custo àqueles que tentam reproduzi-lo em seus comportamentos, resultando em grande desgaste físico e emocional.

situações-limite e relações assimétricas. Em última instância, isso evidencia que as masculinidades se formam na intersecção entre diferentes marcadores sociais, sempre atravessadas por relações que estruturam os regimes de gênero (ALEMEIDA, 1994; CONNELL, 2000).

Por este motivo, é rentável, para este trabalho, tomar as masculinidades a partir da perspectiva de Connell (1995) e Vigoya (2018) ou seja, como sendo produtos das interações práticas e cotidianas em conjunto aos mais variados marcadores sociais da diferença, afinal, em conversas com os jovens que acompanhei, pude compreender, como eles performavam suas masculinidades e o que para eles significa ser homem, e essa significação é o título dessa dissertação: ser homem é respeitar para ser respeitado⁸. Essas relações cotidianas podem ser compreendidas de diversas formas, dependendo dos cenários em que esses sujeitos estão inseridos. Interessou-me, durante esta pesquisa, evidenciar compreender quais expressões de masculinidades eram centrais e comuns nas performances e interações desses jovens que estavam inscritos no mercado de drogas ilegalizadas e cumpriam medidas socioeducativas em meio aberto. E a resposta para isso, está na própria vida como guerra.

A ideia de que a vida é percebida como uma guerra tem muito a ver com a construção e com as performances das masculinidades. Por exemplo, os jovens envolvidos (SCHLITTLER, 2011) no mundo do crime ou que possuem algum tipo de relação com este, estão em um lugar onde a sobrevivência depende da performance de masculinidades que possuem relevância nesse ambiente (CUNHA, 2020; MESSERSCHMIDT, 1993). Sendo assim, as masculinidades que emergem nesse contexto muitas vezes são baseadas na busca pelo respeito (BOURGOIS, 2010; COZZI, 2018a). São masculinidades construídas para e na vida guerreira, exigindo que esses jovens estejam sempre atentos e prontos para o combate.

⁸ Nessa construção, “o que é ser homem?” ganha uma dimensão importante da ideia de experiência. Roberto Efrem Filho (2017), amparado em Brah (2006), afirma que a “experiência” é uma categoria chave para o feminismo (e consequentemente para os estudos de sexualidade e gênero). Essa dimensão não deve ser tomada como algo a posteriori da pessoa, pelo contrário, é o próprio lugar onde se dá sua formação. Aqui é interessante fazer referência a Thompson (1987), que argumenta que as pessoas de determinada classe social compartilham experiências históricas e sociais que influenciam sua identidade coletiva e suas ações. Compreendo, assim, que o que é ser homem para esses jovens está totalmente enraizado em suas vivências ordinárias.

Até este momento do texto, não descrevi as masculinidades que emergem nesse contexto como violentas ou providas de uma sensação de revolta. Minha abordagem tem sido a de compreender como elas se constroem e são performadas em uma lógica de guerra, marcada por disputas pelo respeito. No entanto, é fundamental avançar nessa reflexão, explorando essas noções já criadas acerca da violência e da sensação de revolta que essas masculinidades podem assumir, ora como uma característica dos sujeitos, ora como uma resposta a condições sociais, históricas e políticas específicas. Alba Zaluar (2000), em 1985 deu sentido a inquietações parecidas com as que guiam esse texto. Alba Zaluar, sem dúvidas, é uma grande etnógrafa e nos ensina muito. Na Cidade de Deus (RJ), a antropóloga constatou a grande variedade de tensões que promovem distanciamentos e aproximações entre o “trabalhador” e o “bandido”. Gabriel Feltran (2007) também evidenciou essas tensões no Estado de São Paulo, demonstrando a plasticidade de tais categorias bem como seus sentidos políticos, evidenciando por exemplo, como “trabalhadores” e “bandidos” passam a conviver na mesma família. Além disso, é primorosa a forma com que Zaluar observou como as práticas de seus interlocutores não eram desprovidas de reflexões, mas muito pelo contrário. Entretanto, gostaria de focar aqui sobre uma contribuição principal que está disposta em seu clássico “A máquina e a revolta”, ou seja, a noção de “ethos guerreiro”. Esse conceito é resgatado de Elias (1939), que pensava acerca do “processo de civilização” na Europa. Alba Zaluar, à luz das contribuições eliasianas, pensava sobre a violência no contexto no Brasil.

As arbitrariedades contra moradores de favela e a suspeição generalizada a que estavam submetidos, faziam com que os jovens se revoltassem. Desta forma, a categoria “bandido”, correspondia a construção de um tipo de identidade que tinha a característica a disposição para matar. Quando o jovem era desafiado, humilhado e constrangido, ele utilizava o poder de fogo e defendia sua honra. O “ethos guerreiro”, deste modo, compreendia que a autonomia e a independência (violentas) eram próprias da essência da masculinidade.

A posse das armas de fogo em sua composição fálica e a disposição para resolução de conflitos por meio da violência, seriam as características que deixavam clara a transição definitiva da infância para a vida adulta. Esse momento garantia o reconhecimento dos jovens por seus pares no universo masculino. Sendo assim, o “ethos guerreiro” possui em

sua essência uma maneira violenta de autoafirmação que é gerado por uma revolta, isso significa, no limite, que as “associações simbólicas relacionando o uso da arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista das mulheres, o enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo e livre adquiriam uma forma que permitia vincular a violência a um ethos da masculinidade” (ZALUAR, 1999, p. 12).

Nesse ínterim, Alba Zaluar inaugurou um campo de estudos, que hoje me insiro junto a outros pesquisadores (BAIRD, 2018; BARROS, 2020b; BELUSSO, 2021; MATTOS, 2014; PIMENTA, 2014) que se dedicam ao tema. Entretanto, longe de querer vincular violência a um ethos da masculinidade, meu objetivo foi verificar quais expressões de masculinidade são centrais nas performances desses jovens. Outros autores, não tinham o objetivo de empreender um debate de gênero junto a violência ou às dinâmicas criminais, mas criaram categorias-chave para o campo de estudos no qual me insiro e que durante muito tempo foram amplamente articuladas em produções sobre favelas e periferias. Me dedico aqui a explorar um pouco da noção de Sociabilidade Violenta, elaborada por Luiz Antonio Machado da Silva (2004).

A grande preocupação de Machado era o problema da integração social, abordada a partir da questão social, “definida como expressão da prática conflitiva de atores concretos” (MACHADO DA SILVA, 2016, p. 18). Esses atores, para Machado, seriam indivíduos das classes populares urbanas. É importante ressaltar que, assim como Alba Zaluar, Machado da Silva tinha em suas análises o foco no Rio de Janeiro, entretanto, elas são bastante sofisticadas e representativas para entender outras realidades. Essa representatividade está centrada no fato de que a trajetória dessa sociologia “das classes populares urbanas” (em seus termos) está relacionada a ambientes e transformações culturais e políticas de abrangência nacional.

Com isso como escopo, para Machado (2016), nas duas últimas décadas o conflito social passou a reconhecer um outro protagonista que já não se encaixa na forma do antigo esquema de confronto: o problema da integração social das classes populares urbanas via habitação, trabalho e movimentos sociais. Nós vivíamos “uma conjuntura em que o conflito social como o conhecíamos, unificado e consolidado em última instância na luta de classes, anda muito mais fraturado do que se costuma pensar” (MACHADO DA SILVA,

2016, p. 29). Até este momento, nós tínhamos um “metaconsenso”, sendo a integração um horizonte bastante possível.

A partir daí, após os anos 80, conhecemos a generalização de um conflito violento. Falamos então da violência policial e criminal, em termos concretos e cognitivos. Desta forma, o conflito que era social se transforma em um conflito criminal (MOTTA, 2017). A questão social (CASTEL, 1995) estaria centrada “a partir da violência que emana dos territórios de pobreza” (MOTTA, 2017). Essa violência⁹ passa a ser vivenciada intensamente no cotidiano das pessoas. Passamos então da linguagem dos direitos para uma linguagem da violência, que implica uma radicalização total dos sujeitos, na medida em que a pobreza vira sinônimo de criminalidade. Desta forma, a combinação de dois processos autônomos (criminalidade violenta e policiamento violento) produz o esgarçamento do tecido social, provocado pela falta de confiança e solidariedade entre os sujeitos. Nesse cenário, a “metáfora da guerra” vira uma expressão que nomeia esse conflito, bem explorada por Leite¹⁰ (2000, 2012).

É a partir desse cenário que emerge a noção de “sociabilidade violenta”. Para o autor, a força (violência) para resolver conflitos nas favelas seria mediada por uma “sociabilidade violenta”. Essa sociabilidade, correspondia a “uma radical transformação de qualidade das relações sociais a partir das práticas de criminosos comuns” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 53). Ou seja, a “sociabilidade violenta” possui uma característica dominante: o uso radical da força, recusando a alteridade do outro. Nessa

⁹ É necessário fazer uma caracterização desse fenômeno para o autor. Segundo Machado (2010), a violência urbana é uma representação de práticas: “A violência urbana é o centro de uma gramática que produz uma compreensão prático-moral de boa parte da vida cotidiana nas grandes cidades. Ninguém precisa definir a expressão, porque ela é a referência que confere sentido às atividades e ao debate coletivo. Nesse sentido, a violência urbana articula um complexo de práticas que constituem boa parte do conflito social nas cidades brasileiras” (p. 286). Ou seja, para o autor, longe de um conceito, violência urbana é um objeto.

¹⁰ Para Márcia Leite, a metáfora da guerra é uma forma de compreender o problema da violência urbana. Esses episódios evidenciavam o Rio de Janeiro como uma cidade em guerra, por exemplo, guerra ao crime. Segundo a autora: “As novas modalidades de violência presentes no Rio de Janeiro à essa época associavam-se às dinâmicas do tráfico de drogas e armas e aos inúmeros confrontos entre policiais e traficantes e entre quadrilhas rivais de traficantes entrincheiradas nos morros e favelas da cidade. De lá parecia emergir um “mal” a se irradiar para a cidade. A percepção da ineficiência das políticas públicas de segurança e a vivência, por uma parte de seus moradores, de situações características de contextos de guerra (mortes, trocas de tiros, invasões etc.) no espaço urbano propiciaram o desenvolvimento de uma “cultura do medo” que redefiniu as relações dos cariocas com o território urbano [...]. A cidade outrora tida como aberta e hospitaleira encheu-se de portões, guaritas e grades, bem como de seguranças e de vigias” (LEITE, 2000, p. 74).

situação, a sociabilidade se tornaria uma forma de vida, porque os atores envolvidos nela negam a alteridade das outras pessoas, tratando-as como objetos passíveis de imposição de suas próprias vontades. Deslocado para as interpretações sobre o crime, as críticas (GRILLO, 2013; MISSE, [s.d.]; NERI, 2009) argumentam que para Machado não existiria sentimento coletivo no crime, isso significa, no limite, que não existe reciprocidade (ou até mesmo afeto) entre pessoas que estão “correndo junto” (RODRIGUES, 2020). E conforme veremos no capítulo 2, eu estou dizendo exatamente o contrário disso junto a vários etnógrafos do crime (FELTRAN, 2008, 2018a; GRILLO, 2013; HIRATA; GRILLO, 2019a, 2017; HIRATA, 2010; MALVASI, 2011, 2012; RODRIGUES; FELTRAN; ZAMBON, 2023). Talvez os estudos sobre facções, sobretudo o PCC (BIONDI, 2009, 2014; BIONDI; MARQUES, 2010; DIAS, 2010; FELTRAN, 2018a), demonstrem o contrário disso também. O crime produz moralidade, além disso, o crime produz também pertencimento entre os seus (LYRA, 2013a, 2013b), bem como afetos (CRUZ SILVA, 2017) e relações de estima e consideração (GRILLO, 2013).

É válido observar também que os indivíduos obedecem às regras por conta dos sentidos de justiça do crime (FELTRAN, 2010), e além de tudo, por conta do proceder¹¹ e suas condutas (CRUZ SILVA, 2017; HIRATA, 2015; MARQUES, 2010). Seu não cumprimento, pode acarretar problemas que levam em conta a violência física, por exemplo, mas também a perda de estima alheia e da consideração entre os pares (GRILLO, 2013; HIRATA; GRILLO, 2019a; SÁ, 2010, 2011).

Segundo Grillo (2019), Machado sempre foi um professor-pesquisador aberto ao diálogo, e mediante isso, ouviu com “elegância” as contestações e discordâncias a ele feitas. Neste flanco, uma série de trabalhos revisitou a ideia de sociabilidade violenta. Grillo (2019) é enfática ao demonstrar que a violência urbana no Rio de Janeiro se tornou grande e diversa que as representações tradicionais já não conseguem expressar adequadamente o medo e a percepção do aumento das ameaças (de vários âmbitos). Sendo assim, a representação da violência urbana não dá mais conta de explicar o que vem acontecendo. A autora sugere que a ideia de “guerra” passou a ser a principal forma de representar a violência urbana. Essa mudança tem consequências políticas e sociais sérias,

¹¹ A relação entre proceder e mundo do crime será explorada um pouco adiante.

pois pode levar à defesa de medidas mais radicais que rompem com os princípios democráticos, por exemplo, como vimos com o governo de Jair Bolsonaro. A hipótese levantada por Carolina é a de que a sociabilidade violenta pode estar sendo incorporada diretamente ao ordenamento institucional-legal. Levando ao extremo, isso significaria não apenas um enfraquecimento da democracia, mas a possível emergência de um autoritarismo. Com essas reflexões de base, Grillo sugere expandir a maneira como o conceito de sociabilidade violenta é analisado, indo além da visão convencional. Sua ideia, desta forma, fica centrada na intersubjetividade que deve ser levada em conta ao estudar a sociabilidade violenta, ou seja, lançando luz para que se entenda as interações violentas como algo que reproduz identidades coletivas.

Nesse espírito acadêmico, o próprio Machado revisitou sua construção teórico-analítica. Junto de Menezes (2019), os autores revisitam a sociabilidade violenta (e a noção de “vida sob cerco”) partindo das etnografias recentes sobre o crime. Sob as lentes do Rio de Janeiro, a ideia dos autores era compreender o que as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora)¹² geraram no cotidiano e no mundo do crime. Argumentem que a chegada das UPPs significou uma mudança nas formas do Estado e dos traficantes agirem e circularem nos espaços das favelas. No início da implantação das UPPs, traficantes perceberam que continuar suas atividades rotineiras seria bastante complicado, e confrontar os policiais cotidianamente era “suicídio”, porque não havia possibilidade de pagamento do arrego¹³ como noutros tempos. Os traficantes começaram a estudar as rotas e movimentos dos agentes estatais, e é nesse momento que o tráfico perde seu caráter “sedentário” e ganha um status móvel, onde a atividade dos olheiros passa a ser essencial para o processo. Com essas transformações, o traficante ideal ganha novos contornos, ou seja, ao invés de ser valorizada a disposição para confrontar os policiais, passa a ser valorizado, aquilo que os autores chamam da capacidade de se “manter na atividade”. Sendo assim, atenção e cálculos racionais passam a ser condições centrais para um bom bandido. Machado e Menezes demonstram então que “o ambiente deixou de ser favorável

¹² Sobre UPPs ver: HIRATA; GRILLO; TELLES, 2023; LEITE, 2012; MENEZES, 2024; MOTTA, 2017.

¹³ Para Misse (2009), nos mercados que transacionam drogas ilegalizadas, o “arrego”, é a garantia de que não haveria invasão e abordagem policial no local. Sendo assim, o pagamento do arrego corresponde ao fato de traficantes pagam propinas a policiais para garantir algum tipo de proteção, evitar operações policiais ou minimizar repressões dentro de seus territórios. Em São Paulo (HIRATA, 2010), o equivalente é o “acerto”.

à reprodução da ‘sociabilidade violenta’ e a maior parte de seus ‘portadores’ foi forçada a ‘civilizar-se’” (MACHADO DA SILVA; MENEZES, 2019, p. 536).

Ou seja, a noção de sociabilidade violenta, de Machado, não permaneceu intacta durante os anos. Aos poucos, foi sendo remodelada e passando por pequenas transformações para sanar alguns de seus gaps. Mediante esse cenário, é importante fazer uma objeção: Machado afirmava que a sociabilidade violenta era um tipo-ideal, ou seja, se empreender em análises o corpus todo da sociabilidade violenta fica impossível haver um tipo de relação social, afinal, se é um tipo-ideal é uma construção teórica que serve como um modelo abstrato para analisar e compreender a realidade social (WEBER, 2006).

Faço esse balanço, relativamente longo, mas importante, para dizer que meus interlocutores não possuem apenas uma “sociabilidade violenta”, ou que, no limite de suas interações, suas performances sejam de hipermasculinidades violentas. Neste sentido, não compreendo que esses jovens adotam um “ethos guerreiro” ou da “virilidade”, que é pautado na máquina (arma de fogo) como principal recurso para resolução de conflitos. Um olhar apressado poderia supor que, se esses jovens compreendam a vida como uma guerra, suas masculinidades seriam necessariamente ferozes e violentas, estruturadas a partir da imposição da força e da dominação sobre o outro. No entanto, minha intenção caminha em uma direção distinta. A adesão a uma lógica bélica de existência não implica, de maneira automática, na naturalização da violência como forma de vida, nem na legitimação da força como o principal meio de resolução de conflitos. Mais do que isso, é fundamental considerar que a experiência da guerra, enquanto estruturante da realidade social, pode assumir diferentes significados e desdobramentos quando tratamos das trajetórias individuais e coletivas. Assim, ainda que a guerra possa estar presente como um horizonte interpretativo da realidade, seus efeitos sobre as práticas e os modos de subjetivação dos sujeitos não são unívocos. Não estou negando que esses jovens não tenham atitudes que levam em conta a violência, muito pelo contrário. Entretanto, ao invés de reduzir essa relação a uma equivalência direta entre guerra e violência, busco explorar as complexidades desse vínculo, atentando para como diferentes regimes de normatividade, valores e contextos socioculturais modulam as formas como meus

interlocutores vivenciam o ordinário¹⁴. Deste modo, a categoria “guerra” faz referência às tramas dessas lutas com e contra os eventos que produzem diferenças, violência, morte e neurose, mas que também proporcionam status, respeito, estima, consideração, prestígio e respeito. A vida também é uma guerra porque ela é difícil de ser vivida por esses jovens que estão mergulhados no “drama cotidiano das vidas precárias, incertas, sempre no limiar entre a vida e a morte” (HIRATA, 2010, p. 332).

Em alguns momentos (vide nota de rodapé anterior) pode haver algum tipo de evidência que leve em conta uma “sociabilidade violenta” ou um “ethos guerreiro”, mas não concordo que essa seja a força motriz das relações sociais que esses jovens travam. Dessa maneira, a interseção entre masculinidades e guerra não pode ser reduzida exclusivamente à dimensão da violência, uma vez que envolve uma ampla gama de práticas, representações e dinâmicas que extrapolam o uso da força. As masculinidades neste contexto estão imbricadas em várias expressões que levam em conta honra, proceder, humildade e consideração, que, por sua vez, servem de base para o respeito que se busca, que não se manifesta apenas no exercício da violência, mas também na gestão de quem “corre junto” ou “fecha junto” (LYRA, 2013a, RODRIGUES, 2020), na consolidação de identidades coletivas socialmente aceitas e na reprodução da estima alheia. Logo, na vida como guerra, a busca pelo respeito (BOURGOIS, 2010) mobiliza distintas performances de masculinidade, que podem variar, e desta forma, deve-se levar em conta tanto os mecanismos de dominação quanto às possibilidades de subversão e ressignificação dessas normas de gênero nesse contexto, que são muito mais que violência.

A busca por respeito (BOURGOIS, 2010)(respeito este que possui dimensões materiais e simbólicas, como veremos no capítulo 1) é motivada pelo desejo de ser reconhecido como alguém que importa (BUTLER, 2019), de garantir sua dignidade diante

¹⁴ Isso não quer dizer que essas masculinidades violentas não existem. Por exemplo, o caso de Bituca, que me contou que uma vez precisou sair de seu plantão e deixou algumas drogas com uma amiga sua. Ele teria que sair rapidamente de sua função na biqueira e não viu problemas em deixar com a garota, pois ela já era conhecida e por isso era de confiança. Ao retornar, a jovem havia usado uma parte do que foi deixado em sua confiança. Após uma conversa nada amigável, a garota admitiu não ter dinheiro para pagar o que tinha usado. Bituca resumiu sua conduta: dei um cassete nela, não quis nem saber se era mulher ou não. Outras cenas como essa serão vistas no capítulo três.

do outro e de usufruir do “direito de brilhar”¹⁵ (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2023). É ela o motor dessa guerra, e a masculinidade, sua principal linguagem. E sem dúvidas, falar da busca pelo respeito é tratar do clássico de Bourgois (2010), que iniciou uma pesquisa no momento em que o crack já circulava¹⁶ no East Harlem em Nova York. Por este motivo, a sociabilidade da rua se transformava abruptamente, dinamizando, sobretudo, as economias informais urbanas. O autor focou na dimensão da droga não no que toca a um estilo de vida, mas pelo contrário. Seu foco era compreender os usos e efeitos do crack à luz da própria estigmatização e violência vivida pelas pessoas (LUCCA, 2011). Na área pesquisada por Bourgois, referida por ele como “bairro”, o cenário etnográfico era caracterizado pela predominância de porto-riquenhos, formando uma comunidade racializada (hooks, 2019) e marginalizada. Nesse espaço urbano marcado pela segregação, o comércio de drogas ilícitas integrava não apenas a economia informal local, mas também se articulava a dinâmicas estruturais mais amplas, como o racismo causado pelo colonialismo (GONZALES, 2020) e intensificado pela inserção dos moradores nesse mercado e pela interação com marcadores sociais como etnia, classe e território.

A venda de crack, naquele contexto, representava mais do que uma forma de sustento, era também uma busca por respeito. As pessoas com quem o autor teve contato haviam, em sua maioria, ingressado no mercado de trabalho formal logo após abandonarem os estudos, na tentativa de alcançar alguma estabilidade. No entanto, essa inserção era atravessada por formas explícitas de racismo, especialmente relacionadas à cor da pele, muito semelhante ao que acontece com os jovens que conheceremos neste texto. Como resultado, mesmo quando conseguiam empregos formais, eram direcionadas as posições extremamente precarizadas, com salários baixos e submetidas a tratamento desrespeitoso e inferiorizado. Em suma, no mercado de trabalho formal, essas pessoas não eram reconhecidas nem valorizadas.

Os porto-riquenhos foram socializados segundo os valores culturais de Porto Rico naquela época, marcados por uma estrutura patriarcal, em que os homens atuavam

¹⁵ Noção que será mais bem explorada no capítulo 1, mas que, resumidamente, se refere à capacidade de viver a vida de forma digna.

¹⁶ Exatamente entre os anos 1985 e 1990, durante os anos iniciais da epidemia de crack.

predominantemente nas lavouras e as mulheres se dedicavam às tarefas domésticas, como o cuidado dos filhos e da casa. Por exercerem atividades fora do lar, os homens gozavam de elevado respeito social. No entanto, ao migrarem para Nova York, esse reconhecimento foi abruptamente interrompido. Lá, passaram a ser tratados com menor importância, vivenciando uma integração precária e marcada por desvalorização social. Nesse contexto, mais do que uma simples busca por inserção econômica no mercado de trabalho, Bourgois argumenta que há uma dimensão simbólica que atravessa a busca por respeito, aspecto que veremos no capítulo 1 desta dissertação. Como afirma o autor, para os porto-riquenhos: 'para ellos, al igual que para la mayoría de los seres humanos, la búsqueda del sentido de dignidad y de realización personal es igual de importante que el sustento físico' (BOURGOIS, 2010, p. 339).

Desta forma, eles conseguiam, por meio do que o autor chamou de “economia subterrânea”, uma renda financeira ao mesmo tempo que causavam uma espécie de “cultura do terror” (2010, p. 60), medo e pânico vendendo crack, valium, anfetamina e outras drogas, que poderiam ser compradas a qualquer momento no bairro. O comércio de drogas, nesse sentido, aparecia como uma possibilidade de respeito para jovens migrantes com quem a população frequentemente evitava contato, se enclausurando nas escolas e casas, mantendo afastadas da rua mulheres, crianças e idosos. Os interlocutores de Bourgois, demonstravam um certo descontentamento com as condições precárias do bairro, com os efeitos devastadores das dependências químicas (especialmente as causadas pelo uso do crack)¹⁷, com as batidas policiais, e com as constantes ameaças, tanto simbólicas quanto concretas, que permeavam o cotidiano. Apesar desse cenário de instabilidade e sofrimento, a dinâmica social mediada pelo comércio de drogas oferecia, paradoxalmente, uma sensação de pertencimento e reconhecimento. Nesse contexto, ainda que imersos no caos, eles conseguiam experimentar uma forma de respeito, dignidade e valorização que lhes era negada via outros contextos.

Os porto-riquenhos acompanhados por Bourgois, assim como aqueles jovens com os quais tive contato durante minha pesquisa, enfrentavam um dilema permanente e

¹⁷ O crack é uma droga barata, que é usada quase que em uma questão de sobrevivência, por exemplo, por fazer a fome desaparecer, segundo Bourgois: “el crack es la droga lumpen por excelencia. Es una sustancia que capta el sufrimiento social y la precariedad de nuestra época” (p. 21).

angustiante: de que forma sobreviver, sem ter privilégios, sem acesso a um trabalho que ofereça uma renda suficiente para sustentar a família e assegurar condições mínimas de dignidade, de modo a conquistar respeito e reconhecimento social. À luz desse dilema, em que sobreviver sem acesso a um trabalho digno compromete a possibilidade de sustento, dignidade e reconhecimento, o respeito emerge como uma busca constante ao longo da trajetória de vida. Nesta dissertação, proponho demonstrar em quais arenas do cotidiano podemos observar essa busca por respeito. Uma dessas arenas é o que se convencionou denominar “mundo do crime” (FELTRAN, 2008; GRILLO, 2013).

Há algumas décadas, projeto de ascensão financeira que tem como base a família e o modelo do trabalhador estável com carteira assinada se torna praticamente irrereal, por conta do “mundo do crime” (FELTRAN, 2008). O mundo do crime proporciona renda, status, sociabilidades, vantagens e possibilidade de consumo entre os jovens, como é o caso de meus interlocutores (veremos isso no capítulo 2). O trabalho lícito não deixa de ser uma dimensão para os mais jovens, conforme argumentam Telles e Hirata (2007), entretanto, isso não tira a incerteza que repousa sobre essa narrativa ideal. O trabalho lícito e formal fica numa esfera inalcançável por conta da invisibilidade que esses jovens que estão nas margens urbanas (DAS; POOLE, 2008) sofrem. Esses jovens geralmente aparecem nos grandes veículos de comunicação como a força motriz da “violência urbana” (MACHADO DA SILVA, 2010) enquadrados como suspeitos e como delinquentes.

Além disso, esses jovens possuem “uma experiência da cidade tensionada entre a brutalidade das desigualdades e a sedução encantatória do moderno mercado do consumo [...]” (Telles; Hirata, 2007, p.177). Nessa esteira, Feltran (2008) argumenta que jovens que cresceram em periferias na década de 2000 já experienciaram o mundo do crime como um marco discursivo, que estava disputando legitimidade com o discurso do trabalho lícito via direitos. A experiência da “cidade tensionada” (TELLES; HIRATA, 2007) se agrava com o surgimento do PCC como regulador de conduta nas quebradas, com igualdade e o lema de “Paz entre os ladrões” como seu pressuposto (BIONDI, 2014; BIONDI; MARQUES, 2010; MARQUES, 2010).

É nesse contexto que a “vida loka” (MALVASI, 2011, 2012) é passível de ser enquadrada como uma possível arena em que podemos observar a busca e efetivação do respeito. O

mundo do crime aparece como alternativa rentável frente à exclusão desses jovens pelo que se consolidou chamar de criminalização da pobreza. Os jovens guerreiros, nesse cenário, não são como imaginam e descreve o senso comum e sua ordem normativa: jovens sem escrúpulos e que estão sempre armados e dispostos a atirar. Essa ideia serve para aflorar ainda mais o medo de determinados grupos, bem como a radicalização da alteridade. Não estou negando que esses jovens não possuem disposição para atirar, coragem e ousadia. Por vezes, alguns jovens falaram comigo sobre armas de fogo, de sua utilização e da gana que os policiais tinham em tomar essas armas (como veremos em alguns momentos das considerações finais). Entretanto, compreender esse fato é compreender parte da realidade. Ser guerreiro é estar na incerteza, não saber do dia de amanhã. É estar a todo momento na posição de combate, profundamente ligada à noção de resistência e coragem. Mas também é sobre sonhar, poder mudar a vida da família e das pessoas que estão por perto. É matar ou morrer (ainda que de modo discursivo)¹⁸, mas acima de tudo, é sobreviver. É uma junção de polos vistos como opostos na norma social dominante, como argumenta Feltran (2024) ao descrever “Guina”, personagem de canções do grupo Racionais MC’s. Esses jovens que têm a vida como uma guerra, precisam demonstrar força e resistência nas mais variadas dimensões do cotidiano, às vezes precisam ser violentos para serem temidos e respeitados, mas também, eles querem aproveitar o que a vida pode oferecer e se preocupar em querer mudar a realidade de quem está por perto.

É o proceder que regula as condutas nesse cenário da vida no crime. Nesse sentido, proceder, assume a forma de algo que modela aspectos importantes das vivências cotidianas. Marques (2009) evidenciou o proceder em três dimensões: a) como um tipo de respeito específico (a forma de pedir licença em uma cela ou se despedir no dia da liberdade); b) uma conduta específica (na vida pregressa ao cárcere, na religião ou no cumprimento de acordos); c) uma atitude específica (para resolver conflitos). Com base

¹⁸ Esse termo merece ser relativizado pelas próprias dinâmicas do crime em São Paulo e no Rio de Janeiro apontadas na literatura. No Rio de Janeiro (FARIAS, 2014; GRILLO, 2013; MALVASI, 2012; MATTOS, 2012, 2016; NERI, 2009), “matar ou morrer” é literal. Existe uma alta contenção de homens armados nos morros e nos arredores das bocas de fumo. O confronto pode ser com a polícia ou com traficantes rivais. Em São Paulo (CRUZ SILVA, 2017; FELTRAN, 2008, 2010; HIRATA, 2010; SCHLITTLER, 2011) essa alta contenção perto das biqueiras e favelas com homens armados não é corriqueira. Aqui “matar ou morrer” é simbólico, deve haver disposição para esse ato, embora ele não aconteça com certa frequência.

nessa tripla dimensão, observamos que o proceder é uma relação entre respeito, atitude e conduta que regula a vida das pessoas. Proceder, deste modo, é respeito, é decoro, é atitude, é caminhada, é habilidade e é palavra. Essa multiplicidade de sentidos atribuídos ao proceder revela que ele ultrapassa uma simples normatividade explícita; trata-se de uma ética prática, constantemente atualizada nas relações e nas experiências vividas no mundo do crime e fora dele.

O proceder, assim, é tanto uma régua para medir comportamentos quanto uma bússola que orienta as trajetórias individuais e coletivas, definindo quem merece reconhecimento e quem não corre pelo certo. A maleabilidade (CRUZ SILVA, 2017) do proceder, ao mesmo tempo que garante sua sobrevivência em meio às mudanças do mundo do crime, também exige dos sujeitos uma vigilância permanente sobre si e sobre os outros. O respeito e o proceder se entrelaçam, funcionando como dispositivos que sustentam a confiança, a reputação e a posição social dos indivíduos dentro desse universo e para além dele (como veremos no capítulo 3).

Esse conjunto de atitudes e condutas que levam em conta o respeito e que não podem ser quebrados, é algo crucial no trato entre os jovens que convivi durante os meses de minha pesquisa. Isso foi muito semelhante àquele respeito encontrado por Sá (2010) no Serviluz em Fortaleza, ou por Biondi (2014) e Marques (2009) no trato entre presos, ou por Hirata (2010) em uma periferia de São Paulo. Falamos então, sobre um conjunto de condutas conhecidas por serem orientadas “pelo certo” (FELTRAN, 2014). Logo, no contexto do mundo do crime, nem todos são pessoas de proceder, afinal, para existir proceder é necessário reconhecimento alheio. Esse reconhecimento não é automático nem garantido apenas pela participação no crime, mas precisa ser continuamente conquistado e reafirmado nas práticas cotidianas. Ter proceder é ser respeitado, e ser respeitado é ter o comportamento constantemente vigiado e avaliado pelos pares. Isso mostra como o respeito, não é um direito universal, mas um privilégio conquistado e sempre em disputa. Ter proceder é performar algo continuamente de acordo com um código de conduta, ao mesmo tempo que se busca respeito, logo: ter proceder é respeitar, e respeitar é ter proceder.

O proceder, como forma de respeito, ganha mais densidade se pensado como atributo do sujeito que sobrevive na adversidade. Segundo Daniel Hirata (2010), sobreviver na adversidade é:

Em primeiro lugar uma experiência de enfrentamento das dificuldades imanescentes às complexas e desiguais formas de distribuição de riqueza não formalizada que circulam na cidade, em segundo, para além das formas de subsistência as pessoas e suas famílias, esta experiência diz respeito à construção de formas de respeito de dignidade relacionada a um jogo de forças que pode conduzir a morte, visto como não previsível, e que, portanto, exige certo proceder nas suas formas de conduta correspondentes. (Hirata, 2010, p.19)

Carolina Grillo (2013) demonstra que para Hirata o proceder funciona como uma conduta importantíssima para sobreviver na adversidade, porque este assume, a forma de um saber prático, um modo de estar no mundo que combina astúcia e coerência com determinados códigos morais internos aos territórios. As normas do proceder, nesse sentido, orientam as pessoas que sobrevivem na adversidade. E é nesse cenário que emerge o respeito. O respeito se desdobra como reconhecimento da capacidade de sobreviver e se mover com honra em um território marcado pela instabilidade. O proceder, assim, é resistência, é sobrevivência e é, sobretudo, um modo relacional de dignidade.

Entretanto, o *proceder* vai para além do mundo do crime, recaindo sobre todos que “sobrevivem na adversidade” (HIRATA, 2010). Isso ocorre porque o crime opera como um verdadeiro regime normativo. Feltran demonstra que os conflitos em favelas brasileiras são interiorizados pelos sujeitos que vivem nesses territórios em razão da “coexistência de diferentes regimes normativos” (BERALDO; RICHMOND; FELTRAN, 2024). Esses regimes fazem emergir um conjunto de normas e orientações sobre como agir na vida cotidiana. O autor identificou três regimes normativos, que também foram estudados por outros pesquisadores: o Estatal¹⁹ (representado pelas instituições formais, como a polícia, os programas e os projetos sociais); o Criminal²⁰ (fundado nas condutas do “certo”, ou seja, no *proceder*); e o Religioso²¹ (baseado principalmente nas religiões evangélicas). Por ser um regime normativo, a conduta do crime, que é o *proceder*, extrapola o próprio

¹⁹ Ver: FARIAS, 2014; MOTTA, 2017, 2019.

²⁰ Ver: CRUZ SILVA, 2017; CUNHA, 2020; GRILLO, 2013; HIRATA, 2010; HIRATA; GRILLO, 2017.

²¹ Ver: CARVALHO, 2020.

universo do crime, o que nos permite compreender que existem múltiplas arenas nas quais esses jovens constroem e buscam respeito.

Deste modo, podemos observar como este quadro está organizado ao longo do texto. A vida desses jovens é uma guerra constante na busca por respeito. O respeito, por sua vez, possui dimensões materiais e simbólicas (capítulo 1). O mundo do crime ou a “vida loka” é uma das arenas onde esses jovens encontram o respeito (capítulo 2). Entretanto, como Feltran (2008) nos ensina que o crime é um regime normativo porque estabelece códigos de sociabilidade, normas de conduta e formas de regulação que organizam a vida cotidiana dos sujeitos envolvidos ou afetados por ele. Por ser um regime normativo, o proceder, vai para além do mundo do crime, regulando e afetando ainda mais pessoas e territórios. É nesse espalhamento dessas condutas, que podemos observar essa busca por respeito em outras esferas (capítulo 3).

A entrada em campo, procedimentos metodológicos e rotinas

Esta pesquisa se valeu de uma abordagem etnográfica, isto é, interpretativa e indutiva, já que parte de experiências concretas e observações diretas em campo. Conforme argumenta Geertz (1988), mais do que criar genealogias ou buscar interlocutores-chave, o que define e dá corpo à perspectiva etnográfica é a “descrição densa” (p. 15). Além disso, trata-se de um delineamento que se alimenta de uma experiência de proximidade (GEERTZ, 2009), na qual o pesquisador também se torna parte dos dados de campo, e o estranhamento (PEIRANO, 1995) se torna uma via de mão dupla, ou seja, tanto do pesquisador quanto dos interlocutores. Assim, o método etnográfico implica uma imersão prolongada no cotidiano que se pretende compreender, ou, como preferiu nomear Mariza Peirano (2008), uma “teoria vivida”.

É interessante pensar que, ao vivenciarmos o universo que desejamos pesquisar, junto aos seus “dramas e dificuldades” (VELHO, 1967, p. 13), rompemos com as interpretações do senso comum, os estereótipos e as estigmatizações. Como nos ensina White (2005), para que se estabeleçam os vínculos, é necessário um “bocado de tempo,

dia após dia” (p. 295). Nesse sentido, desde 2022, realizei trabalho etnográfico na Associação Caminhos Abertos, instituição responsável pela aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto em uma cidade do interior de São Paulo. Inicialmente, a etnografia foi desenvolvida no âmbito da minha monografia de conclusão de curso e, posteriormente, ampliada para a pesquisa de mestrado. Desde o início, todas as quartas-feiras, eu passava as tardes na instituição, participando das atividades e estabelecendo contato com diversos jovens, bem como com orientadores e orientadoras de medidas socioeducativas. Ao retornar para casa, alimentava meu diário de campo com acontecimentos, relatos, perguntas, insights e sensações vivenciadas, acionando todos os meus sentidos, pois, como nos lembra Peirano, “o olfato, a visão, a percepção espacial, o tato, estão todos presentes” (PEIRANO, 2008, p. 9) nas imersões em campo e, conseqüentemente, nos nossos casos e percepções

Nas rotinas da instituição socioeducativa, participei de diversas atividades. Estive presente tanto em grupos de esporte, com dinâmicas realizadas na academia ou na quadra da instituição; quanto em oficinas de artes, nas quais os jovens desenvolviam projetos vinculados à Prestação de Serviços à Comunidade. Nessas oficinas, utilizavam materiais artísticos como recortes, tinta acrílica, sprays e pirógrafos (uma ferramenta usada para gravar desenhos em madeira). Cada grupo de atividade tinha duração aproximada de duas horas, o que me permitia acompanhar dois grupos distintos por tarde. Ao final de cada encontro, era oferecido um lanche aos jovens, momento que também podíamos conversar.

A Associação Caminhos Abertos é uma instituição católica não governamental que administra as medidas socioeducativas em meio aberto na cidade, por conta de um acordo formalizado com o poder público. Como missão, a Associação Caminhos Abertos demarca educar jovens através do sistema preventivo de educação, fomentando o exercício da cidadania, bem como a incorporação de valores éticos e solidários. Embora seja uma instituição católica, todas as diretrizes seguidas são as mesmas formalizadas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece seis tipos de sanções para jovens que cometeram ato infracional: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA), semiliberdade

e internação (VINUTO; BUGNON, 2021). Neste trabalho, tive contato com diversos jovens que cumpriam medidas socioeducativas em meio aberto, especificamente nas modalidades de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A Liberdade Assistida consiste em um acompanhamento sistemático do jovem, com foco em sua orientação, monitoramento e desenvolvimento, especialmente no que se refere ao desempenho escolar e às relações familiares. Já a Prestação de Serviços à Comunidade corresponde à realização de atividades gratuitas em instituições públicas ou conveniadas, como escolas, hospitais e organizações da sociedade civil.

Reflexões metodológicas

Fazer etnografia não é fácil, e por vezes, senti na pele essa dificuldade. Na pele que corporifica, que envolve minha subjetividade, meu corpo e meus marcadores de diferença. Senti o quão participante é a observação, mesmo que em alguns momentos tenha adotado uma posição mais observacional, não por acaso. Meu corpo, na instituição que administrava as medidas socioeducativas, era produtor e produtivo de relações e interações que envolviam, estranhamento, repulsa, dúvida, mas também, simpatia ou afinidade algumas vezes. É óbvio também que meu corpo e sua presença criavam, mas também rompiam com masculinidades performadas pelos jovens que, por escolha, eram o tema da minha pesquisa.

Em minhas primeiras incursões em campo, ainda no ano de 2022, era angustiante imaginar todas as formas que eu poderia ser violentado fazendo minha própria pesquisa. O que realmente me inquietava eram as micro violências sutis, aquelas que se manifestam nas entrelinhas das interações, muitas vezes camufladas em gestos, olhares ou comentários (chacotas e piadas) aparentemente banais. Ou seja, aquilo que no século XXI começamos a chamar de bullying (CHAVES; SOUZA, 2018). E, de fato, essas micro violências se fizeram presentes em vários momentos. As razões para isso eram múltiplas, mas havia uma que se destacava com força: o “fantasma do gênero”, esse espectro descrito por Butler (2024, p. 16) como dotado de “poderes destrutivos”, capaz de condensar e intensificar uma série de pânicos modernos. Minha performance de gênero não se encaixava nos padrões esperados ou legitimados pelos jovens, o que criava ruídos, distanciamentos e, por vezes, desconforto. Ainda assim, compreendi que parte do meu trabalho de campo consistia justamente em atravessar essas tensões, sem as apagar, mas

negociando-as. Foi um processo delicado, muitas vezes exaustivo, e que, no início, parecia até inviável, mas que se tornou fundamental.

Dessa maneira, para discutir este trabalho sob uma perspectiva metodológica e epistemológica – ou seja, refletindo sobre os modos de se produzir ciência – parto do entendimento de que o corpo (PUGLISI, 2019), com seus marcadores sociais, sua subjetividade e suas performances, constitui um dos instrumentos de produção de conhecimento etnográfico. Ao mesmo tempo, esse corpo é também mediador das múltiplas relações sociais que se estabelecem no campo, frequentemente atravessadas por um estranhamento mútuo entre pesquisador e interlocutores (PEIRANO, 1995). Assim, neste ponto do texto, proponho uma reflexão sobre minha própria posição em campo, tendo como ponto de partida um dos principais desafios enfrentados: minha sexualidade e a forma afeminada com que performo meu corpo. Faço isso com o intuito de deixar claro que possuo um papel ativo e fundamental durante minhas escolhas no trabalho de campo. Essas escolhas, tornaram-se centrais para a experiência de compartilhamento do que DaMatta (1978) denominou de “antropological blues”, um estado afetivo e ambíguo que mescla paixão e sofrimento no processo de fazer etnografia. Sendo assim, mais do que um método, entendo a etnografia como uma forma de “acercamento e apreensão” da realidade social (MAGNANI, 2002), em que o envolvimento do pesquisador, com seu corpo e identidades, é indissociável da construção do conhecimento (HARAWAY, 1995).

Advertência: dançando com a diferença e a centralidade da sexualidade

Gênero, classe, sexualidade, raça e outros marcadores sociais da diferença não operam de maneira isolada ou fixa. Pelo contrário, eles se constituem mutuamente nas experiências vividas e nas interações cotidianas. Anne McClintock (2010) argumenta que tais categorias não devem ser entendidas como domínios separados ou que coexistem de forma paralela, mas sim como dimensões entrelaçadas, que se moldam e se reforçam. Como ela afirma, “raça, gênero e classe não são reinos distintos da experiência, que existem em esplêndido isolamento entre si; nem podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como peças de um Lego” (p. 19). De modo semelhante, Roberto Efrem Filho (2017, 2018), demonstra que existem “reciprocidades constitutivas” entre relações de classe, raça, gênero, sexualidade e território.

Dito isso, é óbvio que processos de diferenciação irão produzir uma multiplicidade de relações (BRAH, 2006; CUNHA, 2020), no entanto, embora essas relações entre marcadores sejam múltiplas e dinâmicas, no meu trabalho de campo, houve um marcador que se destacou de forma particularmente explícita e estruturante na minha interação com os jovens que cumpriam medidas socioeducativas: minha sexualidade. Mais do que qualquer outro marcador existente, foi a minha performance afeminada e a leitura da minha homossexualidade que mobilizou reações, silêncios, chacotas, estranhamentos e, por vezes, pequenas violências simbólicas (BOURDIEU, 2007). Assim, ainda que os marcadores sociais da diferença atuem de maneira relacional e indissociável, é possível reconhecer que, em certos contextos, um deles emerge com mais força, organizando e condicionando as formas de interação.

Saindo do armário ou ficando na cristaleira?

Mediante a centralidade da sexualidade, em muitas das minhas interações em campo, sair do armário se tornou um recurso importante para estabelecer vínculos e quebrar barreiras com os jovens. Em 2022, no início do trabalho de campo que deu origem à minha monografia, tive com Carlos Eduardo, um jovem branco, de olhos castanhos, cabelo liso, bochechas proeminentes, que cursava o segundo ano do ensino médio. Carlos Eduardo frequentemente apresentava comportamentos mais infantilizados, o que o colocava em atrito com os orientadores da medida socioeducativa, que por vezes o repreendiam.

Durante uma das atividades, enquanto eu o ajudava a recortar imagens em revistas, ele me contou que, na semana anterior, pensou ter me visto no centro da cidade. Ele me disse que chegou até a gritar meu nome para me cumprimentar, mas que eu nem olhei: *E aí, João... mas você nem olhou pro lado, aí deixei quieto*, disse ele. Respondi que isso seria impossível, pois na semana anterior eu sequer havia saído de casa. Carlos Eduardo insistiu que era eu, e completou com uma descrição: *Mas nossa, parecia muito com você, cabelo bem preto, enroladinho, meio gordinho... eu até te gritei*. Argumentei que talvez fosse alguém muito parecido, mas não eu. Foi então que ele perguntou, com um tom meio provocador e curioso: *Mas se fosse eu, você teria respondido, né?*

Quando me indagou, Carlos Eduardo me ofereceu um conselho, ainda que de forma sutil e talvez sem intenção. Ao dizer, *mas você nem olhou pro lado*, ele não apenas expressava uma frustração, mas também apontava para uma atitude que, entre os jovens, é fortemente desaprovada: a falta de humildade. Entre eles, não cumprimentar alguém, ignorar uma saudação ou demonstrar desdém são atitudes rapidamente associadas à arrogância e ao desrespeito. Ali, nos primeiros momentos do meu trabalho de campo, compreendi que jamais poderia ser percebido dessa forma, nem por ele, nem por nenhum outro jovem.

Respondi que, com certeza, se eu o tivesse visto, teria retribuído seu cumprimento, pois nos conhecíamos bem e trocávamos ideias quase todas as semanas: *Claro que sim, né Carlos, tô aqui toda semana, a gente conversa, troca ideia de boa, por que não te responderia?*, disse eu. Ou seja, quando Carlos Eduardo insistiu que era eu quem ele havia visto, ele reforçava e me ensinava uma regra de convivência: se ele me cumprimentasse, eu deveria responder. Nesse sentido, a humildade se apresentava não apenas como um traço valorizado, mas como um verdadeiro pilar nas relações, um marcador de respeito mútuo. A humildade é um valor cultivado e age como um mecanismo de legitimação dentro das relações sociais da vida como guerra. Diogo Lyra (2013), em seu trabalho com jovens envolvidos na baixada fluminense no Rio de Janeiro, ou como Michel Misse os chamou no prefácio, “os garotos armados do morro” evidenciou o potencial da humildade. Para os interlocutores de Lyra, a humildade estava colada diretamente com o respeito, pois “ela [humildade] prevalece sobre tudo” (LYRA, 2013a, p. 211). Desta forma, a humildade, enquanto prática social, adquire significado no decorrer das interações, sendo construída e reconhecida a partir dos valores e normas compartilhados em um determinado contexto. Longe de ser uma característica individual fixa, ela se manifesta como uma ação relacional, cuja legitimidade depende do olhar do outro e da reciprocidade nas trocas simbólicas. Quando Carlos Eduardo projetava uma expectativa sobre mim, ele me lembrava, de maneira implícita, que para construir vínculos naquele espaço, eu também precisava estar atento aos códigos morais que ali operavam e jamais parecer desumilde ou agir de forma desrespeitosa.

Falar a Carlos Eduardo: *por que eu não te responderia?* foi decisivo para nossa interação mútua. Nesse exercício dialógico, ele pôde perceber que havia entre nós uma

relação de respeito e consideração. O conteúdo das interações não era dado previamente, mas construído na própria relação – uma relação na qual os jovens se performavam diante de mim e eu diante deles. Como aponta Goffman (1983), nas interações face à face, um sempre se apresenta em relação ao outro, em um jogo de expectativas mútuas que exige resposta. Assim, o receio da (não) interação não era um sentimento exclusivo meu, enquanto pesquisador. Carlos Eduardo também carregava esse receio, evidenciado em sua pergunta: *mas se fosse eu, você teria respondido, né?* No meu caso, o receio estava fortemente atravessado pela minha sexualidade.

Nesse contexto, sair do armário, em algumas interações, tornou-se mais do que uma afirmação identitária – mas sim uma estratégia de aproximação. Refleti que, ao me assumir abertamente gay, eu não apenas explicitava uma diferença, mas também me posicionava com transparência, o que, muitas vezes, me gerava confiança e reduzia as barreiras (ao menos ao nível reflexivo) do meu medo de ser chacota. Em outras palavras, assumir minha sexualidade foi um gesto de honestidade, um modo de tentar quebrar qualquer interdito que pudesse dificultar o vínculo. A ideia era ser transparente e não esconder nada. Com isso, tentava evitar situações que poderiam me ferir, ou seja, era também uma espécie de autoproteção. Em muitas situações, essa estratégia funcionou. Em outras, como disse anteriormente, gerou micro violências, seja em falas, modos de falar e se referir a mim e até mesmo evitar cumprimentos mão a mão. Ainda assim, era um risco necessário para fazer trabalho de campo.

Em uma conversa com Carlos Eduardo, ele compartilhou que estava planejando fazer uma tatuagem. Pensava em tatuar a perna, mas logo refletiu que, por não ser muito alto, seus shorts acabariam cobrindo a arte. Então, se questionava: *pra que fazer uma tatuagem que ninguém vai ver?* Em seguida, ponderou sobre tatuar o antebraço, um pouco acima do pulso, e me perguntou se isso seria ruim por ser muito visível, pensando nas possíveis dificuldades em conseguir um emprego no futuro. Os orientadores de medidas socioeducativas responderam que essa era uma decisão que cabia a ele, pois não havia uma resposta pronta para esse tipo de dilema. Em seguida, todos voltaram seus olhares para mim, esperando minha opinião. Eu respondi: *Olha, Carlos, é mesmo muito complicado falar disso. Mas, como já te disseram, nós não podemos dizer o que é certo ou errado. Você chegou a conversar com a sua mãe sobre isso? E falar em emprego é muito*

louco [...] Por exemplo, muitas vezes eu tive a impressão de não passar em entrevistas de emprego por ser gay. Ao final, ainda acrescentei: Tenho a sensação de que, infelizmente, as pessoas sempre vão encontrar algo em nós que as desagrade, e é isso que muitas vezes define se seremos aceitos ou não no mercado de trabalho.

Naquele momento, eu havia finalmente saído do armário. Um gesto aparentemente simples, talvez para os heterossexuais, mas muito angustiante para mim, um jovem pesquisador, gay e afeminado. Um momento carregado de significados, pois o armário, como nos lembra Sedgwick (2007), é um dispositivo que regula a vida e estrutura a experiência de homossexuais, determinando quando, onde e como nossas identidades podem ser reconhecidas, afirmadas, ridicularizadas ou silenciadas. Ao dizer abertamente que era gay, notei que os olhos de Carlos Eduardo se arregalaram, assim como os dos outros dois jovens que estavam conosco. Todos pareciam surpresos, talvez pela franqueza da minha fala ou pela naturalidade com que abordei um tema geralmente envolto em silêncios e rigidez, afinal, segundo Foucault (1984): “a sexualidade faz parte de nossa conduta. Ela faz parte da liberdade em nosso usufruto deste mundo”.

Esses jovens, com quem pude compartilhar muito, possuem uma experiência com a sexualidade que costuma ser marcada por normas estritas e códigos de conduta chapados e heteronormativos, como nos lembra um interlocutor de Biondi “as monas não são o crime porquê o crime não dá o cu” (BIONDI, 2009, p. 147–8). Verbalizar quem eu sou, naquele contexto, era também uma maneira de me autorizar a estar ali com inteireza, sem esconder nada, sem precisar performar o que não sou, como tentar engrossar a voz ou usar roupas extremamente discretas como preto ou azul-marinho, tentando não chamar atenção – estratégias essas que tentei logo no início quando estava em campo. Era um gesto político e identitário, mas também uma prática onde eu tentava promover a construção de confiança mútua e de presença no campo.

Outro exemplo significativo aconteceu quando Fumaça me perguntou se eu tinha filhos. Em uma tarde, Fumaça comentava sobre alguns de seus amigos que estavam se tornando pais muito jovens, ou seja, construindo família e suas companheiras engravidando. A orientadora que acompanhava a atividade comigo interveio, dizendo que isso era muito arriscado, especialmente quando se tratava de jovens que tinham em média 17 anos, que ainda não trabalhavam e moravam com os pais. Fumaça concordou com ela,

mas aproveitou para devolvê-la a pergunta: *e você, teve sua filha com quantos anos, dona?* A orientadora respondeu que sua gravidez não havia sido planejada e que teve sua filha com pouco mais de 22 anos, e sentiu o quão difícil é cuidar de uma criança quando está despreparada e sem planejamento. Junto de nós, estava Paulo, que comentou que não via a hora de ter um filho, lamentou que sua namorada não quisesse ter filhos naquele momento. Paulo tomou a iniciativa de me perguntar se eu já tinha filhos: *e você, já tem filhos?* E Fumaça emendou: *é João Pedro²², você tem filho já, já tem namorada?*

Respondi que ainda não tinha filhos, nem namorada: *Eu sou gay, meninos, não tenho namorada. Mas, se um dia isso tiver que acontecer, eu adotaria uma criança com meu futuro companheiro.* Os garotos me encararam e eu gelei. Achei que tinha falado demais. Ambos balançaram a cabeça. Arthur riu com ironia e comentou: *Ah, você é gay, então?* como se não estivesse surpreso, provavelmente porque minha performance afeminada já sugeria isso. Fumaça, por outro lado, talvez tenha percebido meu desconforto diante da reação de Arthur, e logo interveio: *Caramba, deve ser muito complicado adotar, né?* Me senti aliviado com sua resposta e aproveitei para explicar um pouco sobre o processo de adoção. Apesar do incômodo provocado pela ironia de Arthur, a postura acolhedora de Fumaça suavizou aquela saída do armário. E, mesmo depois daquele momento, percebi que, embora tivesse me assumido com alguns jovens, ainda permanecia dentro do armário para muitos outros. No auge do trabalho de campo, enquanto ainda estava na instituição, eu tendia a interpretar esses momentos de verbalização da minha sexualidade como algo natural ou inevitável. No entanto, havia me esquecido da clássica “epistemologia do armário”, de Sedgwick (2007).

Aquela interação com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas era nova para mim, e Sedgwick nos lembra que cada novo contexto produz um novo armário. Ou seja, mesmo para pessoas assumidamente LGBT+, cada nova relação social exige novamente a decisão de revelar (ou não) sua sexualidade. Assim, o armário não é algo que se sai uma vez por todas: ele é reatualizado constantemente nas interações sociais. Sair do armário, portanto, nunca é um ato concluído, mas um processo contínuo, relacional, situado e incessante. Eu havia me assumido com Carlos Eduardo, Arthur e Fumaça, mas

²² Por vezes, Fumaça me chamava de João Pedro, eu nunca o corriji, com medo de que ele me interpretasse mal ao corrigi-lo.

não imaginava a quantidade de outros jovens com quem ainda interagiria e quantos novos armários ainda surgiriam. Como afirmam Miskolci (2007) e Sedgwick (2007), o armário é menos uma porta que se atravessa, e mais um dispositivo social que regula as identidades, e que constantemente nos interpela.

Mas nem sempre foi assim e nem sempre sair do armário foi a solução para que eu me sentisse confortável em perguntar e conversar com os jovens. Havia também os momentos em que, mesmo antes de qualquer verbalização da minha parte, ou seja, sem sequer sair do armário, eu já era subjugado. Meu corpo, minha performance e meus gestos denunciavam aquilo que, para alguns jovens, era suficiente para instaurar distância, deboche ou hostilidade. Um caso pode ter sido o modo como Josué, logo nas minhas primeiras incursões em campo, já no mestrado, buscava me atingir por meio de “brincadeiras” que ironizavam minha forma de falar –, ou melhor, minha performance afeminada, marcada por uma oralidade que ele interpretava como um traço da minha homossexualidade. Em uma das primeiras atividades que realizamos juntos, uma oficina de artes, Josué passou a repetir, de forma caricata, um *ain* exageradamente afeminado, sempre puxando a consoante final (n). Era um tipo de simulação grosseira frequentemente associada a estereótipos do que seria uma fala de um homem gay, feita por homens heterossexuais para ridicularizar a feminilidade. Frases como: *Ain, você acha que esse desenho tá bom?* ou *Ain, posso ir ao banheiro, João?* vinham acompanhadas de entonações e gestos nitidamente performáticos. Era como se ele encenasse minha presença, tentando me reduzir àquilo que ele entendia como a essência da diferença (BRAH, 2006) entre nós: minha sexualidade e minha forma afeminada de falar.

Outro caso foi quando alguns jovens chegaram à instituição após um desentendimento ocorrido na escola, relacionado a um episódio de racismo contra uma garota preta. Sabendo da minha formação em Sociologia, os orientadores de medidas socioeducativas me pediram que conversasse com eles sobre o tema, do que eles chamaram de *preconceito*. Em um momento que os próprios orientadores consideraram oportuno, iniciamos a conversa. Para introduzir a discussão sobre os *preconceitos*, utilizei o exemplo da minha própria sexualidade. Ao falar sobre a posição de um homem gay na sociedade e os entraves enfrentados cotidianamente, um dos jovens pegou seu celular e, enquanto eu continuava falando, passou a mexer no aparelho. Em momento nenhum, ele

olhou na minha direção. Nas semanas seguintes, quando eu me aproximava para cumprimentá-los, alguns deles deixavam as mãos reclusas, evitando o toque, como se meu gesto de aproximação não devesse ser retribuído, o que me deixava extremamente cabisbaixo.

Em momento algum, eu havia saído do armário com esses jovens – nem mesmo com Josué, por exemplo. Ainda assim, suas reações nos primeiros encontros me confrontaram diretamente com aquilo que eu mais temia: brincadeiras disfarçadas de violência, o desdém pela minha presença e identidade, expressos de forma contundente através da minha sexualidade. Esses episódios deixaram claro como minha orientação sexual, mesmo quando não verbalizada, foi um elemento central e incontornável nas minhas interações com os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Foi justamente ela que, de forma silenciosa ou explícita, mobilizou afetos, reações e limites nessas relações, revelando o quanto o corpo do pesquisador também se inscreve como dado etnográfico, produzindo sensações em campo e adversidades (LAGO, 2019; MEDEIROS, 2017).

De fato, assumir minha sexualidade como estratégia em campo funcionou muito bem em diversas situações. Ao sair do armário e assumir publicamente minha sexualidade para aquelas pessoas, pude interagir sem receio do motivo de talvez ser piada. Nas palavras de Heráclito de Éfeso, acontecia o “Panta rhei” – momento em que tudo estava fluindo como deveria. Com muitos jovens, isso abriu espaço para conversas mais francas, onde eu me sentia confortável para conversar e questionar. Hoje, refletindo mais detidamente, creio que, mais do que sair do armário, eu me confortaria em estar em uma cristaleira, nos termos de Passamani (2015). Essa metáfora representa um estado intermediário entre o dentro e o fora, o oculto e o revelado. Diferente do armário, que tradicionalmente guarda segredos ou identidades não reveladas, a cristaleira não esconde totalmente, ela expõe, mas com mediação. O vidro da cristaleira permite ver o que está dentro, mas sem acesso direto. Logo:

A cristaleira difere do armário porque não há nada guardado. Ela também difere do guarda-roupa porque você não faz uso dos cristais diariamente e nem os fica manejando com recorrência. Mas você sabe que eles estão lá. No entanto, a cristaleira confunde as dimensões de interno/externo, pois estes dois espaços parecem a continuação um do outro. Apesar das coisas estarem à mostra, de toda forma, há o vidro que constrói uma fronteira. Este vidro, sim, é facilmente quebrável. Quem sabe, seja mais difícil romper as portas do “armário”, ou

quebrar um “guarda-roupa”, do que estilhaçar uma parede de vidro (PASSAMANI, 2015, p. 149).

Sendo assim, estar na cristaleira já seria suficiente, talvez eu não precisasse sair do armário incessantes vezes, afinal, cada saída do armário também abria possibilidades de eu ser motivo de chacota. Entretanto, meu tema de pesquisa também tinha uma especificidade. Eu estudava masculinidades, enquanto minha própria masculinidade destoava daquelas valorizadas naquele contexto. A minha presença, por destoar desses códigos, ativava nos garotos reações ambíguas que transitavam entre o riso, a provocação e o incômodo. Ao mesmo tempo que essas situações geravam afetações (FAVRET-SAADA, 2005) que problematizavam minha própria presença e permanência em campo.

O que guia estas reflexões metodológicas sobre as condições em que a pesquisa foi feita são violências, ou seja, “aquilo que nos desorganiza, o que torna a realidade difícil de ser digerida”(CARVALHO et al., 2025, p. 21). Isso dá ensejo, seguindo pistas das epistemologias feministas, para falar que o conhecimento que produzi é localizado e parcial (HARAWAY, 1995) e que, de forma enfática, passou pelo imperativo da minha sexualidade. Haraway propõe uma crítica à noção de ciência como um saber neutro e universal, revelando que essa concepção costuma invisibilizar a posição situada de quem a produz. Em vez disso, ela sugere compreender a ciência como um saber situado, que opera por meio de articulações e dispositivos específicos para construir sua aparência de universalidade.

Assim, meu objetivo é que estas reflexões sirvam como um gesto de auto inscrição no texto – uma tentativa de localizar o pesquisador em termos metodológicos e políticos. Ao compartilhar dúvidas, tensões e estratégias que marcaram meu percurso etnográfico, busco praticar uma descolonização no nível da escrita (ABU-LUGHOD, 1996), abrindo espaço para um saber que reconhece sua parcialidade e sua enunciação situada. Isso significa reconhecer que minha presença em campo foi atravessada por marcadores que não puderam ser ignorados e, tampouco, apagados. Não falo de um lugar neutro, e tampouco pretendo representar uma totalidade. O que apresento nas páginas seguintes é um saber em carne viva, tensionado por encontros, silêncios, escutas e por recusas. É o saber possível de um jovem pesquisador gay, afeminado, que inventou caminhos para permanecer em campo. E talvez, justamente por isso, essas reflexões metodológicas sejam menos sobre verdades absolutas e universais e mais sobre travessias, ou seja, sobre o que

aprendi quando fiz campo, com a delicada disposição de se deixar afetar (FAVRET-SAADA, 2005). Essa é uma das interpretações, dadas as mais variadas possíveis, pela facilidade do acesso que tive (VELHO, 1981).

CAPÍTULO I

Respeito, dignidade e consumo: **a dimensão material e simbólica**

Elas é as amigas delas, fuma narguilé e gosta de festa
Uma mais linda que a outra e gosta de vim curtir o baile da serra
Eu sabotei o copo dela, ela ficou mais contente
Ela ficou viciada, tá na favela e tá sorridente

Eu solto pela boca, ela passa e me olha
Eu com a glock de roupa cumprindo o meu posto
Eu vi sorriso no rosto
Eu vi sorriso no rosto

Ela é as amigas delas desejar dançar com os meninos do moço
Eu vi sorriso no rosto
Eu vi sorriso no rosto

Nosso lugar de paz aqui na favela
Meia noite ela se arrumar que a festa começa
E da zona sul ela vem, vem, vem, vem bailar

Eu com os amigo no meio do baile com e a glock no bolso e o lança pro ar
E na cara do crime ela quer
E na cara do crime ela quer jogar

E na cara do crime ela quer
E na cara do crime ela quer jogar

Eu com os amigo no meio do baile e a glock no bolso e o lança pro ar
Eu com os amigo no meio do baile a a glock no bolso e o lança pro ar

Sorriso no rosto, MC Rick e Mc Leozin

1. RESPEITO, DIGNIDADE E CONSUMO: A DIMENSÃO MATERIAL E SIMBÓLICA

Apresentação

É no ordinário (2020) que a guerra se faz. A “descida ao ordinário” proposta por Veena Das convida a observar como grandes dinâmicas sociais – por exemplo, a violência – não se expressam apenas em acontecimentos espetaculares, mas também nos pequenos gestos, nos silêncios, nas rotinas e nas relações do dia a dia. A violência, sob essa ótica, deixa de ser um evento excepcional para se tornar uma presença constante e insidiosa na vida de sujeitos. É nesse cenário que este trabalho parte do pressuposto de que a vida é uma guerra ordinária na busca pelo respeito. E o respeito, aqui, se constitui a partir de duas dimensões interdependentes: a material e a simbólica. Ou seja, trata-se de algo que é, ao mesmo tempo, concreto (expresso no acesso a bens, dinheiro, trabalho e recursos) e simbólico, pois envolve reconhecimento, prestígio, dignidade e pertencimento. No cotidiano dos jovens que protagonizam esta pesquisa, essas dimensões não se separam: elas se entrelaçam e se fortalecem mutuamente, orientando suas ações, desejos e formas de estar no mundo.

Dito de outra forma, a dimensão material diz respeito a tudo aquilo que é concreto e palpável: bens de consumo, dinheiro, trabalho e objetos que fazem parte do cotidiano desses jovens, como roupas de marca, correntes de prata, óculos escuros, entre outros. Já a dimensão simbólica refere-se aos significados atribuídos a esses elementos, ou seja, os sentidos subjetivos, afetivos e sociais que eles carregam. Assim, o valor de um objeto ou de uma ação não reside apenas em sua materialidade, mas também no que ele representa. Essas duas dimensões não se separam, mas se entrelaçam constantemente: na vida desses jovens, o material nunca é apenas material, e o simbólico, muitas vezes, depende do material para existir. Por exemplo, usar uma corrente de prata requer poder de compra (dimensão material), mas também atua como marcador que confere prestígio e respeito durante um baile (dimensão simbólica). Assim, o cotidiano desses jovens é atravessado

por práticas nas quais o concreto e o simbólico se fundem, orientando a busca pelo respeito.

Neste capítulo, proponho demonstrar como o respeito é construído a partir da articulação entre duas dimensões fundamentais: a material e a simbólica. Tendo como ponto de partida a análise do relato de um baile, evidencio que os jovens ganham reconhecimento e prestígio de duas formas principais: por meio dos elementos que os adornam (como roupas de marca, tênis caros, correntes de prata e até as drogas consumidas no evento) e também pela presença feminina ao seu redor, que reforça sua valorização social e suas masculinidades diante do grupo. No entanto, essa busca por respeito não se restringe ao espaço do baile; ela atravessa o cotidiano desses jovens, manifestando-se nas interações mais ordinárias, nos gestos, nos cuidados com a família. Dessa forma, argumento que, ao buscarem respeito, esses jovens não reivindicam apenas a condição de homens, para os quais “ser homem é respeitar para ser respeitado”, mas também o seu “direito de brilhar” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2023), ou seja, o direito de existir com dignidade.

O baile

Naquele dia, Leozinho, jovem de 17 anos, estava visivelmente sonolento. Apesar do barulho alto na sala de artes, enquanto eu e as orientadoras de medidas socioeducativas organizávamos os materiais para a atividade, ele piscava lentamente, em um vaivém típico de quem cochila e desperta repetidamente. Em um desses momentos, Felipe, também com 17 anos, pele branca, olhos castanhos claros e cabelo descolorido, deu um tapa forte na mesa, fazendo com que Leozinho acordasse assustado. O gesto arrancou risadas de todos os colegas. Fingindo estar irritado, Leozinho reagiu: *Parece que nem sabe que eu trampei (trabalhei) ontem à noite. Tô cheio de sono, nem dormi direito*. Pelo tom de sua fala e pela reação de seus colegas, ficou nítido que Leozinho estava brincando com eles. Enquanto ria, um colega disse que ele tinha feito de tudo, menos trabalhado. O fato foi logo ficando mais claro, e descobrimos que na noite anterior havia acontecido um baile em uma *quebrada* da cidade e todos estavam lá. Sendo assim, boa parte das conversas

daquele dia foram guiadas por momentos que aconteceram desde a ida ao baile. Cada um contou um pouco sobre alguns momentos gloriosos.

Leozinho começou contando uma história que aconteceu logo após saírem da biqueira, isto é, do ponto de drogas ilegalizadas em que eles trabalham. Ele e mais quatro amigos estavam juntos quando foram abordados por uma moça um pouco mais *velha*. Segundo ele, era uma mulher *branca*, bem bonita, muito bem arrumada, aparentando ter uns 25 anos. Ela se aproximou do grupo, já nas redondezas da biqueira, e perguntou diretamente a Felipe se ele não queria ficar com ela. Leozinho disse que Felipe ficou visivelmente sem graça, com as bochechas *vermelhas*. Enquanto Leozinho narrava, os colegas que não estavam presentes no momento começaram a tirar sarro de Felipe. Rindo, diziam que ele havia *pipocado*, ou seja, que não teve coragem de agir. Tentando se defender, Felipe respondeu: *Nunca nem vi ela, era mais velha e eu fiquei até sem reação [...], queria ver se fosse com vocês*.

Como forma de se livrar da situação que o colocava como alvo de piadas, Felipe tentou reverter o jogo. Afirmou que, na verdade, a garota só tinha se aproximado dele porque ele era o mais bonito entre os colegas. Buscando reforçar essa ideia e reafirmar sua autoestima diante do grupo, esperou o momento em que a sala ficou em silêncio, olhou para sua orientadora de medidas e disparou: *Eu falo pra você, dona, o pai chama a atenção delas*. A frase arrancou risos jocosos dos colegas, e Leozinho emendou: *Eu falo, as branquinha é gamada nos que têm fama de traficante [...] elas gostam da gente. Não lembra das mina lá do baile?* Leozinho continuou sua fala dizendo que no baile eles eram as grandes atrações. Dizia que quando chegavam juntos, todas as minas ficavam de olho, e os companheiros só davam os *salve* (cumprimentando).

Jefferson, jovem preto, piercing nas sobrancelhas, 17 anos e bastante envolvido no tráfico (assim como toda sua família), nos contou o seguinte: *o meu salário dos últimos três plantões foi praticamente todo pro baile*. Nós o questionamos como um montante tão alto de dinheiro²³ durou apenas algumas horas. Jefferson, em seguida, elencou uma série de coisas: *corte de cabelo degradê, roupa da nova da lacoste, boot da nike, copão pros*

²³ Plantão é a forma como esses jovens se referem às suas jornadas de trabalho na biqueira. Um plantão, idealmente, vale em torno de R\$ 500,00. Mais sobre os plantões e os retornos financeiros desses jovens serão evidenciados no capítulo 2.

parceiros, doce e K9. O garoto explicou que quando alguém chega com roupas novas e cabelo *na régua* (cortado e estilizado), olhares são atraídos. Além disso, ele relatou ter trocado seu celular antigo por um Iphone. Em seguida, André, jovem branco de 17 anos, com tatuagens espalhadas pelo corpo, brincos nas duas orelhas e cabelo bem curto, comentou, com empolgação, qual havia sido o ponto alto da noite no baile. Para ele, o melhor momento foi quando *as minas mais gostosas* se aproximaram e perguntaram se podiam beber com o grupo e ficar ali com eles. André destacou esse episódio como especial porque, segundo ele, sua ex-namorada estava observando tudo de longe e vê-lo cercado por outras garotas seria uma forma certa de provocar ciúmes. Embora a intenção de André fosse atingir sua ex, todos os colegas que estiveram no baile concordaram: aquele havia sido, de fato, o momento mais marcante da noite.

Neste grupo, havia alguns jovens em processo de saída do tráfico²⁴, o que os colocava em uma condição financeira mais restrita. Como veremos em momentos posteriores deste trabalho, deixar o tráfico não é apenas uma decisão individual, mas um processo complexo que exige reorganizar rotinas, redefinir prioridades e, sobretudo, recalcular os próprios gastos. Esses jovens, agora com menos recursos, não compareceram ao baile e, durante a conversa, limitaram-se a ouvir as histórias. Riam em alguns momentos, mas, na maior parte do tempo, permaneciam em silêncio.

A partir desses relatos sobre o baile, é possível compreender que há ali um verdadeiro ritual de estima e exaltação, no qual os jovens ganham e distribuem respeito e visibilidade entre seus pares. Não é sobre se sentir mais que os outros que não podem ir ao baile, mas sim sobre ter proceder, ser ponta e firme e nunca perder a humildade, valores destacados por Marques (2009). Se no trabalho na biqueira o jovem deve ser discreto, no

²⁴ Da ótica do envolvimento, quando o jovem decide parar de traficar, significa romper com o comprometimento e com a responsabilidade no varejo de drogas. Neste momento, ele deixa de fechar com o crime. Essa não é uma tarefa fácil, mas é algo que começa a ser cogitado diariamente pelos garotos que conheci, em geral, um pouco antes de completar 18 anos. É neste momento que a maioria legal representa um marco de mudança significativa na forma como o sistema de justiça o trata. Antes dos 18 anos, o jovem que é apreendido responde por atos infracionais e pode ser enviado para a Fundação CASA (medida em meio fechado) ou unidades socioeducativas similares (medida em meio aberto). A medida socioeducativa tem um tempo de internação limitado e não equivale a uma pena no sistema penitenciário comum (BELUSSO, 2021; DUPREZ; BUGNON, 2010; LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015) Após os 18 anos, qualquer envolvimento com o tráfico passa a ser tratado como crime adulto, com penas bastante severas, variando de 5 a 15 anos de reclusão.

baile ele pode e deve chamar atenção. O jovem chama a atenção dos outros por meio das coisas que o adornam: roupas de marca, cortes de cabelo estilosos, presença feminina, consumo de bebida, drogas e uma boa rede de companheiros. Nesse cenário, o dinheiro ocupa papel central, pois é ele que possibilita a aquisição e circulação dessas coisas. Assim, é sobre ostentação, mas também sobre a construção de um tipo de respeito que os posiciona positivamente em condições materiais e simbólicas. Ao mesmo tempo, cultivam entre seus pares aquilo que Barbosa (2006) chamou de “amizade” e “fortalecimento”; Grillo (2013) chamou de “estima” e “consideração”; e eu estou chamando de respeito, que é construído em dimensões materiais e simbólicas.

Podemos levar em conta os mais variados contextos, mas primeiro gostaria de focar na noite no baile. Em uma noite de baile, esses jovens chamam a atenção de duas maneiras centrais: pelas coisas que os adornam e pela presença feminina ao seu redor. Roupas de marca, cortes de cabelo bem feitos, tênis caros, perfumes importados e copos cheios de bebida compõem um conjunto de coisas que elevam sua imagem naquele espaço e lhes dão a sensação de respeito. No entanto, mais do que os objetos, é também a presença das mulheres que firma, de maneira decisiva, sua posição de prestígio. Estar cercado por garotas consideradas bonitas, desejáveis ou populares reforça as masculinidades e valida seu valor diante dos pares. Nesse contexto, a mulher não é apenas companhia, mas um elemento estruturante das identidades masculinas que são aceitas naquele local.

Coisas que os adornam e suas (i)materialidades

A partir do caso do baile, é possível observar que uma única noite nesse espaço é marcada por intensas emoções, agenciamentos, interações e acontecimentos significativos. O funk e o rap, gêneros musicais centrais nesses eventos, não apenas embalam a festa, mas também funcionam como formas privilegiadas de sociabilidade e expressão. Esses jovens se veem refletidos nas letras dessas músicas, o que contribui para o fortalecimento de suas autoestimas e de seus sentidos de pertencimento (DAYRELL, 2002). Esses gêneros, portanto, não são apenas trilhas sonoras da festa, mas dispositivos identitários. É nesse contexto que as indumentárias ganham destaque: os cortes de cabelo milimetricamente pensados, os tênis de marca, as correntes prateadas, os óculos escuros

estilo juliete e as camisetas de grife funcionam como prolongamentos do corpo. São signos que comunicam status e, ao mesmo tempo, produzem respeito. Por isso, considero relevante retomar autores que discutem como certos elementos materiais operam como extensões do corpo físico, ampliando não apenas sua presença, mas também sua potência de ação e reconhecimento social.

Em primeiro lugar, recorro à Donna Haraway, que trabalha a ideia de extensão do corpo, principalmente em relação à sua noção de ciborgue, desenvolvida em “Manifesto Ciborgue” (2009). Para Haraway, o corpo não é uma entidade fixa ou natural, mas um híbrido entre organismos e máquinas, cultura e tecnologia. A extensão do corpo, nesse sentido, não é apenas física, mas também simbólica e política. Deste modo, o ciborgue representa a fusão entre humano e máquina, rompendo dicotomias tradicionais como natureza/cultura e orgânico/tecnológico. Em segundo lugar, recorro a Alfred Gell que também trabalha com a ideia de extensão do corpo em sua obra “Art and Agency: An Anthropological Theory” (2018), onde propõe que objetos e artefatos podem funcionar como próteses ou extensões da agência humana. A “agência distribuída” sugere que objetos, artefatos e coisas operam como extensões de corpos e de vontades. Deste modo, segundo Gell, nós não estamos presos em nossos “corpos fixos” (p. 103), e por este motivo, tudo que nos rodeia e que carrega traços de quem somos ou do que fazemos também participa da nossa presença social, ou seja, testemunha “nossa existência, nossos atributos e nossa agência” (p. 103).

Ambos os autores compreendem que o corpo não é uma entidade estritamente física ou biológica, mas sim um híbrido que se prolonga em redes de relações sociais, tecnológicas, materiais e simbólicas. É nesse ponto que a indumentária desses jovens e os objetos que os adornam nas noites de baile ganham sentido. Diversos pesquisadores já exploraram as relações entre pessoas e objetos, especialmente no que se refere às suas (i)materialidades. Grillo (2013), inspirada por Alfred Gell e Bruno Latour, investiga como certos objetos (como carros, motos e armas) operam como dispositivos que articulam o social, permitindo a conexão entre eventos distantes no tempo e no espaço. A autora mostra como essas materialidades do crime carioca produzem significados relacionados ao consumo, à estética e à territorialidade.

Seguindo esse caminho, França (2010), também a partir de Gell, analisa como chapéus de ursos e bandeiras (flags) contribuem para a performance de masculinidades afeminadas em festas gays, destacando que esses adornos só ganham sentido quando acompanhados de posturas e gestos específicos. Rui (2012), mobilizando Gell e Appadurai, mostra como o corpo do usuário de crack é socialmente construído como abjeto, sendo inseparável da visibilidade de seu cachimbo, que adquire uma “humanidade” própria. Assim, observa-se uma interação entre “pessoas coisificadas” e “coisas pessoalizadas” (p. 300), onde os objetos não apenas representam, mas também constituem formas de estar no mundo. Por fim, Mizrahi (2018), ainda a partir de Gell, revela como o dinheiro, no funk ostentação carioca, atua simultaneamente como adorno estético e como símbolo de poder e riqueza, ou seja, como um objeto que é, ao mesmo tempo, visibilidade e força.

Por esses caminhos, é possível compreender que o corpo não se limita à sua materialidade física. Ele adquire inteligibilidade e reconhecimento social por meio dos objetos que o acompanham e o adornam. Grillo (2013), em uma análise engenhosa, demonstra como bens roubados, por exemplo, relógios e celulares, tornam-se a materialidade do crime carioca e das pessoas que o portam. França (2010) revela as negociações simbólicas que constituem identidades de gênero em festas gays, mostrando como determinados adornos participam das performances. Rui (2012), de forma clara e contundente, evidencia que o corpo abjeto do usuário de crack é inseparável de seu cachimbo, que atua como uma extensão material e simbólica desse corpo estigmatizado. Já Mizrahi (2018), a partir de sua etnografia, mostra enfaticamente como o dinheiro em espécie (especialmente em grandes quantias visíveis) se torna um atributo do corpo masculino no universo do funk ostentação, como no caso de Mr. Catra, funcionando ao mesmo tempo, como adorno e demonstração de poder.

Em comum, essas autoras, ainda que partindo de contextos empíricos diversos, nos ajudam a perceber como objetos materiais não apenas acompanham os sujeitos, mas os constituem. Suas análises iluminam a complexidade das relações entre pessoas e coisas, evidenciando o potencial que os artefatos possuem de prolongar, ampliar e performar os corpos e suas existências sociais. As indumentárias e coisas que adornam os corpos desses jovens de forma material são extensões de seus corpos que alimentam e objetivam a

dimensão simbólica. Em uma noite no baile, o cabelo degradê, as correntes de ouro ou prata, o K9, os doces, a roupa nova e o copão são (i)materialidades que, na medida em que provocam respostas de respeito, aprovação e prestígio, geram relações e têm efeitos sobre esses jovens. Não compreendo que esses objetos e coisas possuem uma agência sem interação com os sujeitos, ou seja, um cordão de prata em uma vitrine nada mais é que um cordão de prata. Sendo assim, a condição desses agenciamentos parte exclusivamente das intenções e percepções dos humanos que os criam, usam e interpretam. É o cordão de prata no pescoço de André que está no baile que importa. Desta forma, esses objetos e coisas são símbolos de status e pertencimento, que produzem respeito. Considero, assim como Rui (2012); França (2010); Grillo (2013); Gell (2018) e Mizrahi (2018) que esses objetos e coisas não são apenas bens materiais, mas atuam como mediadores de relações sociais e identidades dentro de contextos específicos, que neste caso, é o contexto dos bailes.

No relato daquele baile, enquanto meus eles conversavam, pude perceber que os objetos e coisas não eram apenas acessórios, mas verdadeiros atores na produção do respeito. Eram justamente os elementos que compunham suas indumentárias (suas roupas, acessórios, cortes de cabelo) que lhes conferiam prestígio e reconhecimento. Em outras palavras, esses objetos ativavam suas “capacidade[s] de ativar relações entre pessoas” (GELL, 2018, p. 5), funcionando como dispositivos da agência distribuída. E desta forma, podemos dividir esses objetos e coisas que os jovens utilizam em três grandes eixos organizacionais. Em primeiro lugar, poderíamos colocar as vestimentas e cortes de cabelo que compõem as indumentárias, ou seja, *as roupas novas da lacoste e os boot da nike*. Roupas e calçados específicos (Nike, Lacoste, Oakley, Puma) indicam pertencimento e posição dentro do grupo, bem como a ostentação por serem roupas de grandes marcas. Isso se estende às correntes e relógios de ouro que simbolizam conquistas e demonstram poder econômico. Além disso, os cortes de cabelo degradê são marcas registradas desse estilo, afinal, compõe suas estéticas e geralmente estão no topo das listas de preços de barbearias da quebrada²⁵.

²⁵ Para saber mais sobre as barbearias, verificar o artigo apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, intitulado de “A barbearia muda vidas, né mano?: medidas socioeducativas e projetos empreendedores” de minha autoria junto de Matheus Martins Souza.

Em segundo lugar, destacam-se os itens consumidos durante o baile, especialmente as drogas lícitas e ilícitas. Entre eles, estão os *copões* de uísque com gelos saborizados, os *doces* e o K9. O consumo de drogas sintéticas ou maconha, além de alterar os estados de consciência, atua como um mecanismo de sociabilidade, estabelecendo vínculos entre os vapores e outros frequentadores do baile não envolvidos, mas também com gerentes e donos de biqueira. Trata-se de uma prática que fortalece os sentidos de pertencimento e solidariedade entre as pessoas. Cria-se um laço de coesão (LYRA, 2013a) entre todos os unidos pelos sentidos de pertencimento do baile e pelos envolvidos pela biqueira também. De outro lado, os *copões* de bebida ou *combos*²⁶ (consumidos por eles ou pagos para outras pessoas, como meninas que se quer conquistar ou parceiros) indicam o poder aquisitivo.

Por fim, um terceiro grupo de coisas que não aparece muito no caso relatado, mas que é possível de ser analisado são os artefatos tecnológicos. Aqui podemos colocar celulares, carros e motos. Verificamos que Jefferson afirma ter comprado um Iphone. Essa troca não aconteceu apenas para a noite no baile, mas sem dúvidas esse é um objeto que cria diferenciações e olhares de aprovação. Esses objetos são adquiridos por excelência nas quebradas por meio das mercadorias constantemente roubadas e trocadas. Além desse tipo de celular ser um aparelho caro que demonstra um certo tipo de status, ele é quase parte do corpo desses jovens. Por vezes, os profissionais que aplicam medidas socioeducativas dizem que alguns jovens tiravam fotos de frente para o espelho para mostrarem que tinham celulares da *maçãzinha*. Nesse quesito, também podem ser elencadas as motos e carros utilizados para chegar até os bailes. Chegar portando um meio de transporte no baile não é só somente pilotar um veículo, mas um sinal de destaque e um meio de exibição. Nesse sentido, a forma como Haraway (2009) vê o corpo, ou seja, como um ciborgue, é interessante para compreendermos esse caso. Esse híbrido entre orgânico e tecnológico, entre carne e máquina, possui uma identidade e agência que se ampliam por meio desses dispositivos como *maçãzinhas* e cilindradas.

²⁶ Refere-se a um conjunto de garrafas de bebidas alcoólicas vendidas em baldes de gelo, geralmente acompanhado de energético.

Esses três arranjos funcionam como moedas sociais, determinando quem recebe respeito e atenção. Além disso, eles mediam interações por meio disso que estou chamando de dimensões materiais e simbólicas²⁷. Os objetos não são apenas materiais, mas agentes que estruturam as relações no baile e na vida desses jovens. A teoria de Gell nos ajuda a entender como eles representam status e prestígio, bem como moldam comportamentos, emoções e olhares decisivos na produção do respeito. Desta forma, o que une essas dimensões é o dinheiro (FELTRAN, 2014) e o próprio consumo, ou seja, aquilo que Pinheiro-Machado e Scalco colocam como a “espinha dorsal da auto constituição existencial, de classe e política dos indivíduos no século XXI”²⁸ (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2023, p. 213). Só se consegue acessar esses objetos e coisas quando esses jovens estão trabalhando, ou seja, quando eles têm dinheiro. Se voltarmos à cena, podemos ver que quem não foi ao baile ficou quieto, apenas rindo discretamente algumas vezes.

A magia está na possibilidade do dinheiro ser visto e usado (MIZRAHI, 2018) por meio de objetos e coisas que são passíveis de compra. Desta forma, o dinheiro e o consumo conseguem provocar olhares de pares e terceiros, fazendo com que a pessoa social emerja, seja exibida, reconhecida e respeitada. Sendo assim, é também a posse do dinheiro que produz essa dimensão simbólica e a dimensão material. É ele quem ajuda a conferir prestígio e estima entre os jovens.

Essas dimensões materiais e simbólicas essenciais na busca por respeito não se restringem ao contexto do baile, mas se manifestam em diferentes situações do cotidiano desses jovens. Um exemplo é o de Vitinho, jovem branco de 16 anos, que trabalhava como vapor²⁹. Após um plantão particularmente difícil (que ele descreveu como *cabuloso*), contou-me que foi até uma padaria comprar pães de queijo para sua avó, pois sabia que ela gostava muito. Apesar do dia conturbado, ele disse ter achado especial poder presentear-lá. Outro caso que ilustra essa dinâmica é o de Kauê, também jovem branco de

²⁷ Materiais, pois em sua maioria são passíveis de compra, simbólicas, pois produzem respeito, pertencimento, integração.

²⁸ Tradução minha.

²⁹ Será mais bem detalhada a estrutura da biqueira no próximo capítulo, entretanto, um vapor é o jovem que está na ponta do mercado de drogas ilegalizadas, fazendo o serviço acerca das vendas e, em alguns casos, da endolação dos produtos.

16 anos, que havia deixado o tráfico recentemente e estava trabalhando como garçom durante as noites. Ao final de uma atividade, por volta das 17h, informou que sairia rapidamente e não conseguiria sequer comer o lanche oferecido. Diante da curiosidade minha e do professor de educação física, explicou: *Como agora eu tenho muié e não tô mais no corre, preciso dar um auxílio em casa [...], porque de noite eu trabalho muito, chego em casa depois da meia-noite só.* O professor de educação física disse que estava muito contente com o caminho que Kauê estava trilhando, e o garoto, respondeu positivamente, dizendo que também estava bastante feliz por estar conseguindo *sustentar* sua família.

Esses dois casos mostram que as dimensões materiais e simbólicas da construção de respeito não se limitam à aquisição de bens de consumo ou à ostentação. Elas também envolvem práticas morais e afetivas que produzem reconhecimento. Presentear a avó ou sustentar a casa com o próprio trabalho são ações que comunicam dignidade e valorização de si, funcionando como estratégias concretas e simbólicas para reivindicar respeito em contextos de constante desvalorização e desigualdades, afinal, esses jovens estão à margem dos privilégios sociais (BARROS, 2024).

Deste modo, mais detidamente, o que une essas dimensões (material e simbólica) é o que Pinheiro-Machado e Scalco³⁰ chamaram do “direito de brilhar”, ou seja, o desejo por bens e coisas que estão na mídia (celulares, roupas, tênis) e experiências prazerosas (ir ao baile, ajudar em casa, ajudar os amigos e pessoas próximas) que transcendem o simples consumo, assumindo um caráter político e existencial. Esse direito expressa uma reivindicação por visibilidade, reconhecimento e cidadania, especialmente em contextos marcados por desigualdade e exclusão. Esses gestos também mostram esse caráter existencial da busca pelo respeito, assim como no baile, em que o brilho está nas roupas, bebidas e presenças, ele também se manifesta em trocas que carregam significados afetivos e profundos, como ajudar em casa ou presentear avós³¹. Trata-se, portanto, de uma

³⁰ Meu sincero agradecimento ao professor e amigo Felipe Rangel, cuja generosa indicação do texto de Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Scalco foi fundamental para a finalização desta reflexão.

³¹ Casos assim serão vistos também nos próximos capítulos, como a necessidade de ter a renda de um pai de família ou de ajudar decisivamente com a renda da própria família.

forma de reconhecimento que reafirma que o “direito de brilhar” é também o direito de existir com dignidade nos detalhes cotidianos da vida.

Deste modo, brilhar, nesse contexto, não se reduz à mera ostentação; trata-se de uma afirmação existencial que se expressa por meio de condutas, adornos e estilos que comunicam pertencimento, autoestima e agência³². Essa expressão se dá mediante duas dimensões, a material e simbólica, inseridas em um universo social que frequentemente nega esses atributos a esses jovens das classes populares. Assim, o ato de brilhar torna-se uma forma legítima de reivindicar reconhecimento e produzir respeito, ou seja, “viver uma vida materialmente confortável, exibir com orgulho seus corpos em espaços públicos e vivenciar momentos de felicidade efêmera e alívio do sofrimento” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2023, p. 316).

A mulher como parte do homem

Se recordarmos o desfecho do caso do baile, o papel feminino aparece de forma significativa em dois momentos distintos. O primeiro ocorre quando o grupo estava a caminho do baile e, ao saírem da biqueira, uma jovem aborda Felipe perguntando se ele gostaria de ficar com ela. Visivelmente sem graça com a abordagem, Felipe ficou com o rosto corado, o que foi comentado por Leozinho, que ressaltou suas bochechas vermelhas. Felipe justificou seu constrangimento mencionando uma série de razões para sua reação. O segundo momento ocorre durante o baile, quando André relata que algumas das garotas mais atraentes se aproximaram do grupo, perguntando se podiam beber com eles e permanecerem ao seu lado. André destacou esse episódio como especial, principalmente por ter conseguido despertar ciúmes em sua ex-namorada. Os demais meninos concordaram que aquele foi um dos momentos mais marcantes da noite.

Seja no primeiro ou no segundo caso, o ponto central é que a figura feminina surge não apenas como objeto de desejo e marcador de status masculino, mas também como uma forma de validação diante dos pares, expressando traços evidentes de como meus

³² Em outras palavras, trata-se de algo que confere ao indivíduo a habilidade de interpretar sua experiência social e de traçar maneiras de lidar com a vida, mesmo diante das situações mais severas e coercitivas.

interlocutores experimentam sua sexualidade, ou seja, por meio da heterossexualidade compulsória³³. Além disso, a mulher é colocada no lugar de quem aprecia e valida a estética e o rótulo associados a esses jovens, especialmente aquele ligado à figura do traficante, como pudemos observar na fala de Leozinho: *às branquinha é gamada nos que tem fama de traficante*. Nesse sentido, a figura feminina se torna mais do que uma presença: é um dos adornos simbólicos que contribuem para que o homem se reconheça como tal (MIZRAHI, 2018). Assim, a mulher assume o papel de um elemento que confere poder, virilidade e status ao homem, reforçando suas masculinidades dentro daquele contexto social.

No primeiro momento, a garota pede para ficar com Felipe. É importante ressaltar que não é qualquer garota, mas uma garota branca. Quando ela é descrita, esse é o primeiro marcador social de diferença (PISCITELLI, 2008) que é evocado. Não por acaso, ao evocar este marcador racial, fica evidente que o jovem reconhece e enfatiza que está sendo desejado por uma garota branca. Este é uma espécie de peso positivo para ele, ou seja, o peso de ser reconhecido, de ser aprovado e de ter uma garota branca lhe desejando. Isso corrobora com o fato de que na perspectiva racial do Brasil, a mulher branca desde sempre ocupou um lugar de pureza (GONZALES, 1984; hooks, 2019; MOUTINHO, 2014). De tão pura que é, as bochechas de Felipe ficaram até coradas de vergonha. Ao tentar contornar a situação em que foi exposto por não ter ficado com a garota, ele argumenta que, pelo simples fato de a garota ter se interessado por ele, isso já seria uma prova de que ele era o mais bonito do grupo. Com isso, ele ressignifica a situação e transforma a figura feminina em um adorno (uma parte sua), cuja validação reforça sua posição e valor social diante dos pares. Assim, a garota deixa de ser um sujeito de desejo para se tornar um recurso de afirmação da masculinidade, do respeito e de ascensão entre os amigos.

No segundo momento, outras garotas se aproximam e perguntam se podem beber com meus interlocutores. Segundo os próprios jovens, esse foi o grande momento do

³³ A heterossexualidade compulsória, ou o que Butler (2003) denomina como uma heterossexualidade de matriz heteronormativa, configura-se como a imposição de uma norma única, binária, naturalizada e obrigatória de viver. Trata-se de uma estrutura que define a heterossexualidade como o caminho legítimo e esperado de existência, apagando ou marginalizando outras formas de expressão e desejo. Nesse modelo, relações entre homens e mulheres não apenas são vistas como naturais, mas como a única forma reconhecida socialmente de relação válida, ou como chamou Miskolci “um meio privilegiado de socialização” (MISKOLCI, 2007, p. 57).

baile, um instante de reconhecimento que extrapola o nível individual e passa a envolver o grupo todo. Trata-se do reconhecimento do “bonde” (MATTOS, 2014), isto é, da coletividade formada pelos garotos. Esse reconhecimento, mediado pela atenção das garotas, revela-se como reflexo do status social alcançado por eles, de seus adornos e das performances de suas masculinidades naquele espaço. Cecchetto (2004), ao investigar a relação entre masculinidades e violência no Rio de Janeiro, tomou os bailes charme³⁴ como um de seus postos de análise. A autora observou a existência de um certo “ethos pacificador” entre os frequentadores, ou seja, momentos em que os jovens evitavam conflitos e priorizavam a convivência pacífica. Embora os bailes não fossem completamente livres de brigas, por excelência, se constituíam como espaços de lazer e descontração. Assim, as performances de masculinidade nesse contexto não se ancoram prioritariamente na violência ou no confronto. Para que o reconhecimento do bonde se concretize, torna-se fundamental a coesão do grupo, bem como a presença de elementos simbólicos como uma espécie de pacifismo entre os garotos. Esse reconhecimento pelas garotas também está ligado à essa forma de masculinidade valorizada dentro do baile.

Sendo assim, esses garotos também acumulam prestígio, consideração e moral (GRILLO, 2013; NERI, 2009) (elementos fundamentais na constituição do respeito, como será apresentado nos capítulos seguintes) especialmente quando recebem atenção de mulheres ou são alvo de desejo por parte de algumas delas, sobretudo aquelas que se encaixam em certos padrões valorizados dentro daquele contexto. A presença feminina, nesses relatos, aparece como uma espécie de chancela simbólica que confere status e reconhecimento ao jovem. Trata-se de um jogo complexo no qual a mulher, ainda que muitas vezes objetificada por esses rapazes, como no caso de André, que tenta provocar sua ex-namorada durante o baile, também desempenha um papel central na legitimação da própria masculinidade. A mulher, portanto, não é apenas um objeto de desejo, mas uma figura que permite ao homem ser visto e celebrado socialmente. A partir dos relatos, fica evidente que o corpo feminino, sua feminilidade, e as marcas cruzadas de gênero, raça e classe que ela carrega (MCCLINTOCK, 2010) funcionam como adornos simbólicos que

³⁴ Bailes que surgiram no Rio de Janeiro nos anos 80, com predominância de black musics, especialmente soul, funk americano e hip-hop romântico. O termo “charme” faz referência ao estilo dançante e sensual dessas músicas.

ajudam a compor a performance dos jovens. Nesse processo, o valor da mulher está relacionado ao que ela representa socialmente, ou seja, sua estética, sua postura e à forma como ela contribui para a elevação do status e empoderamento do homem diante de seus pares.

Assim, o reconhecimento e o desejo feminino operam como dispositivos de distinção, validando socialmente esses jovens e possibilitando que eles sejam respeitados. Como apontou Mizrahi (2018), a mulher torna-se parte da engrenagem que estrutura a masculinidade, sendo um dos elementos que permite ao homem não apenas sentir-se homem, mas ser reconhecido como tal: uma pessoa a ser respeitada. Dessa forma, a figura feminina assume um papel duplo: simultaneamente objetificada para fins de afirmação masculina e valorizada como chave simbólica que garante prestígio, respeito e no coletivo.

O material e o simbólico

As dimensões materiais e simbólicas são extremamente importantes na vida desses jovens na produção do respeito e busca pelo respeito, ou seja, o próprio respeito é, em sua essência, material e simbólico. Os bens de consumo, como roupas de marca, celulares caros, bebidas e veículos, não são apenas objetos utilitários, mas verdadeiros marcadores de status que comunicam poder aquisitivo, pertencimento, prestígio e a capacidade de viver a vida com dignidade. Esses itens funcionam como extensões corporais e símbolos de distinção, fundamentais para a construção de uma identidade respeitável diante dos pares. Fora os bens de consumo, existem também os atos que traduzem necessidades que configuram condições primárias para viver, ou seja, necessidades de uma dimensão de ganhar a vida, de *trampar*: colocar comida na mesa, criar os filhos, ajudar as mães, avós e pais.

No contexto do baile e, mais amplamente, no cotidiano desses jovens, a busca por respeito é orientada por duas dimensões fundamentais, a material e a simbólica, que não operam de forma separada, mas se entrelaçam continuamente. Atos aparentemente simples, como comprar pães de queijo para a avó, são ilustrativos: trata-se de um gesto material, viabilizado pelo dinheiro, mas carregado de significados simbólicos, pois reforça o senso de dignidade e afeto familiar. Esses jovens, que vivem seus dias tentando habitar

o mundo (DAS, 2020), são atravessados por essas duas dimensões. Ambas expressam um desejo profundo de alcançar uma vida gloriosa (HIRATA; GRILLO, 2019a) ou, como provocou Carolina Grillo³⁵ em minha banca de qualificação, um anseio por deixar uma marca no mundo.

Através dessa busca, reivindicam não apenas o reconhecimento enquanto homens – para os quais “ser homem é respeitar para ser respeitado” – mas também seu “direito de brilhar” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2023). Trata-se de uma aspiração por status, visibilidade, reconhecimento e, também, por desfrutar os prazeres e os símbolos que marcam uma vida considerada respeitável: vestir roupas de marca, pagar *copões* de uísque para os parceiros no baile, ostentar pratas e óculos escuros *juliete*, comer no McDonald’s, ajudar financeiramente a família, suprir necessidades básicas de pessoas próximas ou presentear alguém que se ama. Essas práticas revelam que o respeito (que tanto buscam) está enraizado em necessidades concretas e desejos simbólicos que definem a experiência de ser jovem, com 15, 16, 17 ou 18 anos, em um contexto marcado por vulnerabilidades, mas também por estratégias cotidianas de afirmação, dignidade e pertencimento.

Existem diversas arenas nas quais podemos observar a busca por respeito. No capítulo seguinte, analisaremos o “mundo do crime” (FELTRAN, 2008; GRILLO, 2013) como uma dessas possibilidades. Embora ofereça uma renda elevada e de obtenção rápida, o envolvimento com o tráfico não se limita à dimensão econômica (material): ele também proporciona a sensação de pertencimento (simbólico), reconhecimento e valorização social por parte de seus pares. Nesse sentido, o crime surge como uma esfera concreta da busca e ganho por respeito. No entanto, trata-se de uma esfera profundamente arriscada, marcada por índices de letalidade e pela constante ameaça de encarceramento. Diante disso, cabe indagar: por que, apesar de seus riscos evidentes, o crime ainda se apresenta como uma alternativa plausível para esses jovens? E, para além do crime, o que mais importa? Ou seja, em quais arenas a busca por respeito também se evidencia? Essas questões serão aprofundadas nos dois próximos capítulos, nos quais buscaremos compreender as múltiplas estratégias de busca por respeito e reconhecimento.

³⁵ Obrigado, Carolina! Sua arguição e sensibilidade foi fundamental para essa reflexão.

CAPÍTULO II

Quando a vida no crime

se torna plausível?

“Pois é a ânsia por consumo (vinculada diretamente ao status no grupo) que justifica, invariavelmente, a “opção” daqueles que ingressaram no crime. É preciso ir além das fórmulas fáceis, entretanto. Há, como se viu, muitas outras dimensões que conformam a entrada e a permanência dos sujeitos da pesquisa nesse universo. Nas primeiras incursões no crime, um indivíduo pode reencontrar, ou acessar pela primeira vez na vida, uma comunidade protegida das outras esferas sociais pela força de seus códigos, mas também de seus armamentos, e na qual ele tem lugar e funções bem definidos. Proteção. Seu lugar no mundo, a partir do ingresso no crime, é claramente demarcado e inicialmente (especialmente antes da primeira institucionalização) confere dinheiro e status em diversos estratos de sociabilidade. Há regras claras de conduta (o proceder) e mais do que isso, nesta comunidade se pode ter a sensação subjetiva – ainda que instável, parcial e momentânea – de que sua sobrevivência material, ao menos imediata, está garantida. Renda, códigos de sociabilidade, status e justiça” (p. 169).

Gabriel Feltran, “Fronteiras de Tensão”

2. QUANDO A VIDA NO CRIME SE TORNA PLAUSÍVEL?

Apresentação

Neste capítulo, tenho por objetivo apresentar o mundo do crime como uma das formas possíveis de ganhar respeito. O mundo do crime, segundo Gabriel Feltran, é um “conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (2008, grifos meus). Em linha semelhante, Carolina Grillo definiu o “mundo do crime” como uma forma de vida, demonstrando a “articulação entre um complexo de condutas e uma esfera de convergência de visões de mundo e atitudes morais, de maneira a compor um ordenamento” (2013, grifos meus). De todo modo, o chamado mundo do crime constitui um espaço de sociabilidades, discursos e relações que atravessam a necessidade de lidar com práticas sociais marcadas pelo tráfico de drogas, os roubos e os furtos, fazendo emergir uma forma específica de viver e de se comportar. O ponto central destacado por Feltran (2008) e Grillo (2013), mas também por Aquino e Hirata (2018) é o entendimento de que o crime não pode ser reduzido a uma mera categoria jurídico-penal ou incriminatória; trata-se, antes, de uma realidade social complexa, amplamente explorada pelas chamadas etnografias do crime, que buscam compreender suas dinâmicas internas, sentidos e códigos próprios a partir de uma perspectiva positiva.

O mundo do crime se apresenta como uma das várias arenas possíveis na busca por respeito, justamente por oferecer não apenas a possibilidade de obtenção de renda, mas também de inserção em uma estrutura coletiva dotada de sentido e reconhecimento. Trata-se, portanto, de participar de algo maior – de uma engrenagem (LYRA, 2013a) – que articula, de forma complexa, dimensões econômicas e simbólicas, conferindo pertencimento, consideração, legitimidade e uma constante “satisfação do agora” (LYRA, 2013a, p. 83) para esses jovens. Deste modo, demonstro no capítulo que a vida no crime, sobretudo no tráfico de drogas, não é uma vida fácil, e exige uma série de expertises e habilidades, entretanto, ela aparece como plausível para os garotos por juntar dimensões econômicas e simbólicas em sua base. A vida no crime se torna plausível porque o respeito

emerge tanto como um resultado quanto como um princípio estruturante dela: ele emerge da atuação competente no trabalho no tráfico e se consolida nas interações e sociabilidades cotidianas, que conferem sentido à permanência nesse universo. Essas interações cotidianas são guiadas pelo que se conhece como “proceder”, um conjunto de condutas consideradas como o certo.

Ao contrário do que se imagina em discursos públicos mais comuns, o mundo do crime não pode ser reduzido a um “submundo de maldade, de vilões, que seria o oposto da família, dos valores, da religião, da sociedade” (FELTRAN, 2018b, p. 46). Assim, compreender o mundo do crime como uma esfera que produz renda, sentido e pertencimento nos permite inferir que a adesão ao tráfico de drogas, por parte dos jovens, se dá por uma lógica própria, na qual respeito, consideração, dinheiro e status se entrelaçam de diversas formas criando os mais possíveis agenciamentos. Seguimos nessa trilha, evidenciando análises das dinâmicas que o sustentam no cotidiano, especialmente no que se refere às práticas, valores e relações que estruturam a vida na busca por respeito.

A vida no crime não é fácil, me explicaram Leozinho e Cleiton.

Leozinho, um jovem de 17 anos. Bastante alto em relação a seus colegas, preto e com diversas tatuagens, desde o seu rosto até seus braços. Tinha olhos castanhos e piercing na sobrancelha e sempre várias correntes de prata no pescoço. Cleiton também tinha 17 anos. Voz muito grossa, poucas tatuagens, porque segundo ele, *tatuagem na pele preta fica feio depois de um tempo*, olhos pretos e brincos em ambas as orelhas. Possuem fisionomias e características diferentes, mas uma em comum. Os dois trabalhavam no mercado de drogas ilegalizadas como vapores (jovens que vendem drogas) e cumpriam medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade. O termo vapor remete à ideia de algo que se dissipa rapidamente com agilidade. Isso se relaciona ao fato de que esses jovens estão em constante movimento e são rapidamente descartáveis quando é necessário.

Já fazia bastante tempo que eu não via Leozinho e Cleiton juntos. Eram muito próximos e, sempre que podiam, compareciam juntos às medidas. Leozinho estava quase sempre presente na instituição, mas Cleiton, nem tanto. Quando o cumprimentei,

brinquei dizendo que ele estava sumido. Ele riu, concordou e emendou dizendo que os *plantões*³⁶ estavam *foda*, dando a entender o motivo da sua ausência. Em seguida, demonstrava certa apreensão, dizendo que em breve teria mais um B.O (boletim de ocorrência) de tráfico para responder e supostamente corria o risco de ir para a medida em meio fechado. Ambos, Cleiton e Leozinho, eram vapores, jovens que atuavam “na ponta” (MOTTA, 2017) do mercado de drogas ilegalizadas. Conforme aponta a literatura especializada (GRILLO, 2013; HIRATA, 2010; MALVASI, 2012), a estrutura de uma biqueira é organizada em posições bem definidas: os “patrões”, os “gerentes”, os “vapores” e os “olheiros”. Os patrões são os donos das biqueiras, ou *lojinhas*, como são chamadas essas “empresas locais do tráfico” (HIRATA; GRILLO, 2019b, p. 4). Já os “gerentes” são pessoas de extrema confiança dos patrões, responsáveis por organizar os fluxos e coordenar as vendas, que são efetivamente realizadas pelos vapores, como Cleiton e Leozinho. Os olheiros estariam nos extratos mais baixos, observando e informando movimentações estranhas e perigosas, como a polícia.

Eu perguntei o motivo dos plantões estarem *foda*. Cleiton me disse que *pular muros, correr da polícia, saber dos assuntos e não chamar muita atenção* vinham se tornando tarefas cada vez mais difíceis. *Qualquer hora pode acontecer qualquer coisa, se é loko*, dizia ele. Tentando acalmá-lo, eu disse que, não comparecendo à medida socioeducativa, seu problema não seria resolvido, e que o melhor a fazer era ter sua presença computada. Camila, orientadora da medida socioeducativa, acrescentou que, caso o juiz tivesse comprovação da frequência regular de Cleiton no cumprimento da medida em meio aberto, as chances de internação seriam significativamente menores, mesmo com um novo boletim de ocorrência. Quando o jovem elenca todas as atividades (saber dos assuntos, pular muros, correr da polícia e não chamar atenção) conseguimos observar o quão difícil é um plantão na biqueira, e por consequência, como trabalhar no “mundo do crime” (FELTRAN, 2008) exige uma série de habilidades. Deste modo, são necessárias expertises. As expertises dos garotos que estão trabalhando como “baixos

³⁶ Plantão é uma expressão usada pelos jovens para designar seus períodos de trabalho em que atuam nas chamadas biqueiras ou lojinhas (os pontos de venda de drogas). Assim como em um emprego formal, o trabalho é dividido em turnos (manhã, tarde, noite, madrugada) e cada trabalhador, chamado de vapor, olheiro ou gerente, cumpre seu horário, que é chamado de plantão. No caso dos vapores, um plantão dura doze horas de trabalho.

operadores” (RODRIGUES; FELTRAN; ZAMBON, 2023) no tráfico de drogas tem a ver com as masculinidades e consequentemente com o respeito. É necessário performar masculinidades para poder integrar o mundo do crime e ser respeitado, afinal, esse mundo é disputado e realizado através de performances de masculinidades (CUNHA, 2020).

Para compreender a expertise dos vapores, é fundamental reconhecer que os atributos dessa expertise estão profundamente enraizados em performances de masculinidade e na busca por respeito. Ao dizer que os plantões estavam *foda*, ele confirmava o quanto a função de vapor exige habilidades específicas que precisam ser constantemente acionadas e reafirmadas. Estar no plantão não é apenas ocupar um espaço físico na biqueira, mas também cumprir com as atividades necessárias. Por expertises, compreendo conhecimentos, habilidades ou competências adquiridas por meio de experiência e vivência ordinária (DAS, 2020) dos jovens que estão no mercado de drogas ilegalizadas. Por este motivo, com base nessas necessidades, podemos fazer emergir um conjunto de saberes práticos e estratégias desenvolvidas em um contexto que se deve “sobreviver na adversidade” (HIRATA, 2010), ou seja, sobreviver em meio a um cotidiano de precariedades e incertezas que sempre estão dispostas nos limites entre a vida e a morte (p. 332).

Embora não sejam reconhecidas pelo mercado de trabalho formal, os jovens envolvidos no tráfico de drogas desenvolvem um conjunto sofisticado de habilidades que englobam áreas como gestão, comunicação, finanças, logística e resolução de conflitos. Essas competências são forjadas no cotidiano, em contextos de altas exigências, e revelam uma expertise prática que, embora invisibilizada pelas muitas vezes pelo mercado de trabalho formal, é profundamente valorizada nas dinâmicas de quem está nas “fronteiras entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito” (TELLES; HIRATA, 2007). A partir da convivência na instituição onde meus interlocutores cumpriam medidas socioeducativas, foi possível observar, pelos relatos diretos, indícios do que é esperado deles (os vapores) por figuras hierarquicamente superiores, como gerentes e patrões. Essas expectativas refletem uma racionalidade organizacional que atribui valor ao desempenho eficaz do vapor, elemento fundamental para a manutenção da ordem interna no comércio de drogas. É possível dividir essas habilidades e expertises, que são muito importantes e que possuem relação

estreita com as masculinidades, em três grandes grupos: a) as habilidades braçais; b) as habilidades psicológicas e c) as habilidades de manhã ou malícia.

Os jovens envolvidos no tráfico de drogas, especialmente os que atuam como vapores, acionam sua força e resistência física de diversas maneiras. Em situações de fuga da polícia, por exemplo, a agilidade corporal torna-se fundamental. Em outras ocasiões, como em confrontos e brigas, a força física é utilizada como instrumento de autodefesa ou como forma para solucionar conflitos. Além disso, a rotina diária também exige força e resistência física, como esconder as drogas em locais estratégicos, o que frequentemente demanda escalar e pular muros altos, acessar terrenos baldios e cavar buracos minimamente profundos com rapidez e sem muitos instrumentos. Assim, as chamadas habilidades braçais se traduzem em força, resistência e disposição corporal. Essas exigências reforçam uma valorização particular do corpo masculino, moldado historicamente a partir de ideais de capacidade e potência física. No contexto do tráfico, tal valorização não só persiste como se intensifica, pois o corpo torna-se ferramenta de trabalho e símbolo das próprias masculinidades. Como indicam Dias e Júnior (2020) e Júnior (2019), práticas como futebol e artes marciais são comuns e muito incentivados para os jovens no geral, pois não apenas fortalecem o corpo, mas também introjetam um modelo de masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) baseado em disciplina, enfrentamento e controle. Desse modo, como afirma Connell (1995), a masculinidade está tanto na produção quanto na reprodução social, operando como uma lente que organiza o modo como as identidades são vividas, performadas e reconhecidas nos espaços sociais onde circulam.

As habilidades psicológicas envolvidas na vida no tráfico estão diretamente relacionadas ao que se pode chamar de neurose, ou de um estado de tensão e alerta. Para Carla Mattos (2012, 2014), a neurose é compreendida como um conflito interno contínuo, caracterizado pela iminência de uma resposta violenta. Trata-se de um estado de constante tensão, no qual a expectativa de ameaça é alimentada pela incerteza e pela imprevisibilidade. A neurose – termo nativo utilizado pelos interlocutores de Mattos – é usada para descrever fases marcadas por alta tensão, nas quais os padrões de interação social se alteram sensivelmente por conta das facções do tráfico de drogas em favelas cariocas. Em outras palavras, é quando o corpo e a mente entram em alerta permanente.

Em consonância com essa perspectiva, Grillo (2013), ao analisar a figura da “pessoa-criminal”³⁷, argumenta que um simples olhar direcionado por tempo demais a um bandido pode ser o suficiente para desencadear um estado de neurose. Essa tensão levava os interlocutores de Carolina Grillo a evitar certos locais, festas ou aglomerações, revelando o quanto esse estado psicológico molda a presença social e o comportamento em determinados espaços.

No caso relatado por Cleiton, ao descrever como é um plantão, a neurose não aparece como um termo nativo, mas sim como uma interpretação possível do estado de incerteza que ele expressa ao dizer que *a qualquer hora pode acontecer qualquer coisa, se é loko*. É justamente essa incerteza que alimenta a neurose, ou seja, um sentimento difuso, mas constante, de que algo pode estourar a qualquer momento. Nesse contexto, os vapores precisam desenvolver habilidades psicológicas e emocionais para sobreviver às dinâmicas do mundo do crime. Cleiton menciona, por exemplo, a importância de não chamar atenção, sendo assim, uma estratégia para evitar reações impulsivas que possam resultar em vulnerabilidades. Como consequência, muitos jovens aprendem a conter emoções como o medo e a ansiedade, para serem frios e controlados mesmo sob intensa pressão. *A cara tá normal, mas o coração tá a mil*, dizia Cadu, quando o questionei sobre os seus plantões. O uso da maconha, bastante comum entre eles, aparece como um recurso para aliviar esses momentos de tensão, funcionando como uma forma de anestesia emocional. Assim, a neurose pode ser entendida como um estado de alerta permanente, alimentado pela possibilidade da violência, da repressão policial e das tensões internas do tráfico. Para lidar com ela, é necessário criar uma espécie de blindagem emocional, ou seja, um tipo de resistência que revela as habilidades psicológicas exigidas para permanecer nesse contexto.

Por fim, as últimas habilidades correspondem ao fato de ter manha. Ter manha não é apenas saber se virar, mas sim saber o momento certo de agir, reconhecer sutilezas, evitar

³⁷ O conceito de “pessoa-criminal” é explorado para descrever a construção social e identitária dos indivíduos envolvidos em atividades criminosas nas favelas do Rio de Janeiro. Grillo analisa como esses indivíduos desenvolvem uma identidade específica dentro do “mundo do crime”, moldada por práticas, valores e relações sociais próprias desse contexto. A “pessoa-criminal” não é apenas alguém que comete atos ilegais, mas sim um sujeito cuja identidade e existência estão intrinsecamente ligadas às dinâmicas e estruturas do crime nas comunidades onde atuam.

riscos e antecipar problemas. Trata-se de um conhecimento prático e situado, adquirido com o tempo e com a vivência no tráfico de drogas, que permite aos jovens transitar com sagacidade por contextos marcados pela instabilidade e pela vigilância constante. Para compreendermos a manha, é interessante voltar para a figura do Malandro, que corresponde a uma construção social que evoluiu ao longo do tempo no contexto carioca (MISSE, 1999). O malandro é a verdadeira expressão de ter manha. Este é um personagem astuto que possui artimanhas para sobreviver em diversos ambientes. Com o tempo, o malandro sofreu uma transformação na década de 90, junto ao crescimento do tráfico de drogas e à intensificação do que Machado da Silva (1999) denominou de “violência urbana”. Segundo Misse, nesse período, a figura tradicional do malandro abre espaço para os marginais e vagabundos, que passam a designar indivíduos envolvidos em atividades criminais mais violentas e organizadas. Essa transição reflete mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas da cidade, onde a informalidade e a esperteza do malandro tradicional são substituídas por estruturas do crime que são mais complexas e hierarquizadas. Em semelhantes esteiras, Alba Zaluar (2000) argumenta que a lábria e a astúcia que guiavam o malandro, é diferente do bandido, que não sobrevive somente com esses atributos, já que depende da máquina (arma de fogo) como fonte de seu poder e intimidação.

É justamente dessa astúcia e malícia que Michel Misse e Alba Zaluar fazem referência ao descreverem a figura do malandro que nos é interessante. Essas são habilidades fundamentais também para os jovens que estão no comércio de drogas ilegalizadas, embora, neste universo, somente a manha não basta, é preciso combiná-la com resistência física e estabilidade emocional, por exemplo. Ter manha e ter malícia são expressões que evocam um conjunto de competências práticas essenciais para a sobrevivência e para a possibilidade de ascensão nas hierarquias do crime. Um exemplo disso é o que Cleiton chama de *saber dos assuntos*, o que significa conhecer profundamente as dinâmicas internas do tráfico: como se portar diante de gerentes e patrões, quais atitudes evitar para não sofrer represálias, e como navegar pelos códigos de conduta socialmente aceitos³⁸. Trata-se de uma inteligência relacional e estratégica que

³⁸ Conhecidos como “proceder” que serão mais bem explorados na última seção deste capítulo.

envolve negociação, leitura de sinais, controle e capacidade de se posicionar sem demonstrar vulnerabilidades. Em sintonia com isso, Adam Baird (2018), ao pesquisar gangues em Medellín, argumenta que a malícia era um atributo valorizado por seus interlocutores, tanto para extorquir moradores temerosos quanto para interpretar diretrizes em contextos de conflitos e brigas. Assim, manha e malícia são habilidades importantíssimas para interpretar o clima em que se está inserido.

Esses três tipos de habilidades – físicas, psicológicas e de manha – podem ser compreendidos como formas de capitais dentro do universo do crime, à luz das contribuições de Pierre Bourdieu (2007). No tráfico, essas competências e habilidades funcionam como recursos estratégicos que conferem respeito, consideração e prestígio entre os pares, sendo acumuladas e mobilizadas conforme as exigências do contexto. O *habitus*³⁹ é a internalização da estrutura pelos indivíduos e a expressão dessa internalização por meio de práticas. Logo, trata-se de um conjunto de disposições duráveis e incorporadas, orientadas por um campo específico, ou seja, um espaço onde são disputados bens materiais e simbólicos. Cada campo abriga formas específicas de capital que nele são valorizadas e reconhecidas como legítimas. Por se tratar de um espaço estruturado por relações de poder, o campo se organiza a partir da distribuição desigual desses capitais, ou do que Ortiz (1983, p. 21) denominou de “quantum social”. Isso significa que os agentes ocupam posições distintas conforme a quantidade e o tipo de capital (econômico, social, cultural ou simbólico) que acumulam e mobilizam. Este quantum social é o que Bourdieu denomina de capital. No mundo do crime, esse capital refere-se aos recursos baseados em consideração e respeito, que facilitam a sobrevivência, a ascensão, a mobilidade dentro dessas dinâmicas criminais. Na tabela a seguir podemos organizar essa ideia, e sintetizar o que foi dito até agora levando em conta as habilidades e as disposições que são utilizadas como formas de distinção (BOURDIEU, 2006, 2013) entre esses jovens, ou seja, disposições e padrões internalizados no comportamento e na percepção que esses jovens adquirem ao longo da vida no crime.

³⁹ Nessa compreensão, os indivíduos são moldados pela estrutura em que estão inseridos, entretanto, são dotados de comportamento, vontades e desejos (agência). Essa foi a forma que Bourdieu uniu as perspectivas da estrutura e da agência.

Habilidades	Disposições (em termos nativos)	O que é necessário?
Braçais	pular muros; correr bem rápido.	Ter um bom porte físico, geralmente um corpo magro.
Psicológicas	saber desenrolar com os policiais; ser discreto; não demonstrar fraqueza.	Saber controlar a neurose em diferentes ambientes e situações.
Manha	saber dos assuntos; manjar do rolê; ficar de olho; ter visão.	Ter astúcia e ter malícia, ler as situações de forma precisa.

Tabela 1: Síntese de disposições e necessidades.

FONTE: Elaborado pelo autor

Em seguida, Camila deu as orientações das atividades que seriam desenvolvidas naquele dia, que no geral, era dar andamento nas atividades que já haviam sido iniciadas nas semanas anteriores. Enquanto faziam suas tarefas, os garotos conversavam sobre Zoião, que havia sido *internado*⁴⁰ na Fundação Casa para o cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado. *Ow tá ligado o Zoião, tá com plantão garantido, né? Pegou uma feba* (termo utilizado para se referir à medida em meio fechado, fazendo referência à antiga FEBEM⁴¹), *tá só engordando e tá com plantão aqui fora. Assim, até eu queria. Quando sair, vai tá rico. O corre dá dinheiro até pra quem nem tá trampando. Quando sair, vai comprar iphone, carro e moto*, dizia Leozinho. Cleiton concordava e dizia que Zoião era uma pessoa conhecida e bastante considerada pelo patrão e gerente da biqueira em que ele trabalhava. Encerrou dizendo que Zoião *fechava com os parceiros* e que estava sempre muito disposto para tudo o que pudesse acontecer, ou seja, uma forma de dizer que ele era confiável e comprometido dentro da lógica do mundo do crime. Entrei na conversa e perguntei o que significava estar com o *plantão garantido*, mesmo já tendo uma ideia do que se tratava. Eles me explicaram que essa expressão se refere à situação em que um jovem vai para a Fundação Casa, mas continua segurando seu plantão. Ou seja, o plantão permanece ativo em seu nome, sendo executado por outra pessoa, que geralmente é um parceiro próximo. O dinheiro gerado é então dividido: uma parte

⁴⁰ Expressão nativa utilizada pelos orientadores e orientadoras de medidas socioeducativas em meio aberto.

⁴¹ Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo.

significativa vai para o jovem que está na Fundação Casa, regalia de sua lealdade e bom trabalho, e a outra parte é dada a quem está atuando diretamente na biqueira.

Aquelas habilidades dispostas na tabela, utilizadas como base para a constituição do habitus, podem ser convertidas em um tipo de reconhecimento altamente valorizado no mundo do crime: a consideração. No tráfico, ter consideração é ser visto como alguém que age conforme os códigos de conduta e que cumpre suas funções com êxito. Dessa forma, aquele que é considerado também é respeitado, uma vez que a consideração implica, necessariamente, o reconhecimento do outro e a atribuição de valor à sua presença. Nesse sentido, o acesso ao plantão garantido está diretamente relacionado a essa lógica de respeito e legitimidade no grupo. Trata-se de uma forma concreta de demonstrar consideração por alguém que está cumprindo uma medida socioeducativa em meio fechado, assegurando que seu posto continue ativo e gerando dinheiro, mesmo na sua ausência. Essa prática mostra que as disposições, por exemplo, pular muros, negociar com policiais, manter a discrição, saber se comportar e dominar os assuntos do tráfico, não são apenas técnicas de trabalho: quando realizadas com sucesso, essas ações se convertem em capital simbólico (BOURDIEU, 2013). É essa tradução entre prática e valor simbólico que Grillo (2013) sintetiza ao afirmar que o reconhecimento está atrelado à “adequação de sua caminhada à moralidade do Crime” (p. 75). Ou seja, quanto mais o jovem demonstra agir conforme os princípios internos, mais ele é considerado. A consideração, então, não é um dom natural, mas algo produzido e reproduzido na prática cotidiana.

A consideração, neste caso, se manifesta no que meus interlocutores chamam de plantão garantido. Essa expressão remete a uma prática específica dentro da hierarquia do tráfico de drogas, especialmente relevante quando um vapor é *preso*. Ter o plantão garantido significa que o jovem possui um certo reconhecimento e prestígio, certamente motivado por suas ações e pelo trabalho exitoso. Essa consideração é capaz de assegurar que o posto de trabalho do jovem seja preservado mesmo durante o período de internação. Em outras palavras, ele não é substituído nem demitido, ou seja, alguém assume temporariamente sua função, mas o vínculo simbólico com o turno permanece. Zoião só estava com o plantão garantido porque era uma pessoa considerada e tinha a estima do gerente e do patrão da biqueira. Obviamente era uma pessoa que tinha história e sucesso

nos assuntos relacionados ao tráfico. Por vezes, ouvi relatos sobre Zoião de vários jovens que trabalhavam na mesma biqueira, e compreendia que o jovem fez do trabalho sua forma de realização humana. Era uma pessoa imbatível. Seu bom trabalho foi revertido em consideração, e a partir do momento em que foi para internação, acabou sendo beneficiado por uma espécie de congratulação, ou como Grillo (2013) preferiu chamar de “previdência” do tráfico, recebendo um auxílio financeiro.

Sendo assim, o pertencimento ao mundo do crime não se dissolve com a prisão⁴²; ao contrário, ele pode ser reafirmado e intensificado por práticas como essa, que mostram que o respeito e a confiança circulam mesmo quando o jovem não está no “mundão” (BIONDI, 2009). Assim, o plantão garantido é, sobretudo, uma forma simbólica de recompensa e solidariedade e, acima de tudo, um sinal de consideração moral e respeito entre os envolvidos.

Vários jovens diziam que, quando Zoião saísse da Fundação Casa, muito provavelmente ganharia outra posição na biqueira, além de poder comprar bens materiais e *vencer na vida* por conta do dinheiro acumulado com a garantia de seu plantão. Eles listaram como sendo esses bens materiais os celulares, as motos e as casas. Cleiton e Leozinho diziam que era bom estar no *corre*, junto a uma pessoa que tinha *visão*, ou seja, que era inteligente. Diziam isso fazendo referência a Zoião, afinal, ambos sentiam saudade do jovem⁴³. Finalizaram afirmando que *provavelmente, quando ele [Zoião] voltar pro mundão, certeza que vai tá mais perto do [dono da biqueira] e do [gerente da biqueira]*⁴⁴. Esse fato evidencia como as posições que exigem maiores responsabilidades e capacidade de *visão* são geralmente ocupadas por aqueles que acumulam elevada estima

⁴² Que neste caso não é a prisão propriamente dita, mas sim, uma medida socioeducativa em meio fechado.

⁴³ Hirata (2010), argumenta que jovens inseridos no mundo do crime precisam de um senso prático de inteligência. Biondi (2010) demonstra que a inteligência é uma das qualidades do que se convencionou como *ter visão*, ou seja, conhecimentos da vida prisional (que neste caso, podemos estender para a vida criminal). Malvasi (2012) demonstra que para seus interlocutores, boa parte do caminho no tráfico era guiada pela inteligência em contraposição à força bruta. Nesse sentido, a inteligência como senso prático, no caso de Hirata; como *ter visão*, no caso de Biondi, ou como guia para a caminhada, no caso de Malvasi se fazem presente nas condutas que Zoião tinha, segundo seus colegas.

⁴⁴ Imagino que os jovens estivessem falando sobre algo semelhante ao que Nery (2011) observou no Rio de Janeiro, como o “fiel”. O “fiel” do dono era alguém que ocupava um alto cargo na hierarquia do tráfico, que cuidava de questões corriqueiras do dia a dia (como comprar comida) ou questões mais estratégicas, como segurança da própria favela. Embora não possa estabelecer uma conexão tão forte entre São Paulo e Rio de Janeiro, por conta da própria hierarquia das biqueiras e de vários outros pontos, como evidenciado em Hirata e Grillo (2017), acredito que o “fiel” seja uma possibilidade interessante para pensar tal caso.

e um conhecimento aprofundado sobre o cotidiano do tráfico de drogas, como demonstram os estudos de Cruz (2017); Lyra (2013) e Sá (2010).

Dessa forma, alcançar a consideração e ser respeitado no tráfico envolve um conjunto complexo de saberes práticos e disposições, que juntos compõem o *habitus* do vapor. Essas competências não surgem de forma imediata; pelo contrário, demandam tempo, experiência e reconhecimento dos pares. Além disso, essas competências são constantemente colocadas em prova. Em geral, muitos jovens estabelecem como marco simbólico os 18 anos como o limite para *sair dessa vida*. Essa idade representa, para eles, uma espécie de ponto de virada, momento em que é possível abandonar o tráfico, desde que se tenha juntado dinheiro suficiente para sobreviver até conseguir um emprego formal. Mais do que isso, é fundamental compreender o que leva um jovem a ingressar no mundo do crime e investir no desenvolvimento dessas habilidades, afinal, como aprendemos com Leozinho e Cleiton, é muito difícil trabalhar em uma biqueira. Sendo assim, mesmo tendo que trabalhar em *plantões* considerados tensos, por que o crime é plausível para um jovem?

Por que o crime é plausível?

Para muitos jovens, o envolvimento com o tráfico de drogas se torna uma possibilidade plausível não apenas por razões econômicas, mas também por representar um pertencimento simbólico e uma forma de reconhecimento moral (GALDEANO; ALMEIDA, 2018). Lembro-me de um final de tarde, após uma longa atividade, Davi, um jovem branco de 16 anos, sem tatuagens visíveis, com brincos nas duas orelhas e cabelo loiro, fez questão de se despedir de mim e das orientadoras de medidas socioeducativas dizendo: *Falou pra vocês aí, até daqui a quinze dias*. Uma das orientadoras, em tom de brincadeira, perguntou se a medida era uma espécie de férias. Davi riu e respondeu que não poderia ir a Associação Caminhos Abertos na próxima semana porque já tinha um compromisso. Indagamos o garoto sobre o compromisso, e sem floreios ou tentativas de se esquivar, ele respondeu que tinha *plantão* e que de *jeito nenhum* ele conseguiria ir até a instituição. *Ah Davi, plantão? A gente vai ter que marcar uma reunião pra conversar sobre isso. Vou ter que prorrogar sua medida*, falou a orientadora. Davi respondeu que não

havia problema e que a medida poderia ser prorrogada. Terminou dizendo: *Dona, não dá pra faltar não. O [gerente] já contou comigo. É a resposta, não tem como dar mole.*

Com base no acontecido, cabe refletir porque Davi não demonstrou incômodo ao ter sua medida socioeducativa supostamente prorrogada. Ou, mais profundamente, porque, diante da possibilidade de passar mais tempo vinculado à instituição (ou até mesmo de quebrar a medida e sofrer uma internação), o jovem afirmou, com convicção, que de forma alguma poderia comparecer. A resposta imediata está em sua própria justificativa: ele tinha uma *resposta*, ou seja, tinha uma responsabilidade assumida com o gerente da biqueira. Contudo, por trás dessa declaração, há um emaranhado de fatores simbólicos e econômicos que tornam o tráfico uma alternativa concreta, o que faz com que Davi o perceba como uma escolha plausível e legítima dentro de sua realidade. É esse conjunto de significados que faz com que Davi deseje, por vontade própria, cumprir sua função. Seu comprometimento vai além de uma simples obrigação: representa a conquista de respeito, pertencimento e dinheiro.

Jovens como Davi, oriundos das camadas populares, com baixa escolaridade e marcados por contextos de vulnerabilidade social, começam a buscar formas de trabalho ainda muito cedo (BARROS, 2024). Como demonstrado no primeiro capítulo, essa busca por trabalho visa suprir tanto necessidades materiais quanto simbólicas. No entanto, encontrar um emprego formal é extremamente difícil, e quando conseguem, muitos enfrentam obstáculos para manter-se nele. Nesse percurso, a informalidade passa a ocupar um lugar central em suas trajetórias, e junto a isso somam-se poucas oportunidades voltadas para cultura, saúde, lazer e esporte. Diante desse cenário, ganhar a vida torna-se uma urgência.

Se observarmos em uma vista panorâmica, o tráfico de drogas pode não parecer uma atividade muito lucrativa, principalmente se considerarmos suas adversidades a longo prazo. Sendo assim, a violência letal (SINHORETTO; MORAIS, 2018); as torturas e agressões (ANUNCIAÇÃO; BONFIM; FERREIRA, 2020; MALVASI, 2011; SÁ; NETO, 2011); e os senos de justiça do tráfico (FELTRAN, 2010), a que esses jovens estão submetidos, realmente o tráfico de drogas pode não parecer muito produtivo. Se somarmos a essa equação o agravante de que esses jovens não conseguem guardar dinheiro, dada as

preocupações e prioridades de suas vidas, o tráfico fica cada vez mais relegado a uma atividade que não compensa, afinal, o que adianta correr risco e não conseguir guardar dinheiro? Deste modo, a ascensão social e melhorias de vida não são tão visíveis (GRILLO, 2013) a olho nu. Entretanto, independente de todos esses condicionantes, o tráfico é uma opção, indo além, é uma opção que faz sentido para esses jovens, afinal, como demonstrado anteriormente, eles desenvolvem as habilidades que lhe são necessárias. Anteriormente, vimos que Cleiton, Zoião e Leozinho são exemplos disso.

Para isso, lançar luz para essa plausibilidade é fundamental, para assim compreender o tráfico de drogas como uma forma de trabalho⁴⁵ e de ganhar a vida (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ; PERELMAN, 2020; GALDEANO; ALMEIDA, 2018; LYRA, 2013a). Diversas vezes ouvi falas como: *Você já comeu aquele lanche novo do Mc?* ou *Aquela camiseta nova da Nike é braba*. Essas falas revelam o valor simbólico da ostentação e do consumo. No entanto, essa dimensão não é a única que orienta as ações. Também ouvi relatos em que jovens ressaltaram a necessidade de obter uma renda semelhante à de um *pai de família*⁴⁶ ou de contribuir efetivamente para o sustento da casa. Ou seja, trata-se de um mix entre ostentação, necessidade e consumo em que o dinheiro aparece como aposta e conector de mercados legais e ilegais (FELTRAN, 2014). O mundo do crime, nesse sentido, não é apenas um meio para exibir símbolos de status, mas também um espaço que permite cumprir compromissos econômicos essenciais, traduzindo-se em um equilíbrio delicado entre ostentação e sustento. Sendo assim, para obter todos esses itens, desde os objetos de ostentação até a ajuda financeira para a família, é preciso de dinheiro. Nesse contexto, o plantão de doze horas no tráfico surge como uma alternativa concreta e, muitas vezes, mais viável para esses jovens. Isso porque, quando conseguem um trabalho fora do tráfico, geralmente se deparam com condições extremamente precárias, que exigem muito mais esforço físico e oferecem uma remuneração menor. Patrick, um jovem de 17 anos que atuava no tráfico, decidiu sair temporariamente em busca de um emprego formal. A única colocação que encontrou foi como ajudante de pedreiro. Em diversas ocasiões, ouvi suas queixas sobre o cansaço e a dureza do trabalho em

⁴⁵ Segundo a convenção 182 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), diz ser uma das piores formas de trabalho infantil a venda e produção de drogas ilícitas por jovens (GALDEANO; ALMEIDA, 2018).

⁴⁶ Muito semelhante aos interlocutores de Gabriel Feltran (2011), um pai de família é aquele que sai de casa e trava relações centradas no trabalho para garantir o sustento da família e de seus entes queridos.

construções. Também pude ver situações em que eles diziam não querer ser jovem aprendiz⁴⁷, porque era *pesado demais e ganhava pouco*. Deste modo, apesar dos riscos e das exigências envolvidas, muitos dos meus interlocutores consideram que o trabalho no tráfico ainda é mais vantajoso do que ocupar outras posições precárias no mercado formal. Esse cálculo, feito por eles de forma prática e cotidiana, leva em conta tanto o retorno financeiro imediato quanto os ganhos simbólicos proporcionados. Analisemos cada um deles agora.

O que esses jovens chamam de *dinheiro do plantão* é o tanto que eles ganham pelo plantão que dura doze horas. Este representa uma fonte de renda mais constante e significativa do que a oferecida por trabalhos informais e mal remunerados. Leozinho era um vapor e, em uma conversa, me contou que a cada plantão de doze horas, ele ganhava quinhentos reais. Tratava-se de um *salve*⁴⁸ do Comando: uma orientação que permitia aos jovens trabalharem em regime de revezamento (dia sim, dia não⁴⁹) para que pudessem descansar, se recuperar fisicamente, se alimentar melhor e, nas palavras de Leozinho, *colocar a cabeça no lugar*. Nesse esquema, Leozinho atuava quatro dias por semana, o que resultava em um rendimento aproximado de dois mil reais semanais, ou seja, cerca de oito mil reais por mês. Um valor bastante expressivo, especialmente se comparado ao salário mínimo⁵⁰, sendo mais de quatro vezes maior. No entanto, esse montante é raramente atingido com regularidade.

⁴⁷ O jovem aprendiz é um programa previsto na legislação brasileira que fomenta a inserção de jovens entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho. Por meio desse programa, o jovem tem a oportunidade de trabalhar em uma empresa, desenvolvendo atividades práticas com uma jornada de trabalho e salário reduzidos.

⁴⁸ Um *salve* no contexto do Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma ordem ou comunicado emitido pela facção para seus integrantes e aliados. Esses salves podem ser enviados por meio de cartas, áudios ou mensagens, e servem para disciplinar membros, declarar guerras, estabelecer regras ou orientar ações dentro e fora dos presídios (BIONDI, 2014; BIONDI; MARQUES, 2010).

⁴⁹ Semelhante à escala 12x36, onde a pessoa trabalha doze horas e descansa outras trinta e seis horas. No contexto do tráfico, a escala 12x36 pode ser usada em algumas biqueiras para organizar os turnos. Como a lojinha precisa operar 24h em algumas áreas, os turnos são divididos para garantir que sempre haja alguém vigiando e vendendo.

⁵⁰ Atualmente, o salário mínimo corresponde a R\$ 1.518,00 (um mil quinhentos e dezoito reais). No entanto, segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o valor necessário para cobrir as despesas básicas de uma família brasileira seria, em média, R\$ 7.638,62 (sete mil seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e dois centavos). Mais informações disponíveis em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

Há imprevistos, perdas e variações que acontecem ao longo do plantão na biqueira, o que torna esse tipo de cálculo mais ideal do que real. Leozinho me explicou que os descontos podem cair por quatro fatores: a) batidas policiais; b) usos de parte da droga; c) gastos durante o plantão e d) acertos do caixa. O primeiro ponto refere-se às batidas policiais. Caso ocorra uma abordagem durante o plantão, é provável que drogas sejam apreendidas, juntamente com armas, dinheiro e outros objetos relacionados ao tráfico de drogas. Nesse cenário, a responsabilidade de arcar com os itens apreendidos recai sobre o vapor de plantão. Leozinho explicou que esse prejuízo pode variar dependendo do policial que realizar a abordagem, mas, de modo geral, é comum que os policiais apreendam apenas alguns tipos de droga, como K9, cocaína e outras drogas sintéticas, enquanto a maconha geralmente não é levada.

O segundo ponto diz respeito ao uso pessoal de drogas durante o plantão. Leozinho consumia maconha, o que representava um custo considerável, sendo descontados, em média, cem reais de seu plantão para esse fim. A maconha era compartilhada entre todos os que estavam na biqueira⁵¹. O terceiro ponto envolve os gastos com itens consumidos durante o plantão, que, assim como as drogas, ajudavam a aliviar a neurose, ou seja, aquele estado de tensão, desconfiança ou paranoia que é comum entre os envolvidos no tráfico de drogas. Além de aliviar a neurose, esses itens eram consumidos no formato de refeições, incluindo lanches, jantares e almoços. Leozinho mencionou que os gastos com alimentação eram voltados para salgados fritos ou assados, marmitex e doces.

Por fim, o último ponto trata dos acertos no caixa durante a troca de plantões, um dos momentos mais críticos na lojinha. O fechamento do caixa é um momento delicado, pois o vapor de plantão deve prestar contas sobre o dinheiro arrecadado e a quantidade de droga vendida a um superior. O vapor ou gerente soma o dinheiro das vendas e confere se corresponde à quantidade de droga negociada. Caso haja uma diferença, seja de dinheiro ou de droga, é necessário apresentar uma justificativa. A responsabilidade de cobrir

⁵¹ Isso tem muito a ver também com a sociabilidade da biqueira que será explorada mais para frente nesse mesmo tópico, entretanto, cabe ressaltar, que a droga comprada pelo vapor é dividida entre todos que estão na biqueira (trabalhando ou não), mas quem paga é o vapor que está no plantão.

qualquer valor faltante é do vapor, e é descontado integralmente de sua diária. Se o valor da dívida exceder o pagamento do vapor, ele é obrigado a continuar trabalhando sem remuneração pelos plantões necessários até que a dívida seja totalmente quitada. Por exemplo, se o valor faltante (diferença) for de seiscentos reais, esse jovem deverá trabalhar parte do próximo plantão sem receber, já que sua diária (idealmente) é de quinhentos reais.

Por estes motivos, o valor que um jovem vapor recebe ao final do mês pode sofrer uma redução significativa, chegando a cortes de até cinquenta por cento da renda mensal e ideal inicialmente prevista. Além disso, o pagamento é semanal e geralmente esses jovens não guardam dinheiro por muito tempo. Por exemplo, em um cenário em que o pagamento bruto seria de aproximadamente oito mil reais, esse valor pode cair para cerca de quatro mil reais após os descontos referentes a apreensões, uso de drogas e despesas operacionais durante o plantão. Ainda assim, mesmo considerando essa redução, o valor de quatro mil reais mensais continua sendo substancialmente superior à média salarial de grande parte dos trabalhadores no Brasil. Além disso, estudos etnográficos realizados em favelas e periferias urbanas evidenciam que muitos jovens enfrentam uma série de obstáculos estruturais para ingressar e se manter no mercado de trabalho formal. Entre esses desafios, destacam-se a baixa escolarização, o racismo, a ausência de qualificação técnica e a falta de experiências profissionais anteriores. Em razão dessas barreiras, as oportunidades de trabalho que se apresentam a esses jovens tendem a ser precárias, instáveis e mal remuneradas. Nesse contexto, o envolvimento com o tráfico de drogas surge, para muitos, como uma alternativa econômica mais imediata e vantajosa (LIMA; RATTON; AZEVEDO, 2016)⁵², ainda que envolva riscos elevados, jornadas exaustivas e constante exposição à violência.

O tráfico de drogas pode se apresentar como uma possibilidade economicamente plausível para o jovem vapor, não apenas pelo retorno financeiro potencial, mas também pela rapidez com que esse retorno pode ser alcançado, especialmente em comparação com as exigências e lentidões do mercado formal. No entanto, o fato do tráfico ser plausível não pode ser explicado apenas por sua lógica econômica. É fundamental

⁵² Capítulo intitulado “Juventude e Violência”, escrito por Melissa de Mattos Pimenta.

considerar também os elementos simbólicos presentes na biqueira e nas relações sociais que se estabelecem nesse espaço. Reconhecimento, pertencimento, status e laços afetivos são dimensões que perpassam a experiência cotidiana desses jovens e contribuem para a permanência deles no mundo do crime.

A própria biqueira constitui-se como um elemento central para compreendermos os aspectos simbólicos que tornam o tráfico de drogas uma alternativa viável e, ao mesmo tempo, socialmente significativa para muitos jovens. Em São Paulo, o termo “biqueira” é utilizado de forma informal para designar o ponto de venda ilegal de drogas, mas sua função transcende o comércio ilícito. Conforme aponta Silva (2017), a biqueira pode ser entendida como uma complexa “amalgama de relações comerciais, afetivas, morais e hierárquicas” (p. 27). Mais do que um espaço de transações econômicas, a biqueira configura-se como um território de sociabilidade e pertencimento, muitas vezes em oposição a instituições como a escola. Nesse ambiente, os jovens não apenas desempenham funções operacionais no tráfico, mas também constroem identidades, forjam vínculos e conquistam respeito dentro de uma lógica própria. Como destaca Lyra (2013, p. 144), esses sujeitos sentem-se parte de uma coletividade e assumem um papel ativo e importante em uma engrenagem. Assim, a biqueira se torna mais do que um local de trabalho: é também um espaço de afirmação e enraizamento simbólico. Uma das contribuições de Machado da Silva (2011) é interessante para pensarmos isso.

Em 1969 [2011], Machado da Silva analisava o significado social do botequim no Rio de Janeiro, destacando que as relações estabelecidas nesse espaço eram rotinizadas e estáveis, promovendo uma experiência comum e coletiva. Para o autor, o botequim cumpria uma função relevante para determinados grupos na sociedade urbana, especialmente porque, segundo ele, nem as instituições tradicionais de apoio e contentamento ao indivíduo, nem aquelas surgidas no contexto do sistema urbano-industrial, conseguiram atender de forma efetiva parcelas significativas da população, entre elas os frequentadores desses espaços como os botequins, que pertenciam ao que o autor chamou de “classes populares urbanas”. Nesse sentido, o botequim funcionava como um lugar capaz de promover integração a algumas pessoas (MACHADO DA SILVA, 2011), promovendo sentimentos de comunidade e a construção de laços sociais. O freguês do botequim, assim, se via integrado a um microcosmo.

Evidentemente, não se trata de estabelecer uma equivalência direta entre a biqueira e o botequim. São espaços com naturezas e finalidades distintas, marcados por características diferentes. No entanto, a forma como Machado da Silva analisa o botequim – enquanto espaço de sociabilidade e integração – oferece ferramentas conceituais úteis e produtivas para refletir sobre a biqueira. Nesse espírito, para os jovens envolvidos no tráfico, a biqueira também se configura como um espaço de enraizamento simbólico e integração. Ela é um ponto de encontro e descontração (GALDEANO; ALMEIDA, 2018). É ali que se estabelece um chão existencial e social, onde se constroem vínculos de pertencimento, se forjam laços de solidariedade e se experimentam formas de reconhecimento. Prova da centralidade das relações simbólicas na biqueira é o fato de que a droga comprada no plantão costuma ser compartilhada entre os presentes, assim como acontece com alimentos, conselhos sobre família, relacionamentos amorosos e outros aspectos da vida. Esses gestos de partilha reforçam os vínculos de solidariedade, integração e pertencimento. Nesse espaço, marcado por códigos próprios de conduta⁵³ e hierarquia, esses jovens ocupam posições que lhes conferem respeito, consideração e solidariedade, muitas vezes ausente em outros lugares e situações.

Mas como se configura o respeito nessa articulação entre os aspectos econômicos e simbólicos que tornam o crime plausível para esses jovens? O envolvimento com o crime, especialmente com o tráfico de drogas, não se limita à busca por renda: ele opera também como uma via de obtenção de respeito. O crime, nesse sentido, pode ser compreendido como uma forma de trabalho (GALDEANO; ALMEIDA, 2018; LYRA, 2013), evidenciada pelo próprio vocabulário adotado pelos de seus atores envolvidos, que empregam termos como “a firma, o gerente, os turnos e o patrão” (FELTRAN, 2008, p. 167) para nomear suas funções e relações.

Esse léxico não é apenas uma metáfora: ele revela que os sujeitos envolvidos na dinâmica do tráfico de drogas, percebem sua atuação como produtiva porque proporciona, autonomia, renda e um sentido de pertencimento. Como aponta Galdeano e Almeida (2018), levar dinheiro para casa e ocupar uma posição com responsabilidade são fatores que elevam a autoestima desses jovens e geram um sentimento de dignidade.

⁵³ Que serão mais analisados no próximo tópico chamado “O proceder”.

E, nesse contexto, dignidade e respeito tornam-se mutuamente produtivos: o sentimento de dignidade gera respeito, e o reconhecimento desse respeito, por sua vez, reforça a dignidade.

Do ponto de vista econômico, o respeito se manifesta como resultado direto do trabalho: quem cumpre bem sua função e desenvolve as habilidades desejadas possui consideração na biqueira. Mas há uma dimensão simbólica ainda mais profunda, em que o respeito é construído entre os pares, não apenas por meio do desempenho do trabalho, mas através da convivência cotidiana, da lealdade, dos afetos. O crime oferece dinheiro, mas também, como destaca Feltran (2008, p. 169), “espaços de sociabilidade, status e justiça”. Na biqueira, forjam-se vínculos que se sustentam em trocas simbólicas e afetivas – informações, brincadeiras, conselhos e experiências de vida. É nesse cotidiano partilhado que se constrói um respeito mútuo, baseado não apenas na hierarquia, mas na solidariedade e na convivência.

Assim, o respeito constitui-se tanto como um produto, quanto um princípio organizador dessa lógica social: ele nasce da atuação competente no trabalho e se fortalece nas interações cotidianas que dão significado à permanência nesse mundo, conferindo-lhe plausibilidade. Esse respeito desdobra-se em normas tácitas e códigos de conduta que orientam as pessoas. A moral do mundo do crime é clara: o respeito não se impõe, ele se constrói no tempo, na convivência e de acordo com o proceder. Nesse universo, observando o que Feltran (2008) diz ao descrever sobre o “marco discursivo do crime”⁵⁴, compreendemos que existe uma gramática moral própria, em que certos códigos de conduta precisam ser seguidos para que se possa circular com legitimidade. Deste modo, “para traçar uma trajetória gloriosa no crime, adquirindo consideração e respeito entre os demais criminosos, é preciso agir sempre pelo certo” (HIRATA; GRILLO, 2019a, p. 264).

⁵⁴ Aqui compreendido como um sistema de significados que organiza a vida social nas periferias urbanas, em que o “crime” não é apenas uma prática ilegal, mas um referencial simbólico e moral que estrutura valores, formas de reconhecimento e disputas por prestígio.

O proceder

Proceder é agir pelo certo. No mundo do crime, o respeito se manifesta de diferentes formas. Como discutido anteriormente, ele se expressa em códigos de conduta compartilhados nas biqueiras, no domínio de habilidades de trabalho específicas, nas formas de falar, gesticular e se posicionar diante de variadas situações e sociabilidades. Esses elementos compõem parte daquilo que se reconhece como o “proceder” (HIRATA, 2010; MARQUES, 2009, 2010), ou seja, um conjunto de práticas e valores internalizados que orientam a conduta das pessoas e determinam a forma certa de agir, ou seja, agindo certo na vida errada (a vida no crime).

Marcinho, um jovem de 16 anos, preto e que possuía uma família bastante envolvida no crime, havia acabado de sair da Fundação Casa, após uma sanção⁵⁵ de alguns dias. Ao sair, foi encaminhado para medida socioeducativa em meio aberto e começou a frequentar os grupos de quarta-feira. Tanto ele quanto seus familiares, eram conhecidos por todos como pessoas entendidas e sábias das “coisas da vida no crime” (GRILLO, 2013). Nas primeiras vezes que o vi, percebi que era um jovem reservado, por exemplo, nunca fazia brincadeiras como a maioria dos outros jovens. Essas características configuram alguém *posturado*, termo nativo utilizado pelos próprios jovens. Marcinho raramente participava das conversas e pouquíssimo ouvíamos sua voz. Em uma tarde, tentando quebrar o gelo, uma das orientadoras de medidas socioeducativas que participava do grupo em que eu ficava perguntou se ele havia *estranhado* a Fundação Casa, e se havia ficado receoso ou com medo de alguma coisa. Sem cerimônia, o jovem respondeu: *medo de quê senhora? É só agir pelo certo, ficar pianinho que não acontece nada não. E você sabe qual dos moleque tá reinando lá, né? É da minha quebrada, somos parceiros, é só respeitar que nada acontece.* A orientadora concordou com ele e continuou dizendo que fez a pergunta porque a maioria dos garotos que vai para a Fundação Casa costuma estranhar muito pela mudança de hábitos diários e pelo tipo de comportamento exigido. Marcinho respondeu dizendo que só estranha ou fica com medo, quem chega na fundação *querendo*

⁵⁵ É um tipo de medida socioeducativa aplicada quando um jovem infrator descumpre com alguma medida já aplicada, por exemplo, a liberdade assistida.

*pagar de malandrão*⁵⁶. Eu perguntei por quanto tempo ele ficou na Fundação Casa, e ele disse que foram quinze dias – *foi só para me dar um susto*, complementou rindo entre os dentes.

É interessante observar como o respeito atua como mediador central que Marcinho aciona. Ao relatar sobre sua experiência, Marcinho disse que, se ele respeitasse, *nada aconteceria*, pois não estaria tentando ser *malandrão*. Sua fala revela que o respeito, mais do que uma atitude individual, opera como uma norma tácita de convivência, ou seja, um código de conduta que é capaz de prevenir conflitos e garantir certa estabilidade nas interações. Além disso, o fato do garoto que reinava na Fundação Casa – aquele que exercia uma espécie de liderança – ser um conhecido de Marcinho reforça a importância dos laços sociais e da estima mútua. Esse código de conduta, que rege os comportamentos no mundo do crime, é chamado de “proceder”⁵⁷.

Adalton Marques (2009) evidencia o “proceder” como uma espécie de lei do crime, um código moral que organiza as práticas e condutas no interior desse universo. Ainda que seja entendido como uma lei, o proceder não é fixo nem imutável: ele está em constante atualização, adaptando-se às transformações nas dinâmicas do cotidiano. Além disso, ele não está disposto em um manual, pelo contrário, se “aprende a agir pelo certo ao longo da experiência da vida no crime” (HIRATA; GRILLO, 2019a, p. 264). Nesse sentido, o proceder atua como um princípio orientador de condutas, moldando o que é considerado certo e definindo as fronteiras do aceitável. Ele baliza condutas, sustenta o reconhecimento entre pares e legitima formas específicas de agir.

O proceder é identificado em três dimensões complementares, segundo Marques (2009): (a) como um tipo específico de respeito (por exemplo, na forma de pedir licença em uma cela ou se despedir ao sair em liberdade); (b) como uma conduta (por exemplo, as trajetórias da vida anterior ao cárcere quanto nas práticas religiosas ou no cumprimento de acordos) e (c) como uma atitude (especialmente em contextos de resolução de conflitos). E por mais que o respeito apareça de forma destacada como uma dessas

⁵⁶ Expressão utilizada para se referir a uma postura forçada, na qual o indivíduo tenta se afirmar como experiente, corajoso ou influente sem ter legitimidade real, rompendo com os códigos de humildade.

⁵⁷ Veremos mais adiante que o proceder se espalha para além do crime, ou seja, para as pessoas que estão fora do crime, mas no mundo do crime (MOTTA et al., 2022).

dimensões, podemos observar que em todas elas ele se faz presente, não apenas como um valor em si, mas como um efeito direto: ele é conquistado por quem age conforme essas morais e condutas.

No caso de Marcinho, podemos perceber essa articulação entre respeito, atitude e conduta de forma clara. As falas *é só agir pelo certo, ficar pianinho que não acontece nada não*, ou *é só respeitar que nada acontece*; indicam que o *proceder* regula sua conduta e suas relações com os outros na vida cotidiana. No entanto, o *proceder* não se limita a uma lógica interna do mundo do crime: como destaca Hirata (2010), ele também opera como uma estratégia para quem “sobrevive na adversidade”. Para aqueles que vivem em contextos marcados pela precariedade, pela instabilidade e pela incerteza, entre a vida e a morte, o *proceder* funciona como um guia de conduta. Deste modo, sobreviver na adversidade exige *proceder*.

Respeitar não é apenas uma atitude moral desejável, é uma necessidade prática, enraizada em uma gramática relacional que tem no *proceder* sua base estruturante. Demonstro isso para dizer que respeito e *proceder* não são elementos dissociados: são, na verdade, dois lados da mesma moeda, articulando-se como mecanismos fundamentais de ordenamento, reconhecimento e sobrevivência nesses contextos.

Após dizer que sua sanção foi apenas para lhe assustar, a orientadora de medidas deu as instruções sobre algumas atividades que seriam feitas naquela tarde, afinal, era necessário que o trabalho da PSC (prestação de serviços à comunidade) dos garotos ficasse pronto o mais rápido possível. Passou-se um tempo, eu fui ajudar Pedro a recortar uma imagem em uma revista, e quando me aproximei, Marcinho me perguntou: *senhor, posso ir no banheiro?* A sala não tinha muitos garotos, todos puderam ouvir, inclusive a orientadora que acompanhava as atividades junto a mim. Eu o respondi dizendo que ele poderia ir ao banheiro, mas que não precisava de senhor: *Marcinho, eu tenho um pouco mais que sua idade, não precisa me chamar de senhor não, fica tranquilo*. A orientadora de medidas socioeducativas riu da situação e falou que também não gostava de ser chamada de *senhora*. Para não criar uma situação desconfortável, eu disse que eu não me importava, mas preferia que me chamasse somente pelo meu nome. Pedro, o jovem que estava ao meu lado, olhou para o colega e disse: *para com essas parada, aqui não é*

fundação não, tá no mundão, esqueceu? Marcinho, muito sério, olhou para seu colega e retrucou que era *questão de respeito* e não porque ele esteve na fundação há alguns dias: *não tem nada a ver com a fundação ou com a idade dele [...] é só questão de respeito [...] eu respeito todo mundo pra todo mundo me respeitar.*

Por meio da continuação, podemos compreender o respeito como espécie de prática que se expande para todas as relações de Marcinho. Quando me chamou de *senhor*, eu tentei desconstrair a situação ou deixá-la horizontal, mas Marcinho devolve com seriedade dizendo que era *só questão de respeito*. A sua fala me revela um tipo de moralidade que depende de um código interno que ele traz consigo por meio de suas vivências no mundo do crime (mas não só), que levam em conta o respeito. Respeitar os outros é, para ele, uma forma de ser respeitado. O que se vê é um investimento na reciprocidade moral, que se expressa em gestos simples e corriqueiros, como naquela interação comigo. O respeito, enquanto uma prática social, adquire significado no decorrer das interações, sendo construído e reconhecido a partir dos valores, condutas e normas compartilhados em um determinado contexto. Longe de ser uma característica individual fixa, ele se manifesta como uma ação relacional, cuja legitimidade depende do olhar do outro e da própria reciprocidade nas trocas e interações.

Essa concepção prática do respeito encontra ressonância na teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003), especialmente a partir da ideia de sua ausência, ou seja, o desrespeito. Para o autor, entender como as pessoas reagem ao desrespeito (por meio de revolta, conflito ou resistência) exige olhar para o modo como suas identidades foram historicamente constituídas em contextos em que o reconhecimento já era uma experiência vivida. O desrespeito não se apresenta apenas como um ato isolado, mas como uma agressão a algo em processo de construção: a identidade e o valor que a pessoa confere a si mesma. Sendo assim, o desrespeito não é apenas uma ação isolada ou pontual, afinal, ele está ligado a uma história anterior de relações sociais, ou seja, de reconhecimento. Nesse sentido, o respeito aparece como algo fundamental para a formação da identidade prática do indivíduo, porque é através dele que a pessoa sente que tem valor, dignidade e que se sente legitimada pelo outro.

E por serem condutas práticas, respeito e proceder não se dissociam. O respeito se consolida quando o proceder é reconhecido, e o proceder só ganha sentido quando é legitimado pelo respeito. Trata-se de uma dinâmica que depende da coerência entre o que se diz e o que se faz, entre a palavra sustentada e o comportamento praticado. Essa coerência é o que permite que um jovem seja identificado como alguém que tenha proceder, ou seja, fazendo emergir características que lhe atribuem valor e o adjetiva (MALVASI, 2012). É justamente essas características e reputações construídas ao longo do tempo, por meio de atitudes consideradas corretas, que emerge confiança, consideração e prestígio entre os pares ao longo do tempo. Nesse sentido, o proceder funciona como uma espécie de garantia moral dentro da economia simbólica do crime, em que falhas de conduta, falta de decoro ou deslizes não são apenas mal vistos, mas colocam em risco o próprio status quo do sujeito. Respeito e proceder, juntos, são os pilares que sustentam todos os vínculos, moldam os limites da ação e definem quem pode ser considerado alguém que corre junto com o crime e, conseqüentemente, anda pelo certo. Desse modo, as pessoas são respeitadas “pelos valores que elas encarnam em suas relações cotidianas com os demais” (MALVASI, 2012, p. 142).

Nessa compreensão, a figura do jovem que anda pelo certo também pode ser compreendida como a de um verdadeiro guerreiro. Guerreiros não são apenas porque enfrentam batalhas físicas, mas, sobretudo, porque encaram as exigências morais, simbólicas e práticas de uma realidade marcada pela precariedade e pelo risco, por exemplo. A vida é uma guerra em busca de respeito, como demonstrado na introdução, mas a vida também é uma guerra porque ela é difícil de ser vivida. O guerreiro, nesse cenário, é aquele que “sobrevive na adversidade” (HIRATA, 2010), experimenta a vida em sua forma mais perversa e que busca por respeito. Ao mesmo tempo que busca por respeito, respeita o outro – afinal, como nos ensina Sabotage⁵⁸ “respeito é para quem tem”⁵⁹. Não só Sabotage, Marcinho também nos ensina que respeita todo mundo, para que ele também seja respeitado. Deste modo, é a guerra uma maneira possível de compreender a realidade social desses jovens que buscam por respeito. Ter proceder e ser

⁵⁸ Respeito é pra quem tem – Sabotage, RZO, <https://www.youtube.com/watch?v=NCbboJM7o3A>

⁵⁹ Isso quer dizer que o respeito é mútuo. Por exemplo, não se dá respeito a quem não demonstra respeito. É uma forma de dizer que o respeito precisa ser mútuo e que precisa ser conquistado e mantido por meio de atitudes recíprocas.

respeitado, nesses termos, exige inteligência, condutas e qualidades que configuram o guerreiro. O jovem com proceder, portanto, não apenas sobrevive: ele se insere dentro de uma lógica que reconhece o valor de se posicionar com lealdade, honra e disciplina (HIRATA; GRILLO, 2019a). Nesse sentido, a trajetória desses jovens pode ser lida como uma espécie de guerra cotidiana, onde o proceder é um saber prático e o respeito é o que se busca.

Em uma tarde, Moreira chegou contando sobre a abordagem violenta que ele e Pequeno haviam sofrido. Embora não estivessem com nenhum tipo de droga naquele dia, o policial insistia em saber onde estavam as drogas da biqueira em que eles trabalhavam. O policial queria saber, nada mais do que o lugar em que as drogas eram escondidas. Moreira disse que temeu que Pequeno dissesse algo que não devia, já que era novo no crime e nunca tinha passado por um *enquadro* (abordagem) antes. Mas, pela surpresa de Moreira, Pequeno soube *desenrolar* (negociar) muito bem com o policial militar. *Dona, ele foi firme e respeitou certinho. A dona tinha que ver, nem parecia aquele menino que chegou lá na [nome da biqueira] faz pouco tempo.* Moreira contou que ambos foram *esculachados* fisicamente (apanharam), mas não demonstraram *fraqueza* em momento nenhum. Quando chegaram na biqueira, Moreira disse que elogiou a atitude de Pequeno para os parceiros. *Eu falei que ele foi mó firmeza, não deixou o [nome do policial] entrar na mente dele.*

O acontecimento envolvendo Marcinho e Pequeno revela de forma clara como o *proceder* se manifesta nas relações entre os jovens inseridos no mundo do crime. Mesmo diante de uma abordagem violenta, das agressões sofridas e da intensa pressão policial, ambos mantiveram a postura esperada dentro do contexto em que estão inseridos. Embora não estivessem com drogas no momento, Marcinho demonstrou preocupação com a reação de Pequeno, temendo que, por ser novo no crime e sem muita experiência com batidas policiais e intimidações, pudesse dizer algo que comprometesse o grupo. Essa dinâmica se insere em um cenário mais amplo, já que os próprios policiais militares operam a partir de um *ethos* específico, construído a partir de afirmações simbólicas de seu papel institucional (MUNIZ, 1999, 2018). Assim como os michês analisados por Perlongher (1987), o policial também utiliza o corpo como instrumento para afirmar sua

identidade, projetando autoridade e controle por meio de gestos, falas, atitudes e presença física.

Entretanto, a preocupação de Moreira não, era apenas com a própria segurança, mas também com a integridade de Pequeno, afinal, se ele falasse alguma coisa que não devia, seria configurado como uma pessoa sem proceder, ou que não fecha com o crime. Pequeno, era um jovem vapor novato na biqueira, foi colocado inesperadamente à prova. Sua resposta àquele momento adverso – manter-se firme, não entregar nada e não demonstrar fraqueza – foi interpretada por Moreira não só como adequação, mas como superação das expectativas. O elogio posterior, feito publicamente aos parceiros, é crucial: trata-se de um momento em que o reconhecimento coletivo atualiza e reforça o respeito (a consideração) de Pequeno, como se ele passasse por um rito informal de iniciação e recebesse uma chancela simbólica de pertencimento e valor. Muito semelhante ao que Cozzi (2018) chamou de “tener cartel”, ou seja, tipo de prestígio social, que significa ter nome, reputação, fama, honra e respeito por se envolver em determinadas situações. Além disso, a fala: *não deixou o policial entrar na mente dele*, revela a importância de uma resistência. A violência policial, aqui naturalizada como parte do cotidiano (*esculachados*), não desestabiliza a moral dos garotos. Ao contrário, reforça o ideal de autocontrole e de inteligência emocional como ferramentas centrais do proceder ou código de conduta.

Pequeno, no momento da abordagem, mostra que soube desenrolar, ou seja, negociar, manter a postura e controlar a situação, mesmo sob pressão – capacidades centrais na vida guerreira. Percebemos então um momento emblemático de ganho de respeito por parte do Pequeno. Diante de uma situação-limite (apanhando do policial), o jovem, ainda novo no tráfico, demonstrou que fecha com o crime, uma qualidade essencial para a construção de uma imagem respeitável entre seus pares. Sua atitude não apenas evitou que a situação escalasse, como também o posicionou positivamente dentro da avaliação dos pares. Pequeno, em suma, obteve uma espécie de qualidade positivada no crime (Grillo, 2013), intimamente ligada ao proceder.

Mas da mesma forma que se ganha respeito no crime, é possível que se perca ele. E para que isso acontecer, não é muito difícil. Nas minhas primeiras incursões em campo,

sempre ouvia falar sobre Juliano e sobre sua trajetória impecável no crime. Era um jovem que brincava bastante, 18 anos, jovem preto, não era muito alto, e tinha inúmeras tatuagens por seu corpo – mas nenhuma fazia referência direta ao crime. Uma vez, ele me disse que fazer tatuagens aparentes com muitas referências diretas ao crime *chamava muita atenção*. Não bebia muito e não usava nenhum tipo de droga ilícita, o que chamava a atenção dos gerentes e patrões, segundo esses jovens, pois, não beber e não usar drogas configura uma pessoa com *cabeça*. Em sua interação com os outros jovens, era notável que se tratava de uma pessoa muito considerada. Em meados do meio do ano, seu relacionamento acabou, e isso causou um grande impacto em sua vida. Juliano começou a usar bastante álcool e alguns outros tipos de drogas. O jovem, que não usava nada, segundo um colega, estava *usando de tudo*. Esse mesmo colega contou para nós que a situação dele *estava cada vez pior*, afinal, os vapores *mais novos* da biqueira não respeitavam mais Juliano porque ele chegava para o plantão *cheio de cachaça*. Contou também que Juliano usava o dinheiro do plantão para comprar *K9 e cocaína*. *O gerente já começou a perceber e olhar feio [...] assim ele vai perdendo o respeito de todo mundo. Dona, eu acho que ele tá até usando crack. Eu já avisei ele, ele já até brigou comigo [...] não ouve ninguém.*

Por este caso, podemos observar como o respeito é uma construção relacional, constantemente colocada à prova e intimamente ligada ao proceder. Juliano, descrito como um jovem que personificava o ideal de guerreiro, aquele que tem proceder e que é respeitado, vai aos poucos perdendo tais atributos. Logo, fica nítida a ruptura desse capital simbólico, revelando como o respeito pode ser corroído a partir de mudanças de conduta que rompem com o que é considerado o certo. A dependência de substâncias e o descontrole emocional colocam Juliano em desacordo com o que era constantemente esperado: ele começa a se apresentar de forma vulnerável, falha com o trabalho e passa a ser alvo de comentários depreciativos.

A alteridade de Juliano se radicaliza porque ele se aproxima dessa figura-limite, despertando o medo moral de uma falência simbólica completa. Assim, o respeito e o proceder, antes acumulados ao longo de sua trajetória, começam a escorrer aos seus dedos diante de um consumo (das outras drogas e do possível crack) considerado fatal, tanto pelas normas do tráfico quanto pelas expectativas dos seus pares. O corpo que antes era

referência de firmeza, torna-se corpo marcado pela dúvida, pela decadência e pelo isolamento. Ou como Rui chamou, de um “corpo abjeto”, ou seja, uma corporalidade que em conjunto carrega discursos, com vidas menos importantes e invisíveis (BUTLER, 2019). Assim, o corpo que consome, que se embriaga ou se entrega ao uso constante de substâncias, é visto como um corpo desgovernado, incapaz de responder adequadamente às exigências de se estar no crime.

O caso de Juliano é, portanto, um retrato contundente de como o respeito e o proceder, longe de serem estáticos, precisam ser constantemente mantidos. Quando esse desempenho falha – por excesso, descontrole ou descumprimento do que é considerado como o certo – o sujeito perde não apenas prestígio, mas também lugar. A frase, *assim ele vai perdendo o respeito de todo mundo*, resume o que está em jogo: o risco do esvaziamento simbólico do guerreiro, aquele que já não é mais visto como alguém de palavra, de postura, de firmeza, de proceder.

Deste modo, ter respeito é ser reconhecido como alguém que sabe se portar e que compreende que para estar no crime é preciso seguir regras. De encontro, o proceder atua como a materialização prática desse respeito: é a conduta, a atitude, a habilidade de agir de maneira certa. Como mostra Adalton Marques (2009), proceder é mais do que um conjunto de regras imutáveis, é uma forma de estar no mundo, uma ética da ação. A guerra é uma relação social, afinal, a guerra é a própria vida (HIRATA; GRILLO, 2019a). O guerreiro, acima de tudo, é quem porta o proceder e tem habilidades de guerra importantes para sobreviver. É nesse terreno da vida loka⁶⁰ (MALVASI, 2011) que o proceder se torna horizonte e escudo: horizonte, porque orienta os passos, as decisões; escudo, porque protege do que não é considerado como o certo. É pela vontade de ter uma vida gloriosa e por buscar valorização pessoal (HIRATA; GRILLO, 2019a) que esses jovens vivem como verdadeiros guerreiros que portam o proceder. O crime, deste modo, emerge como uma forma de conseguir respeito e de ter uma vida gloriosa, embora esteja constantemente entre a vida e a morte (CARVALHO, 2020; HIRATA; GRILLO, 2019a;

⁶⁰ A “vida loka”, para Paulo Malvasi (2012), corresponde a uma síntese de figurações e considerações acerca do tráfico de drogas, das adversidades e da vida nas quebradas. Desta forma, “vida loka” é uma expressão de sentidos variados nesse contexto. Por exemplo, quem está no crime é “vida loka”, da mesma forma, que moradores de periferias urbanas que sobrevivem na adversidade também compartilham dessa “vida loka”.

HIRATA, 2010). Mas essa busca por respeito (BOURGOIS, 2010), assim como o próprio proceder, se espalham para fora dessa esfera do mundo crime.

O proceder, discutido neste tópico em articulação com o respeito, ultrapassa os limites do chamado “mundo do crime” (FELTRAN, 2008). Isso porque o próprio mundo do crime é um regime normativo (BERALDO; RICHMOND; FELTRAN, 2024) que exerce uma regulação que transborda os sujeitos diretamente envolvidos nas atividades ilícitas, alcançando também aqueles que, embora não estejam no crime, convivem ou se inserem em contextos marcados por sua lógica e presença (MOTTA et al., 2022). Ao ultrapassar para outras arenas, o proceder se mistura com outras formas de ganhar e produzir respeito. Ao compreender que o respeito é o que sustenta suas existências dentro e fora do mundo do crime, esses jovens se movem com firmeza, afinal, para eles, ser respeitado é, antes de tudo, ser visto como alguém que importa, alguém com dignidade. É por meio dele que se constrói uma forma de pertencimento, já que no crime se pode ganhar dinheiro (material) ao mesmo tempo que se pertence a algo (simbólico). Nesse cenário, esses jovens conseguem sobreviver, ganhar dinheiro e criar sociabilidades. Além disso, criam formas de reivindicar suas existências como legítimas, ou seja, inscrevendo-se no tempo mesmo quando o tempo parece não colaborar muito. Deste modo, sem respeito não há vida que se sustente, entretanto, há outras formas de ganhar respeito que não seja no crime, possibilitando que possamos ver outras arenas em que o respeito é constantemente buscado.

CAPÍTULO III

Se o crime não é tudo,

o que mais importa?

Se eu fosse mágico?

Não existia droga, nem fome e nem polícia.

Mágico de Oz, Racionais MC'S

3. SE O CRIME NÃO É TUDO, O QUE MAIS IMPORTA?

Apresentação

A busca por respeito (BOURGOIS, 2010) não se limita ao mundo do crime, embora este se apresente como uma via tangível para sua obtenção. No mundo do crime, centro do capítulo anterior, o respeito assume contornos complexos, atuando como um fator grandioso para os códigos de conduta e estima, bem como para a expansão de seu “marco discursivo”⁶¹ (FELTRAN, 2008, p. 196). Observamos assim, anteriormente, que no microcosmo do varejo de drogas ilegalizadas, o respeito se manifesta em códigos de conduta, em habilidades, em formas de falar, de se expressar e de agir, no cumprimento de funções cotidianas. O não cumprimento desses códigos pode significar que aquela pessoa não *fecha* com o crime.

Se, como indicam as dinâmicas das masculinidades desses jovens, *ser homem* implica respeitar para ser respeitado, é evidente que essa necessidade de reconhecimento atravessa diferentes arenas da vida social. Esses jovens, durante minha pesquisa, mostraram que suas vidas não se limitam ao mundo do crime. O trabalho formal, os relacionamentos afetivos e amorosos, as relações familiares e até mesmo instituições como os programas socioeducativos (Estado) se constituem como arenas onde o respeito é igualmente almejado, ainda que mediado por outros códigos, discursos, linguagens e valorações. Em cada uma dessas arenas, os jovens desenvolvem maneiras próprias de demonstrar aquilo que, no mundo do crime, é conhecido como proceder, ou seja, um conjunto de condutas, posturas e princípios que definem o que é agir “certo” dentro de uma lógica social específica, uma forma de estar no mundo, uma ética da ação (MARQUES, 2009). Ao se engajarem nessas práticas, esses jovens estão, sobretudo, buscando reconhecimento, dignidade e respeito. Desta forma, mesmo fora do universo do tráfico, o proceder atua como uma ética de conduta, guiando os comportamentos e

⁶¹ Aqui compreendido como um sistema de significados que organiza a vida social nas periferias urbanas, em que o “crime” não é apenas uma prática ilegal, mas um referencial simbólico e moral que estrutura valores, formas de reconhecimento e disputas por prestígio.

relações desses jovens na busca por respeito e legitimidade. Assim, o respeito não é apenas um desejo abstrato que se realiza no mundo do crime, mas um marcador prático de status, dignidade e reconhecimento, cuja obtenção se entrelaça com o modo como esses sujeitos constroem e performam suas identidades nas múltiplas arenas da vida ordinária (DAS, 2020).

Neste capítulo, busco demonstrar que o proceder vai para além dos limites do mundo do crime, de modo que o respeito se torna uma busca durante a vida cotidiana, está presente em diversas arenas. A partir dos relatos desses jovens, evidencio como essa busca por respeito atravessa os relacionamentos afetivos e amorosos com as namoradas, as relações familiares (especialmente com as mães) os laços de amizade e parceria, e também as experiências dentro e fora das atividades propostas no âmbito do Programa de Medidas Socioeducativas. No entanto, se entendemos o crime como um regime normativo (BERALDO; RICHMOND; FELTRAN, 2024; CARVALHO, 2020; FELTRAN, 2008), é preciso reconhecer que essas diferentes arenas não estão isoladas. Pelo contrário, muitas das vezes elas se entrelaçam e se influenciam mutuamente, assumindo configurações específicas conforme os contextos e relações em que se manifestam, como veremos pelos casos que serão apresentados.

O respeito em relacionamentos afetivos e amorosos

Aquele dia, Theo nos contou que tinha uma notícia *pesada* para compartilhar conosco. Nos contou que havia visto uma notícia sobre uma mulher que teria pegado uma camisinha usada por Drake para engravidar e ficar com a *grana* do rapper. Em seguida, Theo nos contou sobre um acontecimento em sua escola, sobre a história de uma garota que foi *toda exposta com suas partes*. Ele explicou que a escola não era das melhores, e que lá tinha um casal em que a garota havia traído o namorado com outro garoto no banheiro da escola. O garoto *chifrado*, nervoso com a situação, pegou um *nude*⁶² que a menina havia mandado para ele e projetou na sala usando um data show para que todos

⁶² Um tipo de imagem de uma pessoa nua ou com pouca roupa, geralmente enviada de forma privada por WhatsApp. Costuma ser compartilhado em contextos íntimos ou sexuais, muitas vezes como parte de flertes, relações amorosas ou sexting (troca de mensagens de teor sexual).

os colegas vissem. *A mina, quando viu, saiu correndo, chorando igual louca*, falou Theo. A orientadora de medidas socioeducativas que estava comigo naquele dia afirmou que a atitude do garoto foi muito infeliz, por conta do efeito que aquela ação teve na garota. A orientadora disse: *vocês aí que se dizem homens, fazer uma coisa dessas... que coisa mais infeliz, coisa horrível*. Em seguida, Theo afirmou que, sendo homem, jamais se exporia daquela forma se estivesse no lugar do namorado traído. Caso fosse ele a sofrer a traição, reagiria de outra maneira: *eu mato a desgraçada*, disse, sem hesitar. Logo após, disse que não era ninguém para falar nada sobre o assunto, pois, na semana anterior, havia dado um tapa no rosto da sua companheira.

É interessante pensar que Theo só revisitou o episódio com sua namorada porque antes introduziu e criou uma narrativa com histórias de terceiros, mais especificamente, a fofoca sobre uma celebridade e, em seguida, o caso ocorrido envolvendo um casal e a exposição de *nudes* na escola que ele frequentava. Esse recurso narrativo funcionou quase como um escudo simbólico, permitindo que ele falasse de si sem se expor diretamente de imediato. Ao começar sua fala com uma história de fora, ele tinha a intenção de criar um ambiente em que o julgamento moral recaísse primeiro sobre o outro, abrindo espaço para então deslizar sua própria experiência no fluxo da conversa. É nesse movimento que ele revela, com aparente naturalidade, o episódio de agressão, como se estivesse apenas continuando um ciclo de exemplos sobre traição e respostas masculinas; respostas essas que levam em conta a construção do ódio contra mulheres (FEDERICI, 2017). Esse artifício revela muito mais do que sua tentativa de suavizar ou justificar sua ação: expõe a maneira como essas narrativas circulam e são validadas entre os homens no geral.

Theo nos disse que, pela manhã, sua namorada havia pedido para que, no fim do dia, ele fosse à casa dela para ajudá-la com algo. O jovem seguiu seu dia, e ao entardecer, quando estava quase chegando na casa da garota, chegou uma mensagem em seu celular dizendo que ele não precisava ir mais. Ele disse que, quando leu a mensagem, *subiu um sangue* e mesmo ela dizendo que não precisava, ele foi até sua casa. Quando chegou, não tocou a campainha e só chutou o portão para abrir. *Eu já entrei gritando já, perguntando quem ela tava pensando que ela era. Ela também partiu pra ignorância, gritou, mas falou que não tinha me traído*. Ele nos disse que não tinha certeza se ela falava a verdade, mas concluiu: *ela não era louca de fazer isso [...] se não fez, vai pensar duas vezes antes de*

fazer, porque eu meti um tapão na cara dela. A orientadora de medidas socioeducativas perguntou se ele pensava que estava certo nessa situação, já que a garota havia dito que não tinha o traído. Théo então questionou o motivo de ter desmarcado, demonstrando desconfiança. Mas o ponto principal é que ele tinha uma certeza: sua honra foi defendida.

Théo demonstrou grande nervosismo ao final de sua fala, especialmente ao tentar justificar a agressão em nome da defesa de sua honra. Após os ânimos se acalmarem, buscamos entender o que havia motivado o ato, uma vez que a garota afirmava não o ter traído. Embora não tenha sido direto em suas palavras, Théo mencionou, de forma confusa, que havia lido a mensagem em companhia de um colega, e que ambos interpretaram a situação como estranha. O que se evidenciava, mais do que o conteúdo explícito de sua fala, era o que se insinuava nas entrelinhas: a constante negociação da própria imagem diante dos outros e, com ela, a manutenção de uma honra que parece estar em disputa. Esse fato nos oferece um indício de que sua reação não foi apenas fruto de uma emoção individual, mas também mediada por um olhar externo, ou seja, o olhar do amigo que constrói e valida certos comportamentos e condutas consideradas como corretas.

A ação de Théo está ancorada em uma concepção profunda em que a honra pessoal e a reputação diante dos pares ocupam lugar central na organização das emoções e das condutas.⁶³ Quando Théo relata a agressão contra sua namorada, o faz não como uma confissão de culpa ou arrependimento, mas como uma reafirmação de seu lugar no mundo. Em um momento mais adiante da conversa, ele afirma: *defendi minha honra dona*, para a orientadora de medidas socioeducativas. Nesse enunciado, o jovem invoca a ideia de honra como um capital simbólico que precisa ser protegido, mesmo que a situação concreta (uma mudança de planos comunicada por mensagem) não tenha

⁶³ Gostaria de pontuar, antes de tudo, que, segundo Silvia Federici (2019), quantificar o aumento da violência contra as mulheres é um desafio. A relevância desse debate se intensifica quando observamos a violência em termos qualitativos, especialmente ao atentarmos para as novas formas que ela tem assumido. Vale lembrar, por exemplo, que recentemente foi constatado que, no Brasil, a cada 24 horas, oito mulheres são vítimas de violência. Dito isso, não ignoro a gravidade do caso mencionado, ou seja, uma agressão cometida contra uma jovem menor de idade. Reconheço sua seriedade. No entanto, a análise que proponho aqui não se detém nesse aspecto específico. E não por falta de importância, mas porque meu foco recai sobre outros elementos que emergem da situação, os quais busco evidenciar e compreender a partir do que me propus a estudar.

apresentado provas de desonra ou traição. Barreira (1998) afirma que, para os pistoleiros com quem fez etnografia, a “honra precisava ser lavada” pela pessoa que se sentiu desonrada. Nesse contexto, ela funciona como um princípio regulador do comportamento que, neste caso, se assume nas relações afetivas. Trata-se de uma honra que não é apenas individual, mas coletiva e que exige controle constante, respeito e reconhecimento diante dos outros. Com isso, podemos observar a emergência de códigos de honra criados como respostas masculinizadas que levaram em conta a violência⁶⁴: a mulher exposta diante de seus colegas na escola, ou a namorada que apanhou por conta de uma suspeita de traição. Esses são exemplos de como as masculinidades podem ser performadas através da dominação do corpo feminino. Essas respostas não surgem do nada, são aprendidas e reproduzidas levando em conta que são produtos de práticas da forma como esses jovens se percebem e são percebidos enquanto homens (CONNELL, 1995). A violência e a dominação, portanto, aparecem como instrumentos de reafirmação de uma honra que precisa ser defendida a qualquer custo – físico ou moral.

A honra, como valor social, está quase sempre articulada a um contraponto inevitável: a vergonha. Ruth Benedict (1997) estudou o fato dos japoneses que se negavam à rendição pós-guerra e o papel da honra. Ao analisar os contrastes da guerra entre Estados Unidos e Japão durante a Segunda Guerra Mundial, a autora demonstra que, para os guerreiros japoneses, a honra estava diretamente vinculada à disposição de lutar até a morte. Render-se ou recuar diante do inimigo era compreendido como um ato vergonhoso, uma falha moral irreparável. No contexto brasileiro, conforme aponta Grossi (1995), a honra perpassa toda a nossa história social e cultural, estando profundamente enraizada nas narrativas literárias. Diversas figuras masculinas são apresentadas como “homens de palavra” e “honrados”, sobretudo no coronelismo. A autora menciona, por exemplo, a prática de “lavar a honra com sangue”, explicando que, em contextos marcados por códigos de masculinidade rígidos, um homem traído ou desonrado deveria matar a esposa, ou seu suposto amante para restaurar sua dignidade: “O que significa lavar a honra

⁶⁴ A violência não é apenas física, como na reação do garoto que expôs sua namorada. Aqui falamos de uma violência de gênero, pois parte de uma lógica patriarcal em que a mulher é punida publicamente por sua sexualidade ou por não se comportar de acordo com as expectativas do parceiro homem. A exposição da imagem íntima atua como forma de controle e punição do corpo feminino.

com sangue? Se for enganado, se levar gaia, mata a mulher, mata o amante da mulher” (GROSSI, 1995, p. 12). Nesse sentido, no caso em questão, o que está em jogo, mais do que a relação afetiva em si ou a tristeza de sua companheira supostamente ter traído Téó, é antes, o lugar social de Théó como homem respeitável e honrado, cujas ações precisam confirmar esse status. Assim, mesmo quando a narrativa parte de uma situação privada, ela rapidamente se inscreve em uma lógica pública para que todos possam ouvir: proteger a honra é proteger-se da vergonha. É tudo uma grande “questão de honra”, como um jovem envolvido, interlocutor de Sá (2010) que matou o policial que bateu no rosto de sua mãe alegando ser “uma questão de honra”, ou seja, uma situação em que alguém sente que sua reputação, dignidade ou imagem pessoal está sendo colocada em risco e, por isso, acredita que precisa reagir imediatamente (sob quaisquer circunstâncias) para restabelecer ou proteger essa honra.

A honra do homem, neste caso, depende quase exclusivamente da mulher, e neste sentido, os homens acham que as podem controlar. Segundo Grossi (1995), nessa lógica, “cabe portanto aos homens (pai, filhos, irmãos) o controle sobre a virtude feminina. Virtude que é reconhecida publicamente pela categoria respeito. Uma mulher de respeito é, portanto, uma mulher que está adequada aos comportamentos reconhecidos socialmente como femininos” (p. 15). Por fim, a situação vivida por Théó pode ser interpretada à luz do que Pimenta (2014) chamou de “jogo de espelhos”, expressão que remete à interdependência entre a construção da imagem de si e o olhar do outro. Nesses jogos, a honra atua como um mediador: ela não apenas regula interações, mas também se impõe como um valor que precisa ser constantemente reafirmado, e às vezes pode ser por meio da força. Na cena narrada, a honra emerge como um elemento constitutivo da masculinidade, central para sustentar o modo de vida do jovem guerreiro que busca por respeito. A agressão cometida por Théó não é apenas um ato isolado de violência; ela se constitui uma performance, um gesto carregado de significado na reafirmação de uma identidade masculina ameaçada pela suspeita de traição. É nesse emaranhado que a honra se apresenta como um bem precioso, algo a ser defendido a qualquer custo. Se viver é guerrear, a honra é o que permanece quando alguém vacila ou supostamente vacila. A honra, nesse sentido, é um valor que é frágil, volátil e extremamente valioso.

Enquanto Theo contava sua versão dos fatos, os colegas o ouviam em silêncio, talvez intimidados pela expressão de desaprovação da orientadora de medidas socioeducativas. Ao fim daquele dia, descemos as escadas rumo ao pátio, onde normalmente era servido o lanche após as atividades. Theo seguiu com alguns colegas, enquanto Lucas ficou um pouco para trás, descendo comigo e com a orientadora de medidas socioeducativas. Durante a conversa, contou que, depois de três anos só *na pegação*, havia finalmente assumido um relacionamento sério com uma garota. Disse que se considerava *casado*, e que, durante os anos anteriores, como ambos estavam solteiros, cada um fazia o que queria. Agora, com o compromisso assumido, o *respeito* deveria prevalecer. Foi então que a orientadora lhe disse para nunca fazer o que Theo havia feito. Lucas respondeu de pronto que nunca faria aquilo. *A partir do momento que tem agressão, perde o respeito, né dona?* disse ele.

E de contraponto à narrativa de Théó, é interessante perceber como o respeito aparece aqui, por mais que existem semelhanças entre as histórias. Eles são jovens novos, inscritos em relacionamentos monogâmicos com jovens meninas de idades parecidas, entre dezesseis e dezoito anos. Ambos disputam os sentidos do respeito em seus relacionamentos. Para Theo, sua honra precisava ser lavada para que ele, consequentemente, ganhasse respeito. De outra ótica, para Lucas, o respeito é um princípio organizador, pois no momento em que acontece agressão, o respeito se desfaz, sendo assim, é exatamente o contrário de Theo. Ambos os jovens, nessa situação, entram em meio a um dissenso, nos termos de Jacques Rancière (1996). Para o autor, o dissenso não é um conflito entre ideias, mas sim, o conflito sobre a configuração de um mundo sensível. Eles falavam da mesma coisa, ou seja, sobre a busca por respeito em relacionamentos, mas mobilizam significações diferentes com pressupostos distintos, e por este motivo, não conseguem constituir algo em comum (HIRATA, GRILLO, 2019). Para Théó, o respeito é conquistado ao defender a honra e agredindo sua companheira. Já para Lucas, o respeito é conquistado quando existe respeito mútuo entre ele e sua companheira, e tecnicamente, é isso que seria ser um homem honrado: não agredir. A honra é o que “regula o comportamento e define a identidade dos membros” (FONSECA, 2000, p. 9) e desta forma, definem a busca por respeito nos relacionamentos nos casos que foram analisados.

Diante dos relatos de Theo e Lucas, observamos que a honra ocupa um lugar central na construção das identidades masculinas e na busca por respeito desses jovens de diferentes maneiras. Esse contraste revela não apenas diferentes modos de agir, mas também distintas formas de se buscar respeito, expor-se e se posicionar no mundo. A fala de Theo é atravessada por códigos tradicionais de masculinidade, que associam a honra à posse e ao controle do corpo feminino. Já Lucas oferece uma brecha, para imaginar outros modos de ação e conseguir respeito, que rompam com a lógica da dominação e da força (WELZER-LANG, 2001).

Os relacionamentos afetivos e amorosos configuram uma das possíveis arenas em que esses jovens buscam respeito. É nesse campo íntimo e, ao mesmo tempo, público, que se desenrolam disputas sobre masculinidades, honra e reconhecimento. Para alguns desses jovens, o modo como se posicionam diante de suas parceiras não apenas reflete sentimentos individuais, mas também traduz normas coletivas de condutas que parecem ser esperadas. Pelos casos, compreendemos que esses jovens se encontram inseridos em disputas intensas sobre o que significa ser respeitado em suas relações afetivas. A violência aparece como um instrumento culturalmente aprendido e legitimado para Theo, enquanto Lucas essa herança começa a ser questionada. O ponto principal é que ambos os jovens querem e buscam ser respeitados e reconhecidos dentro de suas relações afetivas e amorosas, mas divergem completamente sobre os meios para alcançar esse respeito. A dissociação entre os dois evidencia que, embora partilhem de um mesmo vocabulário, estão posicionados em configurações distintas.

O respeito com as mães

Micael era um jovem de 15 anos, branco e bastante envolvido no mundo do crime. Chegou no programa de medidas socioeducativas muito bravo naquele dia. Seu semblante carregado, mal respondeu meu cumprimento de boa tarde. Fomos para a academia, porque era dia de grupo de esportes. Nesses dias, eu acompanhava Luciano, que era o professor de educação física, enquanto ele passava séries de exercícios para os garotos. Enquanto íamos para a academia, eu e o professor de educação física comentamos rapidamente que parecia haver algo errado com Micael. Quando chegamos

perto dele, perguntamos o motivo de seu silêncio. Ele nos contou que havia tido problemas com sua mãe. Antes de contar o que havia acontecido, relembrou de vários pontos positivos de sua mãe, sua principal referência (NERI, 2009): disse que era uma *batalhadora*, que *trabalhava fora para sustentar* a casa e seus irmãos. Chegava no período noturno, cozinhava, arrumava a casa e deixava tudo preparado para o dia seguinte. Essa rotina se repetia quase todos os dias da semana. Além disso, mesmo Micael tentando ajudá-la, ela não aceitava qualquer dinheiro *errado*⁶⁵ que ele oferecesse. Ele disse que ambos possuíam uma relação um pouco tensa, pois sempre sua mãe chamava sua atenção por conta de suas atividades no crime.

Micael contou que a briga com sua mãe começou quando ela chegou em casa e o encontrou com uma garota sentada no sofá que ficava na sala. Ao entrar, cumprimentou a menina e perguntou o que ela estava fazendo ali. Eles responderam que estavam apenas assistindo a um filme. Irritada com a situação, sua mãe tocou a garota, dizendo que não queria *putaria* dentro de sua casa. Micael disse que ficou extremamente incomodado e irritado com a forma como a mãe agiu naquela situação. Depois que a garota foi embora, a discussão entre os dois se intensificou. Segundo Micael, sua mãe afirmou com firmeza: *Aqui quem manda sou eu. Você pode até ser o bonzão na rua, mas dentro dessa casa, você é meu filho*. Ele disse que os dois discutiram por um tempo, mas que, em determinado momento, acabou percebendo que estava passando dos limites. Foi então que decidiu se calar e apenas ouvir o *sermão de sempre*. Finalizou dizendo: *Lá fora eu bato de frente, mas em casa é foda [...] Tem que ficar quieto e só ouvir. É minha mãe*.

Esse acontecimento revela muito sobre a figura materna e a maneira como o respeito se constrói e é buscado na relação entre mãe e filho. Para Lyra (2013), a mãe representa o “maná”, conforme conceituado por Marcel Mauss (2003) como uma força dotada de integridade espiritual, um poder mágico. Ou seja, a mãe carrega uma qualidade simbólica que a torna uma presença quase sagrada. Nessa perspectiva, compreendemos por que, para Micael, a mãe é sua principal referência (Neri, 2010), já que Micael possuía um pai ausente e não tem nenhum de seus avós. Essa hierarquia familiar se repete de

⁶⁵ Muitas mães não aceitam o dinheiro que os jovens ganham nos plantações, por considerarem o dinheiro como *errado*.

forma marcante entre os jovens que acompanhei na instituição socioeducativa. Na maioria dos casos, são as mães – e em alguns contextos, as avós – as principais responsáveis por garantir o sustento da casa, *colocando comida na mesa* e assegurando o funcionamento cotidiano da família. Elas são figuras centrais, que acumulam tanto o cuidado quanto a autoridade no lar. Já os pais, quando presentes, tendem a ocupar posições mais permissivas ou distantes, muitas vezes aparecendo de forma esporádica e sem exercer a mesma autoridade. A mãe, portanto, é alguém diante de quem Micael sente que deve zelar e demonstrar respeito, mesmo que isso implique conter atitudes, se sentir desrespeitado e silenciar seus próprios desejos ou tentativas de imposição.

Ao relatar o conflito com sua mãe, é possível perceber não só o embate entre autonomia (de Micael) e autoridade (de sua mãe), mas também esse lugar sagrado que a figura materna ocupa em sua vida. Mesmo se dizendo contrariado e descontente com a forma como a mãe tratou a menina, ele reconhece que, dentro de casa, o lugar de comando e autoridade pertence a ela. Sua fala final é reveladora disso: *Lá fora eu bato de frente, mas em casa é foda [...] Tem que ficar quieto e só ouvir. É minha mãe*. Reconhecer isso é uma forma de respeito, que não sugere apenas submissão ou medo por parte de Micael, mas sim, o reconhecimento do lugar que sua mãe ocupa.

Nesse sentido, o poder mágico ao qual Lyra (2013) se refere, aparece incorporado à figura da mãe que pode tocar, intervir, repreender e colocar limites, ainda que esses limites contrariem os desejos do filho. A mãe é aquela que, por sua moralidade, recusa o dinheiro do tráfico e repreende o filho por estar neste lugar com os mais diversos sermões. A autoridade materna se impõe não só pela hierarquia familiar, mas por essa aura de respeito incontestável que se mantém mesmo em situações de atrito. A atitude de Micael de se calar ao perceber que estava passando dos limites expressa um gesto de contenção que também pode ser lido como reverência. Assim, mesmo diante do desconforto, o vínculo afetivo e simbólico o impede de transgredir essa fronteira.

Deste modo, a mãe de Micael, perante o acontecimento, tinha a tarefa de demonstrar que é ela quem manda em sua casa, e desta forma, fazer Micael perceber que lá dentro ele é seu filho. Isso é sentido por Micael como desrespeito e como uma maternidade dura (ainda que necessária), muito semelhante ao que Barros (2024)

encontrou em periferias de Porto Alegre. Na rua e no crime, Micael é o *bonzão*, alguém que se impõe e pode falar como quiser, desde que tenha proceder (MARQUES, 2009). Já em casa, diante da mãe, ele é filho, posicionado numa estrutura hierárquica que resiste às inversões simbólicas produzidas pela sua atuação no mundo do crime. A narrativa da briga com a mãe é atravessada por uma profunda ambivalência: de um lado, o respeito e admiração por uma mulher batalhadora, que sustenta a casa com esforço e dignidade; de outro, o incômodo com a impossibilidade de respondê-la como gostaria e se sentir respeitado.

A experiência narrada por Micael revela mais do que um conflito, mas também um desejo profundo de respeito. Ao sentir que não possuía alternativas diante da mãe, Micael também expressa a frustração de alguém que quer ser uma pessoa que toma decisões, inclusive no espaço doméstico. O incômodo com a forma como a mãe tratou a menina no sofá não é apenas sobre a visita em si, mas sobre a sua tentativa de afirmar-se como alguém com autonomia (LYRA, 2013), sobre o espaço e sobre suas relações. Ainda que reconheça a autoridade materna e se contenha diante dela, reconheça aquela potencialidade mágica que a mãe tem, Micael demonstra um desejo latente de ser respeitado por suas escolhas e de que sua voz também tivesse peso dentro de casa.

O respeito que Micael almeja não se dissocia da lógica do proceder no mundo do crime, onde ele é reconhecido por suas condutas consideradas certas. No entanto, ao transitar para o espaço familiar, esse mesmo desejo de reconhecimento encontra barreiras. Ele não quer romper com sua mãe, mas deseja que sua identidade (construída também fora de casa) seja reconhecida por ela, pois, em um momento, afirmou que só *queria acabar de assistir ao filme com a mina*. O silêncio diante da autoridade materna é um gesto ambivalente: entre o respeito por quem ela é e o desejo de ser respeitado como ele é. Nesse sentido, Micael busca um equilíbrio entre continuar sendo filho e ser visto como homem, afinal, ser homem é respeitar para ser respeitado.

Outro caso também é significativo para refletirmos sobre a busca por respeito nas relações familiares, especialmente entre mães e filhos, mas que, nesse episódio, se estende também à relação com os irmãos. Arthur era um jovem preto de 17 anos que, durante alguns anos, trabalhou como vapor no mercado de drogas ilegalizadas. Ele vivia com a

mãe, a avó e um irmão mais novo, de apenas sete anos. Apesar da não aprovação da família, o dinheiro que Arthur conseguia com o tráfico era aceito em casa. Sua mãe o recebia porque, em meio às dificuldades financeiras, esse dinheiro representava uma ajuda concreta. A avó já não trabalhava por conta da idade, e o salário da mãe não era suficiente para cobrir todas as despesas da família. Contudo, embora aceitassem o dinheiro, tanto a mãe quanto a avó já haviam pedido inúmeras vezes para que ele deixasse o tráfico. Alegavam que era *perigoso*, mas esses apelos, no entanto, não foram suficientes para convencê-lo a sair.

Certo dia, ao voltar para casa no fim da tarde, Arthur se deparou com a mesa da cozinha repleta de guloseimas, como salgadinhos, refrigerantes, balas, chocolates e até um pote de Nutella, itens raros na rotina da família. Estranhando aquilo tudo, ele se perguntou como haviam conseguido comprar tantos produtos, dado saber da situação financeira apertada. Sua mãe não estava em casa, sua avó estava no quarto, e na sala havia um grupo de várias crianças brincando. *Acho que tudo as criança da rua tava ali*, disse ele. Curioso, Arthur chamou seu irmão, Marquinho, para conversar. Perguntou de onde tinham vindo todas aquelas coisas. Foi então que o irmão explicou o ocorrido: ele e as outras crianças haviam ido até a vendinha da rua de cima. Lá, enquanto uma delas pediu um copo d'água para a dona do mercadinho (que precisou ir aos fundos da loja buscar), os demais aproveitaram o momento para entrar e pegar aquelas guloseimas.

Arthur, quando contou isso para nós, se mostrou inconformado com a situação. Segundo ele, seu irmão havia cometido seu *primeiro crime*. Arthur disse que repreendeu imediatamente o garoto, tentando lhe passar medo: *os irmão tudo* (fazendo referência aos irmãos do PCC) *vão cobrar você, toma cuidado hein*, fazendo referência de que é proibido roubar na *quebrada* (BIONDI, 2018). Arthur contou que o garoto *quase cagou de medo*, além de ter chorado. Foi esse episódio, junto aos apelos de sua avó e mãe, que fizeram com que Arthur parasse de traficar e começasse a trabalhar em um supermercado. *Dona, querendo ou não, eu preciso respeitar minha família, então eu parei de vez e não vou volta. Fora isso meu irmão já tava indo pro caminho errado, ele é muito novinho já fazendo essas coisa [...] eu sou espelho né*, disse ele.

Por este caso, podemos compreender como a ideia de prover e ajudar a família é um elemento significativo e fundante das masculinidades, como pontuou Connell (2016). De tão central, essa expectativa apareceu de forma recorrente entre esses jovens, mas o caso de Arthur se mostrou especialmente elucidativo. Em diversas ocasiões, ele demonstrava orgulho e completude por conseguir contribuir financeiramente em casa com o dinheiro que ganhava no tráfico, sentindo-se, assim, respeitado. Sentia que sua presença fazia diferença no cotidiano da mãe e da avó. Ajudar no sustento do lar parecia conferir-lhe prestígio e reconhecimento, compondo um traço importante de uma masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), atravessada pelas condições materiais da classe trabalhadora (MESSERSCHMIDT, 1993). Nesse sentido, o caso de Arthur também permite observar como gênero e classe se entrelaçam e se reforçam mutuamente – uma proposta das feministas interseccionais, especialmente quando consideramos junto a esses o marcador racial (HIRATA, 2014).

A partir desse contexto, a cena em que Arthur se depara com seu irmão cometendo seu *primeiro crime* ganha um peso ainda maior. Não se trata apenas de uma reação de indignação, mas da possibilidade de que supostamente seu exemplo estava sendo seguido e reproduzido dentro de casa. Arthur se vê, ali, como *espelho* para Marquinho, e essa percepção parece mobilizar nele não apenas um sentimento de culpa, mas também um forte desejo de interromper a repetição desse caminho dentro de sua própria família. É significativo notar que, mesmo atuando como vapor no tráfico, Arthur seguia ocupando simultaneamente outras categorias e posições sociais (FELTRAN, 2017), como as de filho, neto e irmão, ou seja, lugares atravessados por vínculos afetivos e por peso significativo e relevante no ordenamento social (GRILLO, 2013) em que estava inserido. Isso reforça a ideia de que o envolvimento com o tráfico não implica uma ruptura total com o “mundo social” (FELTRAN, 2008); ao contrário, os jovens circulam entre diferentes regimes normativos, articulando valores que coexistem em sua vivência cotidiana.

O respeito que ele buscava se deslocou para dentro da casa, tornando-se um compromisso ético com sua família. Ele passa a buscar ser respeitado não apenas por sua

força ou capacidade de ajuda, ou sustento⁶⁶, mas também pela responsabilidade que assume como filho e principalmente como irmão mais velho, sendo assim, ser visto como alguém que precisa zelar pelos seus e interromper um ciclo. O respeito buscado, portanto, ultrapassa a lógica da provisão material e se torna também uma postura ética, construída no cotidiano das relações, um reconhecimento que se fortalece na reciprocidade: respeitar para ser respeitado.

O respeito com os amigos

Foi oferecido para os jovens que cumpriam medidas socioeducativas um curso de barbearia. O curso tinha um objetivo claro: preparar o jovem para o mercado de trabalho legal e formal. Digo legal e formal, pois no ilegal e informal, em sua grande maioria, os garotos já estavam bem preparados, se compreendermos o tráfico de drogas como uma forma de trabalho infantil (GALDEANO; ALMEIDA, 2018). As aulas eram bastante práticas, onde os jovens aprendiam a cortar cabelos, trabalhar com tinturas, cortes em degradê, comprar produtos de qualidade e gerenciar as finanças. Fazia parte do objetivo do projeto que os jovens que trabalhavam na ponta dos mercados ilegais de drogas passassem a *empreender* e galgar passos em direção a suas próprias barbearias. Fumaça era um jovem bastante envolvido, mas decidiu seguir os passos que eram ensinados e decidiu empreender. Preto, 17 anos, possuía uma família bastante vulnerável porque sua avó era muito doente e sua mãe cuidava dela e de mais dois irmãos. Mesmo diante da dificuldade da família, sua mãe, compreendendo que ele estava tentando mudar de vida, lhe ofereceu o estabelecimento de seu antigo bar. Ele disse que ficou muito feliz e que aceitou rapidamente, já que não tinha um lugar para ser sua barbearia. A oferta de sua mãe em lhe dar o antigo bar, reflete um gesto de apoio e confiança, ampliando o sentido de responsabilidade que Fumaça carrega. Agora, ele não está apenas respondendo por si mesmo, mas também pela confiança que sua mãe lhe depositou.

⁶⁶ Embora tenha conseguido um emprego em um supermercado para continuar contribuindo financeiramente com a família, mas de forma *honesta*, como muitos jovens costumam se referir ao trabalho fora do mundo do crime.

Fumaça nos contou em uma tarde, que estava sendo muito difícil levar a sério o plano de abrir sua barbearia. Perguntei a ele o motivo, e ele listou várias dificuldades, mas destacou duas em especial: tornar o espaço mais aconchegante para atrair clientes (como colocar sofás, bebidas geladas, iluminação ambiente) e aprender a se inserir nas redes sociais (ter uma logo, um Instagram profissional). Essas duas preocupações não deixavam o jovem e revelam duas exigências centrais para quem deseja empreender e competir em meio a uma multidão de outros pequenos empreendedores. Ao decidir empreender, Fumaça se insere em uma lógica neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016; FOUCAULT, 2008b) que exige que ele se comporte como uma empresa. Sua subjetividade passa a estar totalmente colada ao seu trabalho, não havendo mais separação clara entre quem ele é e o que ele faz (DARDOT; LAVAL, 2016; LIMA; PIRES, 2020). Empreender, nesse contexto, não significa apenas abrir um negócio, mas também colocar sua identidade, afetos e energia pessoal em constante exposição e desempenho. *Nunca pensei que ia ser tão difícil assim*, disse ele rindo.

Uma orientadora de medidas socioeducativas, ouvindo o desabafo, comentou que compreendia sua dificuldade, mas lançou uma pergunta: *não é melhor do que estar no corre, Fumaça? Não tem mais aquela apreensão que você tanto sentia, né?* Fumaça permaneceu em silêncio por alguns segundos. Apenas a encarou, sem responder de imediato. Depois explicou que, ao terminar o curso de barbearia, foi muito difícil planejar seus próximos passos. Pensar no que fazer e em como fazer, com os poucos recursos financeiros que tinha, era um desafio enorme. Por isso, para tentar viabilizar minimamente o início do projeto, decidiu continuar no corre por mais algum tempo. Fez um dinheiro e conseguiu comprar o básico necessário para montar a barbearia.

E realmente, não só parecia como era muito difícil empreender, para Fumaça. Não só para ele, mas para todos os jovens que conheci e que resolveram seguir esse caminho. A barbearia aparece como uma possibilidade concreta para esses jovens (BARROS, 2024). Contudo, compreendo que essa medida também carrega traços de uma certa brutalidade. Brutal não é exatamente ter uma barbearia, mas sim o modo como o incentivo ao empreendedorismo é apresentado como alternativa legítima ao tráfico. Esse investimento surge como resposta do Estado, por meio do Programa de Medidas Socioeducativas, propondo uma troca: a transição do trabalho ilícito para o trabalho lícito. Em outras

palavras, o empreendedorismo era convocado como algo onde o jovem deixa o crime e passa a se *virar* dentro dos limites da legalidade, sendo seu próprio chefe, desde que se responsabilize integralmente por seu sucesso ou fracasso.

Pude acompanhar algumas aulas de barbearia e, nelas, percebi como os jovens eram vacinados com pequenas doses de empreendedorismo neoliberal. Ou seja, eram atravessados por um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que, como afirmam Dardot e Laval (2016, p. 17), “determinam um novo modelo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Essas pequenas doses davam a entender que o caminho seria árduo e difícil no começo, mas que ao final as coisas se resolveriam (OLIVEIRA; SOUZA, 2024)⁶⁷. A narrativa era de que bastava esforço e persistência para alcançar o sucesso. No entanto, para os que decidiram empreender, o pontapé inicial era extremamente difícil, muito mais difícil do que o imaginado por esses jovens. Os recursos eram escassos, as exigências altas, e a sensação de instabilidade e fracasso constantes. O suposto fim, ou seja, a realização plena de um negócio próprio, era, na prática, algo incerto. Essa realidade gerava uma autocobrança dolorosa para alguns jovens que acompanhei, que se viam como os únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso de suas trajetórias. Muitas vezes, ouvi jovens afirmando que a barbearia era *trocar o certo pelo duvidoso*, expressão que carrega a consciência de que, ao sair do tráfico, deixavam uma fonte de renda imediata para entrar em um percurso longo e frágil.

A brutalidade do empreendedorismo que evoco, está situada em individualizar responsabilidades, ao naturalizar a precariedade e mascarar desigualdades com a promessa de que tudo depende apenas de esforço pessoal. É brutal dizer para Fumaça, por exemplo, que o sucesso dele só dependia dele mesmo, como se a falta de recursos pudesse ser superada unicamente com força de vontade. Mas em meio a essas dificuldades, havia quem lhe fortalecesse: tanto sua mãe⁶⁸ quanto seus colegas. Como explorei anteriormente, a relação de respeito entre mães e filhos, neste momento, gostaria de focar especialmente no apoio de seus amigos. Em uma quarta-feira, enquanto

⁶⁷ Explorei um pouco dessas doses neoliberais que eram introjetadas nesses jovens em um artigo em conjunto com Matheus Martins Souza (coautor e grande amigo) apresentado na Reunião Brasileira de Antropologia de 2024.

⁶⁸ Ao lhe oferecer o antigo bar.

conversávamos, abri meu notebook e o ajudei a começar sua inserção nas redes sociais, criando algumas artes em uma plataforma de design gráfico. Produzimos juntos uma logo, uma tabela de preços e alguns posts para alimentar o Instagram de sua barbearia⁶⁹. Enquanto ele opinava sobre as cores e os estilos, também falava sobre os amigos que estavam colaborando com ele naquele momento difícil. Alguns amigos cortavam o cabelo com ele, compreendendo sua necessidade e dando uma *moral* em fortalecer seu trabalho.

Seus colegas não só cortavam o cabelo, mas elogiavam e faziam propaganda ao *postarem* fotos dos cortes em suas redes sociais. Logo que iniciou seus trabalhos como barbeiro, Fumaça me contou que Juninho (um colega de sua *quebrada* que estava no *corre*) foi um dos primeiros a cortar o cabelo com ele e ainda postou algumas fotos no Instagram, divulgando seu trabalho. Depois disso, três outros *moleques*, influenciados por Juninho, também procuraram Fumaça para cortar o cabelo. *É pouco, mas tá bom pro começo*, disse ele, com um sorriso contido. Essas ações, aparentemente pequenas, carregavam um valor grande para Fumaça. Esses gestos expressam não apenas amizade, mas também uma forma concreta de reconhecimento e respeito entre pares. Esse respeito pode ser conferido quando se considera o processo de transição pelo qual Fumaça passava. Ou seja, mesmo tendo deixado de “andar junto” (LYRA, 2013a) ou de “correr junto” (RODRIGUES, 2020) – expressões que remetem à participação no crime e à ideia de pertencimento coletivo – Fumaça não perdeu a consideração de seus colegas. Isso revela como os vínculos forjados nas experiências compartilhadas seguem operando, mesmo quando os caminhos se bifurcam e recalculam a rota.

Pelos esforços e preocupações de Fumaça, conseguimos compreender que ele forjou um plano de crescimento individual, assim como Alex, interlocutor de Barros (2024), que teve sua “salvação pela barbearia” (p. 242), e nesse momento em que a rota foi recalculada, seus colegas não o abandonaram. O jovem afirmou que, nessa transição entre o crime e a barbearia, teve que mudar radicalmente alguns hábitos, como gastar dinheiro com roupas ou bailes. Completou dizendo que era *estranho*, porque quando traficava não

⁶⁹ Uma logo é um símbolo visual que representa a identidade visual da barbearia de Fumaça. Já a tabela de preços organiza de forma clara os serviços oferecidos e seus respectivos valores, permitindo que os clientes saibam exatamente o que esperar e não *achar que é tudo caro*, segundo Fumaça. As artes para alimentar o Instagram tinham propósito informativo, usadas para divulgar serviços e mostrar resultados de cortes já realizados.

tinha esse tipo de pensamento (de cortar gastos) e não lhe faltava dinheiro no bolso. Deste modo, ao decidir investir na barbearia, não estava apenas buscando uma fonte de renda, mas também reconstruindo sua imagem perante seus pares e buscando respeito que, neste momento, não poderia mais ser alcançado pela sua atuação no mundo do crime. E mesmo fora do crime, mas no mundo do crime, Fumaça continuava agindo pelo certo. Desta forma, o corte de cabelo, nesse contexto, vai muito além de um serviço: é um gesto carregado de significado que busca por reconhecimento e dignidade. E seus colegas percebem isso. Quando vão até ele para cortar o cabelo, quando pagam, elogiam ou divulgam seu trabalho, estão expressando respeito, reconhecimento e dando forças para essa mudança. O respeito também circula nessa relação entre os amigos como um valor relacional: Fumaça busca respeito ao assumir a barbearia como projeto, mas também é respeitado porque seus colegas reconhecem sua coragem e seu esforço. Nesse reconhecimento mútuo, percebemos que, mesmo fora do *corre*, é possível reconstruir laços de pertencimento e respeito entre os jovens que, em algum momento, se conectaram e continuam se conectando pelas dinâmicas do mundo do crime. O vínculo que os une não se desfaz automaticamente com o afastamento de Fumaça, pelo contrário, ele pode se reconfigurar em novas formas de apoio, solidariedade e reconhecimento.

O respeito dentro e fora das atividades do programa de medidas socioeducativas

Eu havia visto Márcio apenas algumas vezes e, por isso, nossa interação sempre foi muito limitada. Todas às vezes que eu estava na Associação Caminhos Abertos, ele geralmente não estava. Nas poucas ocasiões em que o encontrei, ele parecia mais tranquilo, costumava brincar com os orientadores de medidas e com seus colegas. Naquele dia, no entanto, seu comportamento estava diferente: ele aparentava estar irritado, respondia de forma ríspida a todos ao redor. Assim que entrou na sala de artes, reclamou em voz alta, dizendo que não aguentava mais frequentar aquele lugar, referindo-se a instituição. Tendo em vista sua fala, o orientador de medidas socioeducativas responsável pelo seu acompanhamento se aproximou e se juntou discretamente à atividade conosco.

A presença do orientador foi decisiva para que Márcio se abrisse e, aos poucos, deixasse de lado a postura defensiva, além disso, para que tentássemos entender o motivo de seu descontentamento. Após a orientadora dar as instruções da atividade que seria realizada no dia, o orientador responsável por seu acompanhamento iniciou uma conversa, perguntando o motivo de tantas faltas às atividades que o jovem tinha. Márcio respondeu de forma direta e sem rodeios que tinha outros compromissos em alguns dos dias em que lhe foi designado ir à instituição. Os orientadores presentes insistiram que ele precisava assumir a *responsabilidade* de comparecer ao programa de medidas socioeducativas nos dias definidos, lembrando que a medida, inicialmente prevista para durar seis meses, já se estendia por quase nove, em razão das sucessivas prorrogações. Além disso, disseram que, caso ele continuasse com muitas ausências, uma *quebra de medida*⁷⁰ poderia acontecer. Bastante nervoso, Márcio reagiu: *Isso aí tá mó estranho, hein? Eu falto duas semanas e prorroga dois mês*. O orientador, com calma, respondeu que poderia mostrar os relatórios com o registro de todas as faltas e os encaminhamentos enviados ao juiz. Márcio recusou: *Não precisa, não. Mas ainda não entendo essa prorrogação toda, [...] vocês não ganham nada me deixando aqui, né?*

Por este caso de Márcio, um jovem de quase dezoito anos, branco e que trabalhava no mercado de drogas ilegalizadas, observamos seu descontentamento com o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto. Suas falas, marcadas por frustração, foram interpretadas pelos orientadores como sinais de irresponsabilidade e falta de compromisso. Os orientadores, queriam apenas realizar um bom atendimento, tentando ajudá-lo. Feltran (2008), ao estudar o CEDECA – Sapopemba⁷¹, define o atendimento “como a tentativa de vinculação destes adolescentes a diversas outras instâncias do mundo social e político” (FELTRAN, 2008, p. 231). Ou seja, os orientadores queriam ajudá-lo a se reconstruir e pensar em novas trajetórias e oportunidades, no entanto, é possível perceber que as reações de Márcio expressam também o acúmulo de

⁷⁰ Uma quebra de medida socioeducativa ocorre quando o adolescente em cumprimento de uma medida imposta pelo sistema de justiça juvenil não cumpre as obrigações determinadas pelo juiz. Quando isso acontece, pode acontecer a troca entre liberdade assistida para medida em meio fechado.

⁷¹ Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

sobrecargas e dificuldades de conciliar as exigências do programa com as demandas e compromissos do seu cotidiano.

Deste modo, as intervenções idealizadas pelos orientadores possuem limites, impostos tanto por motivos concretos das possibilidades existentes, quanto pelo próprio adolescente. E em momento algum Márcio se esquivava de suas faltas. Pelo contrário, ele reconhece e diz que possui outros compromissos, criando assim uma espécie de descompasso. Esse descompasso evidencia o quanto o cumprimento da medida, para alguns adolescentes, se choca com suas formas de sobrevivência (por estarem no tráfico) e com o modo como organizam suas vidas. Nesse cenário, as medidas são tensionadas por realidades que vão muito além do que está formalmente prescrito. O que ele questiona com veemência não são as exigências em si, mas a forma como as prorrogações da medida são conduzidas. Para ele, cada ausência parece resultar automaticamente em mais dois meses de medida, o que considera desproporcional. Seu incômodo se expressa quando diz: *Isso aí tá mó estranho, hein? Eu falto duas semanas e prorroga dois mês*. Com isso, Márcio problematiza os critérios e a rigidez com que as sanções são aplicadas, demonstrando uma percepção sobre os mecanismos de controle e punição (PAULA, 2011) que operam dentro do sistema socioeducativo.

Ao questionar as prorrogações de sua medida, mesmo reconhecendo suas faltas, Márcio está, na verdade, reivindicando respeito. Ele não nega suas ausências, mas exige que elas sejam interpretadas com proporcionalidade, como alguém que reconhece seus erros, mas também espera uma resposta minimamente justa. Ainda que seu orientador detivesse todo o controle formal de suas faltas (com relatórios e registros que fundamentavam legalmente as prorrogações) o gesto de indagar, desconfiar e, de certa forma, encarar o Estado⁷², ainda que de maneira respeitosa, revela uma ousadia e uma busca por respeito. Trata-se de uma recusa em aceitar passivamente, uma tentativa de

⁷² Ou encarar a Associação Caminhos Abertos, que é exatamente o Estado. Estou falando de uma instituição que administra medidas socioeducativas via normativas estatais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Entretanto, o Estado aqui tratado não é tido como algo abstrato, neutro e monstruoso, mas sim, como algo que é situado, concreto e que está nos acontecimentos do cotidiano (FASSIN, 2019; PIEROBON, 2018) e nas experiências das pessoas (LIPSKY, 2019). Como me ensinou Marina Medan, o Estado aqui, não é tido na visão dos cientistas políticos, mas sim, de uma perspectiva antropológica, onde conseguimos observar os valores, afetos, disputas, e suspeições (MEDAN, 2014b, 2023; MOTTA, 2017), por exemplo.

disputar narrativas e de se fazer ouvir. Ao se posicionar dessa forma, Márcio não apenas ocupa um espaço físico no programa de medidas socioeducativas; ele ocupa, também, um espaço discursivo e simbólico, mobilizando críticas e uma demanda por respeito.

Esse caso evidencia que o respeito não é apenas algo imposto ou esperado pelos profissionais do programa, mas que se expande como algo reivindicado ativamente pelos jovens. Sua postura mostra que, mesmo inserido em uma instituição, ele busca ser tratado com dignidade e respeito. O que está em jogo não é apenas o cumprimento formal da medida, mas o modo como sua trajetória e suas escolhas são escutadas e consideradas. Assim, o respeito que Márcio busca é aquele que se constrói quando existe a ousadia de questionar e argumentar dentro do programa de Medidas Socioeducativas, uma das referências do Estado para esses jovens.

Mesmo fora das instalações do Programa de Medidas Socioeducativas, esses jovens também estão engajados na busca por respeito. As relações com mães, amigos e namoradas, mencionadas anteriormente, são exemplos disso já que todas se desenvolvem fora do ambiente institucional. No entanto, agora, gostaria de direcionar a atenção para atividades que, apesar de integrarem o programa de medidas, ocorrem em espaços externos. A Associação Caminhos Abertos, enquanto instituição social, promove atividades que extrapolam os limites físicos do programa, incentivando a solidariedade e o companheirismo comunitário. Um exemplo significativo foi a campanha de arrecadação para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul⁷³. A proposta partiu da equipe da instituição em diálogo com os jovens, que decidiram organizar a coleta de itens essenciais como roupas de frio, meias, roupas íntimas e roupas de cama. Os adolescentes criaram panfletos em uma plataforma de design gráfico e saíram pelas ruas do centro da cidade, convidando a população a colaborar, com a instituição funcionando como ponto de arrecadação.

O dia da panfletagem foi bastante corrido e optamos por entregar os folhetos em pontos estratégicos do centro da cidade, onde havia grande movimentação de pessoas. Antes de sairmos às ruas, as orientadoras de medidas socioeducativas reuniram os garotos

⁷³ Para saber mais sobre as enchentes do RS acesse:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cdiqwp3z77o>

para orientar sobre a abordagem: *Façam com respeito, para que a pessoa que vai receber o panfleto se interesse em doar alguma coisa*, disse uma delas. A fala reforçava não apenas a importância da postura ética na ação, mas também o papel do respeito como valor central na interação dos garotos com as pessoas. Começamos a panfletagem em uma praça. Bruno, um jovem negro de 17 anos, vestindo uma camiseta de time de futebol, shorts de tãtcl e correntes no pescoço, caminhou em direção a uma senhora sentada em um banco da praça. Ao perceber sua aproximação, ela rapidamente pegou a bolsa que estava ao seu lado e a segurou com força no colo. Diante do acontecido, Bruno desviou seu caminho e seguiu em direção a outro homem, enquanto eu e a orientadora de medidas socioeducativas apenas nos olhamos. O que vemos, neste caso, é a criminalização da pobreza (FELTRAN, 2014; MACHADO DA SILVA, 2010; TELLES, 1993) e, de forma ainda mais contundente, a criminalização sistemática da juventude periférica, sobretudo da juventude negra (VINUTO, 2024). Certas vestimentas, estilos musicais, modos de andar e falar, associados a estética periférica e dos pobres, tornam-se marcadores que, longe de serem apenas expressões culturais e de estilo, passam a ser lidos como indícios de ameaça ou potencial criminalidade (FELTRAN, 2007; MOTTA, 2017), evidenciando assim, a associação direta entre criminalização e pobreza. O que fica constatado é que as práticas de jovens inseridos no mundo do crime (que não são somente o crime, como essa dissertação vem elucidando) frequentemente apresentam convergências com expressões culturais sociais próprias das juventudes no geral, e desta forma, criam-se medidas extra oficiais e estatais com base em formas de controle, agressão e punição (WACQUANT, 2003).

Bruno seguiu então em direção a um homem sentado em um banco da praça. Ainda que estivesse visivelmente envergonhado, tomou a iniciativa de se aproximar para entregar um panfleto e explicar a campanha. Com educação, começou com um *boa tarde*, que foi respondido de forma ríspida pelo homem. Em seguida, Bruno passou a falar sobre a arrecadação de doativos. No entanto, enquanto ele explicava, o homem mantinha os olhos fixos no celular, demonstrando pouco interesse. Ao final daqueles minutos que eu observava e que pareciam se arrastar, Bruno lhe entregou o folheto. O homem pegou o papel e o largou ao lado, sem sequer olhar. Diante disso, Bruno reagiu da seguinte forma: *Ô irmão, pega o papel e lê, viu? Não joga fora, não. Mó falta de respeito isso aí*. Seguimos

com a panfletagem após o episódio, e uma das orientadoras pediu que esse tipo de abordagem não se repetisse. Mas Bruno respondeu: *“Alguém precisava falar isso pra ele. Mó falta de respeito isso aí, dona.”*

A atitude de Bruno, ao interpelar o homem que não deu atenção ao panfleto, é um gesto que carrega fortemente a busca pelo respeito. A um primeiro momento, pode ter parecido um gesto repentino, mas evidentemente não foi nada impulsivo. A busca pelo respeito aparece como uma forma de enfrentar o constrangimento, uma resposta ativa à invisibilização e ao desrespeito que ele sentiu ao se colocar diante de um estranho com um papel na mão.

A orientadora de medidas havia pedido, no início da atividade, que os jovens fossem respeitosos ao entregar os panfletos. No entanto, essa orientação esbarra em uma contradição fundamental: o respeito é uma via relacional, um reconhecimento mútuo, ou seja, não se entrega de forma unilateral, mas se constrói no encontro. Ao exigir respeito desses jovens sem garantir que também serão respeitados, ignora-se que o respeito que eles próprios esperam. Essa reação expressava não apenas indignação, mas também o desejo de ser levado a sério, de que sua fala e sua ação tivessem valor e fossem reconhecidas com respeito.

Por esses casos, observamos que a busca pelo respeito vai muito além do mundo do crime. Logo, o crime não é a única arena onde esses jovens podem conquistar o reconhecimento que desejam. Embora o tráfico muitas vezes ofereça formas imediatas de status, dignidade financeira e pertencimento, esses jovens demonstram, nas pequenas ações do cotidiano, que também almejam ser valorizados por outros caminhos. Seja ao empreender, ao falar com suas mães, com suas companheiras de forma violenta ou não, com seus colegas e ao colaborar em ações sociais, esses jovens estão afirmando que desejam ser respeitados por quem são. Esses caminhos, mesmo permeados por dificuldades e limites concretos, sinalizam outras formas de reconhecimento que não passam, necessariamente, pela lógica do mundo do crime.

No entanto, como evidenciado na apresentação do capítulo, essas arenas podem se entrelaçar em alguns casos. O mundo do crime opera como um regime normativo que

produz uma moralidade própria – o proceder – que orienta comportamentos e estabelece códigos de conduta considerados “o certo” e válidos dentro de tais contextos (CARVALHO, 2020). Essa normatividade, contudo, não está restrita àqueles que estão diretamente envolvidos com o crime. Como afirmam Motta et al. (2022), o mundo do crime regula também a vida daqueles que, embora não participem diretamente de suas dinâmicas, estão inseridos em territórios e relações sob sua influência. Ou seja, estando fora do crime, mas no mundo do crime, significa não participar de atividades como o tráfico de drogas, por exemplo, mas ainda assim viver em um contexto em que o crime organiza parte importante da vida social, das relações e das dinâmicas do território. Sendo assim, mesmo que o jovem não esteja no crime, ele está imerso em um “espaço de sociabilidade” (FELTRAN, 2008, p. 169) onde o crime e seu código de conduta influenciam comportamentos, modelam formas de respeito e afeta decisões cotidianas. Se é a masculinidade o conjunto de processos de práticas, relações e negociações que conduz a vida e faz os sujeitos se perceberem enquanto homens (BAIRD, 2018; BARROS, 2024; CONNELL, 1995), podemos inferir que, ser respeitado – ou, no mínimo, não ser desrespeitado – é frequentemente apresentado como uma condição indispensável em diversas arenas que não o crime. Dessa forma, o que se evidencia é que o respeito, para esses jovens, não é apenas uma demanda moral ou simbólica, mas uma exigência concreta de dignidade e de sobrevivência em meio a uma guerra cotidiana. É por meio do respeito que eles se posicionam no mundo, reivindicam o direito de existir e constroem formas legítimas de ser reconhecidos. Em cada gesto, atitude ou palavra, há uma busca constante por ser respeitado – não como exceção, mas como condição básica de vida.

Considerações finais: caminhando contra o vento, sem lenço sem documento

Setembro de 2024. No final do ano anterior, já quase nas minhas últimas incursões em campo, vários dos jovens que acompanhei começaram a relatar abordagens policiais com um novo agravante: a chegada de policiais novatos, que se mostravam muito mais violentos do que os antigos. Ao longo do mês de setembro, escutei inúmeros relatos sobre essas abordagens. Em uma tarde ensolarada, Ian compartilhou conosco um episódio que havia vivido com alguns colegas. Eles foram abordados por dois policiais, sendo que um deles era completamente desconhecido dos garotos. Ambos, segundo Ian, foram agressivos, mas o novato parecia ainda mais exaltado, impaciente e explosivo. A abordagem teria sido motivada por uma suposta denúncia de que Ian estaria portando uma arma. O policial desconhecido, descrito por Ian como *um homem branco e fortão*, causou impacto não apenas pelo comportamento, mas também por sua aparência. O que mais chamou a atenção do jovem foram os colares pendurados no pescoço do policial: *ele tinha uma pá de colar daqueles de macumba, vocês sabe o que é? Aqueles colares coloridos feitos tipo de miçanga*.

Balancei a cabeça, sinalizando que sabia do que ele estava falando, e expliquei que aqueles colares eram chamados de *guias*. A orientadora de medidas socioeducativas, que estava conosco, aproveitou para explicar brevemente a função desses colares, que, no contexto das religiões de matriz africana, costumam ser usados como forma de proteção espiritual, força ou conexão com os orixás. Mas Ian rapidamente deu outra explicação. Para ele, aquelas *guias* não passavam de um adereço para *intimidar os outros e enganar os trouxas*. Questionamos o motivo dessa intimidação e ele, como resposta, começou a descrever com mais detalhes como se deu a abordagem.

Ele parou nois e mandou encostar. Falou que ia num centro de umbanda, dessas coisa aí de macumba, e lá, o Zé Pelintra e a Maria Padilha disseram para ele que eu tinha uma arma, disse Ian. O policial começou a interrogar os meninos, um por um, sobre a suposta arma. Todos negaram: *Ninguém aqui tem arma, não, senhor*. Mesmo assim, o grupo foi submetido a uma série de *esculachos* antes de ser finalmente liberados. Ian disse que,

quando chegou em casa, rezou muito, pois estava com muito medo. Ele perguntou para nós o que achávamos da situação. Eu disse que era de religião de matriz africana, e que essa história me parecia um pouco confusa. Rindo, eu lhe contei que nenhuma Maria Padilha ou Zé Pelintra têm o poder de descobrir uma arma do absoluto nada, por mais que ele tivesse realmente uma arma: *Mesmo que você tenha uma arma, não é assim que as coisas funcionam*. Concluí dizendo que o policial, provavelmente, descobriu sobre a arma por outros motivos, mas não pelo Zé ou pela Padilha.

A orientadora que aplicava medidas socioeducativas concordou comigo, dizendo que talvez, outra pessoa pudesse ter informado ao policial sobre a tal arma, alguém que ao menos, *fosse desse mundo*. Ainda assim, ele nos contou que o medo foi passageiro. No dia seguinte, ele e os colegas conversaram sobre o ocorrido e chegaram a uma espécie de raciocínio tranquilizador: como eles haviam *respeitado* o policial durante toda a abordagem, não haveria motivo algum para aquele homem lhes causar mal (em termos espirituais e concretos) em um eventual reencontro.

Maio de 2022. Juca me contou sobre um episódio que envolvia um conhecido seu. Era uma pessoa da mesma quebrada, embora não exatamente um amigo íntimo, apenas alguém que cruzava seu caminho com alguma frequência. Esse conhecido havia participado de um assalto a uma adega, acompanhado de alguns *noias*. Levaram várias bebidas e outros produtos.

O problema começou quando algumas pessoas presentes no momento do assalto reconheceram um dos envolvidos; justamente esse conhecido de Juca. A partir daí, as suspeitas começaram a recair sobre ele; afinal, o homem *sumiu*. Mesmo sem ter participado da ação, por trabalhar no local e manter algum vínculo (ainda que superficial) com um dos assaltantes, Juca foi chamado para uma conversa com o gerente da adega. Segundo ele, o gerente chegou já cheio de acusações, tentando encontrar um culpado a qualquer custo. Durante a conversa, ele disse que o rapaz era um conhecido, mas *não comia no mesmo prato*, ou seja, não era uma pessoa íntima. E mais: afirmou que sempre respeitou sua quebrada e o dono da adega e que, por isso mesmo, sua conduta era sempre certa. Declarou, com firmeza, que jamais se envolveria em algo daquele tipo, porque era um *homem de palavra*.

Esses dois acontecimentos ecoam muito do que se passou nas páginas anteriores. Em ambos os casos, percebemos que a busca por respeito é o eixo central que atravessa os relatos desses jovens que conhecemos. Tanto Ian quanto Juca, personagens dessas narrativas, enfrentam situações em que suas posições são colocadas à prova. Suas reações, ainda que distintas, revelam o quanto o respeito é disputado, construído, ameaçado e, sem sombra de dúvidas, buscado (BOURGOIS, 2010); revelando que a vida é uma guerra na busca por respeito. O principal ponto, que leva ao desconforto desses jovens, não é a violência (embora ela seja ponderada) mas, sim, a falta de respeito e consequentemente sua busca. Nesse sentido, é interessante pensar a violência e suas experiências em um espectro, onde os próprios indivíduos constroem o que é normal e o que deixa de ser (DAS et al., 2000). Ambos não reclamam diretamente da violência em si, mas da humilhação, da quebra de um código tácito de reconhecimento mútuo – o respeito. O respeito, nestes casos e neste trabalho como um todo, apareceu como uma forma de validação social e de preservação da própria identidade, algo que é buscado para que se viva a vida de forma digna. Ele é constantemente negociado nas relações cotidianas, e está sempre sendo buscado na vida dos guerreiros.

Trata-se de uma via de mão dupla, em que o sujeito se empenha em sustentar uma postura que considerada digna, como no caso de Juca, que reafirma sua honestidade e lealdade ao dono da adega, ou de Ian e seus colegas, que, diante da truculência policial, buscaram manter uma atitude respeitosa. Essa dinâmica evidencia que o respeito não é apenas algo a ser buscado e conquistado individualmente, mas, coletivamente por meio das interações e da reafirmação constante de posicionamentos morais dentro das mais diversas arenas da vida cotidiana em que é possível buscá-lo: no mundo do crime, nas instituições socioeducativas, nos relacionamentos afetivos e amorosos, entre os amigos, etc.

O respeito mútuo, nesse sentido, torna-se o eixo em torno do qual se estruturam as masculinidades nesse contexto que estudei: ser homem é *respeitar para ser respeitado*. Sendo assim, a forma como os guerreiros encaram e vivem a guerra por meio da produção do gênero (as masculinidades). Nesse contexto, as masculinidades (CONNELL, 1995; MESSERSCHMIDT, 1993) se tornam não apenas identidades, mas estratégias de sobrevivência, de afirmação e de desfrutar do direito de brilhar (PINHEIRO-MACHADO;

SCALCO, 2023), de deixar uma marca no mundo e de viver uma vida gloriosa (HIRATA; GRILLO, 2019, 2017). Logo, no caso desses jovens, o respeito assume uma dimensão política e existencial. Ele é, ao mesmo tempo, valor simbólico e estratégia de sobrevivência material. Uma forma de reivindicar lugar e de marcar posição no mundo.

É por meio do respeito que se constrói um modo de pertencimento e uma tentativa de inscrição no mundo. Um mundo no qual seus nomes e trajetórias não sejam descartáveis. Espero, com esta dissertação, ter demonstrado como o respeito, em seus múltiplos sentidos, é o que move a vida como guerra para esses jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. E para sustentar esse argumento, articulei minhas análises da seguinte maneira, remissivamente:

No capítulo 1, evidenciei como o respeito constantemente buscado tem uma dimensão dupla: é material e é simbólico. Embora seja dupla, essas dimensões são interdependentes, pois são elas que orientam às ações, os desejos e as formas de estar no mundo. De forma resumida, a dimensão material envolve os bens concretos do cotidiano dos jovens, como roupas de marca e acessórios; já a dimensão simbólica diz respeito aos significados sociais, afetivos e subjetivos atribuídos a esses objetos, e as ações de ajudar as famílias e as pessoas mais próximas. Deste modo, o valor de um objeto ou de uma ação não reside apenas em sua materialidade, mas também no que ele representa no que toca ao respeito e suas diversas esferas. O material nunca é somente material, e o simbólico nunca é somente simbólico.

No capítulo 2, demonstrei que o mundo do crime é uma das arenas onde observamos a busca pelo respeito. A vida no crime não é fácil e durante um plantão, forma como os jovens denominam seu horário de trabalho, muitas coisas podem acontecer. São necessárias habilidades de guerra e expertises (braçais, psicológicas e de manha) para viver a vida loka (MALVASI, 2011). Quando o trabalho é bem feito, esses jovens ganham consideração (GRILLO, 2013), uma espécie de reconhecimento muito importante. Essa consideração se manifesta no plantão garantido, uma regalia para o jovem que vai para a medida socioeducativa em meio fechado. Foi demonstrado o porquê o crime é plausível, nesse contexto, afinal ele é capaz de produzir pertencimento e de gerar uma renda lucrativa para esses jovens. Afinal, quando encontram outras oportunidades de trabalho, geralmente se deparam com condições muito precárias e com remuneração baixa. O

cálculo que mostra que o tráfico de drogas é plausível é feito pelos jovens de forma prática e cotidiana, levando em conta tanto o retorno financeiro imediato quanto os ganhos simbólicos proporcionados, que por sua vez, geram respeito. Entretanto, é o proceder, acima de tudo, que decide quem fecha junto com o crime (LYRA, 2013). Respeitar não é apenas uma atitude moral desejável, é uma necessidade prática, enraizada em uma gramática relacional que tem no *proceder* sua base estruturante. O respeito e o proceder são condutas práticas, e por serem condutas práticas, não se dissociam. O respeito se consolida quando o proceder é reconhecido, e o proceder só ganha sentido quando é legitimado pelo respeito. Entretanto, se o crime é um regime normativo ele produz uma norma fundamental, que é o proceder. Essa sua regulação/norma transborda para além do próprio mundo do crime, demonstrando que existem outras esferas em que o respeito é buscado.

No capítulo 3, pudemos ver onde mais o respeito é buscado, ou seja, quais outras arenas são evidentes. Nos relacionamentos afetivos e amorosos, observamos que a honra os guia, em contraponto às traições ou supostas traições. A honra depende quase que exclusivamente da mulher, e neste ponto pudemos ver como o respeito adquire um papel que mobiliza significações diferentes e pressupostos distintos. Na relação com as mães, o respeito também surge como um elemento central, funcionando como mediador dos afetos, dos conflitos e das negociações cotidianas. É por meio dele que se estabelecem limites, se reafirma a autoridade materna e se constrói, mesmo em meio a tensões, um vínculo de cuidado e reconhecimento. Com os amigos, observamos pelo caso de Fumaça e sua tentativa de empreender, como a ajuda material e simbólica de seus amigos perante sua escolha, proporciona a ele fortalecimento e acolhimento. Por fim, dentro e fora do programa de medidas socioeducativas, pudemos observar também a atuação do respeito, seja questionando os mecanismos internos do Estado, seja na forma de enfrentar o constrangimento e como uma resposta ativa à invisibilização.

Por essa trilha, compreendemos que o respeito não é apenas um desejo: é a condição mínima para que a vida possa florescer – por isso mesmo, viver é, muitas vezes, uma guerra. O título desta parte final resgata um verso emblemático da canção *Alegria*,

*Alegria*⁷⁴, de Caetano Veloso: “caminhando contra o vento, sem lenço, sem documento”. Caminhar contra o vento, desta forma, simboliza a forma como os jovens que tive contato caminham: uma resistência ativada quando é necessário seguir na contramão. Seguem na contramão enfrentando forças contrárias, seja na forma da repressão policial, do preconceito, da exclusão ou das suspeitas constantes que recaem sobre seus corpos. Enquanto caminham contra o vento, passo a passo, buscam por respeito, que contundentemente se impõe como condição primária para existir com dignidade. Desta forma, sem lenço, sem documento, ao caminhar, constroem uma existência marcada por uma guerra, uma guerra cotidiana por respeito.

⁷⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=WL8l8olaMmI&pp=ogcJCdgAo7VqN5tD>

Bibliografia

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 05-06, p. 25-36, 1997.
- ABU-LUGHOD, L. **Writing Women's Worlds: Bedouin Stories**. London: University of California Press, 1996. v. 33
- ALEMEIDA, M. V. DE. GÊNERO, MASCULINIDADE E PODER: REVENDO UM CASO DO SUL DE PORTUGAL MIGUEL. **Anuário Antropológico**, p. 161-189, 1994.
- ALEXANDER, J. C. O Novo Movimento Teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, p. 1-27, 1987.
- ANUNCIAÇÃO, D.; BONFIM, L. A.; FERREIRA, T. "Hands up!": Police stop-and-frisk, racism and structural violence among black youth from three capitals in the Brazilian Northeast. **Saude e Sociedade**, v. 29, n. 1, 2020.
- BAIRD, A. Convertirse en El Más Malo: trayectorias masculinas de violencia en las pandillas de Medellín. **Estudios Socio-Jurídicos**, v. 20, n. 2, p. 9-48, 2018.
- BARBOSA, A. R. O baile e a prisão – onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Cadernos de Ciências Humanas** 9.15: 119-135, v. 9, n. 15, p. 119-135, 2006.
- BARREIRA, C. **Crimes por encomenda: Violência e pistolagem no cenário brasileiro**. [s.l: s.n.].
- BARROS, B. W. A COERÊNCIA DA CRUELDADE: OS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA EXTREMA PARA OS ENVOLVIDOS NO TRÁFICO DE DROGAS NO RIO GRANDE DO SUL PORTO. , 2020a. Disponível em: <<http://mpoc.org.my/malaysian-palm-oil-industry/>>
- BARROS, B. W. A coerência da crueldade: os significados da violência extrema para os envolvidos no tráfico de drogas no Rio Grande do Sul. n. 2017, p. 1-20, 2020b.
- BARROS, B. W. Masculinidades à margem : tornar-se homem na periferia brasileira. **Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo**, 2024.
- BELUSSO, O. A. O envolvimento de adolescentes com o “Mundo do crime” e o processo de construção social das masculinidades. . 2021.
- BENEDICT, R. **O crisântemo e a espada**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BERALDO, A.; RICHMOND, M.; FELTRAN, G. COEXISTING NORMATIVE REGIMES, CONFLICT AND URBAN INEQUALITIES IN A BRAZILIAN FAVELA. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 115, n. 2, p. 248-261, 2024.
- BIONDI, K. Junto e Misturado: Imanência e Transcendência No PCC. **Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social, Centro de Educação e Ciências Humanas**,

Universidade Federal de São Carlos, p. 198, 2009.

BIONDI, K. Etnografia no Movimento: Território, Hierarquia e Lei no PCC. **Tese (Doutorado) – Antropologia Social, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos**, p. 336, 2014.

BIONDI, K. **Proibido roubar na quebrada: Território, Hierarquia e Lei no PCC**. São Paulo: [s.n.].

BIONDI, K.; MARQUES, A. Memória e historicidade em dois "comandos " prisionais. **Lua Nova**, v. 1, n. 79, p. 39–70, 2010.

BOTTON, F. B. Critical considerations about the theories of Raewyn Connell and Judith Butler for the study of masculinities. **Revista Crítica Histórica**, v. 11, n. 22, p. 01–27, 2022.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, p. 83–92, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos**, v. 96, p. 105–115, 2013.

BOURGOIS, P. **En Busca de Repeto: vendiendo crack en harlem**. Argentina: Siglo XXI Editores, 2010.

BRAH, A. Difference, Diversity, Differentiation. **International Review of Sociology**, v. 2, n. 2, p. 53–71, 2006.

BUTLER, J. **Corpos que importam**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, J. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

CARVALHO, A. B. DE. Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte. p. 346, 2020.

CARVALHO, A. R. B. DE et al. Ser pesquisadora , ser testemunha : dilemas e potencialidades do fazer etnográfico em contextos de violência e criminalização. **Revista Antropolítica**, v. 57, n. 1, 2025.

CASTEL, R. Prólogo. In: **La metamorfosis de la cuestión social**. [s.l.] Vozes, 1995.

CECCHETTO, F. R. Corpo, Masculinidade e Violência. In: EDITORA FGV (Ed.). **Violência e estilos de masculinidades**. Rio de Janeiro: [s.n.].

CHAVES, D. R. L.; SOUZA, M. R. Bullying e preconceito: a atualidade da barbárie. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 0, p. 1–17, 2018.

CONNELL, R. **Políticas de masculinidade**. **Educação & Realidade**, 1995.

CONNELL, R. **The Men and the Boys**. Austrália: ALLEN & UNWIN, 2000.

CONNELL, R. **Masculinidades**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016a.

- CONNELL, R. The Social Organization of Masculinity. In: PASCOE, C.; TRISTAN, B. (Eds.). **EXPLORING MASCULINITIES: IDENTITY, INEQUALITY, CONTINUITY, AND CHANGE MASCULINITIES**. New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2016b. p. 136–144.
- CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241–282, 2013.
- CORROCHANO, M. C.; SOUZA, R.; ABRAMO, H. Jovens Ativistas Das Periferias: experiências e aspirações sobre o mundo do trabalho. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 33, p. 162, 2019.
- COZZI, E. “Se les dobló el caño, perdieron el honor”. Prácticas, representaciones y valoraciones en relación con la participación de jóvenes en robos y en el mercado de drogas ilegalizadas en un barrio popular de la ciudad de Rosario. **Cuestiones Criminales**, v. 1, p. 4–21, 2018a.
- COZZI, E. De ladrones a narcos: Violencias, delitos y búsquedas de reconocimiento en tres generaciones de jóvenes en un barrio popular de la ciudad de Rosario. p. 300, 2018b.
- CRUZ SILVA, E. A MOLECADA NO CORRE : comércio , experiência geracional e moral no Primeiro Comando da Capital . p. 138, 2017.
- CUERVO, H.; MIRANDA, A. Social Justice and Young People: Thinking About Distribution, Recognition, and Participation in Youth Studies. **Handbook of Children and Youth Studies**, p. 1–15, 2023.
- CUNHA, J. M. G. Jogando meu corpo no mundo: relações entre “conflito urbano” e “acumulação social da diferença”. In: **Disertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos** de São Carlos. [s.l: s.n.]. p. 178.
- DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional**, v. 27, 1978.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAS, V. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo Editora UNIFESP, , 2020.
- DIAS, C. Por dentro (e de dentro) do Comando: O PCC segundo o ‘nativo’. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 8, p. 159–172, 2010.
- DIAS, L.; JÚNIOR, L. Margaridas e masculinidades no futebol. **Periódicus - Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, p. 233–246, 2020.
- DUPREZ, D.; BUGNON, G. Olhares cruzados sobre o atendimento institucional aos adolescentes infratores no Brasil. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, p. 143–179, 2010.
- EFREM FILHO, R. Mata-Mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território. **Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas**, 2017.

EFREM FILHO, R. Os Meninos de Rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2018.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1939.

FARIAS, J. Governo de Morte Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. **Tese (Doutorado) – Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, p. 219, 2014.

FASSIN, D. As economias morais revisitadas. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, p. 27-54, 2019.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)**, v. 13, p. 149-161, 2005.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruza: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FELTRAN, G. Trabalhadores e bandidos: Categorias de nomeação, significados políticos. **TEMÁTICAS**, v. 15, p. 40, 2007.

FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2008.

FELTRAN, G. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010.

FELTRAN, G. O VALOR DOS POBRES: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. 2014.

FELTRAN, G. **IRMÃOS: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018a. v. 4ª reimpre

FELTRAN, G. Comentário. In: GALDEANO, A. P. (Ed.). **Crianças e adolescentes com familiares encarcerados: levantamento de impactos sociais, econômicos e afetivos**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, 2018b.

FELTRAN, G.; MISSE, M. **MUNDO DO CRIME**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. I.; PERELMAN, M. Perspectivas antropológicas sobre las formas de (ganarse la) vida. **Cuadernos de antropología social**, v. 3776, n. 51, p. 7-21, 2020.

FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra**. [s.l.: s.n.].

FOOTE WHYTE, W. Sobre a evolução de Sociedade de esquina. In: **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FOUCAULT, M. **Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de la identité**. Toronto: [s.n.].

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRANÇA, I. L. CONSUMINDO LUGARES, CONSUMINDO NOS LUGARES: HOMOSSEXUALIDADE, CONSUMO E SUBJETIVIDADES NA CIDADE DE SÃO PAULO. Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

GALDEANO, A. P.; ALMEIDA, R. Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social. [s.l: s.n.].

GEERTZ, C. Being There: Anthropology and the Scene of Writing. In: **Works and Lives. The Anthropologist as Author**. [s.l.] Stanford: Stanford university Press, 1988. p. 1–24.

GEERTZ, C. **Obras e Vidas: O antropólogo como autor**. Rio de Janeiro Editora UFRJ, , 2009.

GELL, A. **Arte e agência: uma teoria antropológica**. São Paulo: Ubu, 2018.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis Editora Vozes, , 1983.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. Anpocs, p. 223–243, 1984.

GONZALES, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos**. São Paulo: Zahar, 2020.

GRILLO, C. C. Coisas da Vida no Crime: tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese (Doutorado) – Antropologia Cultural, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

GRILLO, C. C. Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, p. 62–92, 2019.

GROPPO, L. A. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016.

GROSSI, M. P. Masculinidades : Uma Revisão Teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, v. 22, n. 1, 1995.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07–41, 1995.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e no final do século XX. **Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano.**, p. 35–118, 2009.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 97, 2015.

HIRATA, D. O proceder de Adalton. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2015.

HIRATA, D.; GRILLO, C. C. Crime, Guerra e Paz: Dissenso político-cognitivo em tempos de extermínio. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 3, p. 553–571, 2019a.

- HIRATA, D. V. Sobreviver na Adversidade: Entre o Mercado e a Vida. p. 1–367, 2010.
- HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 75–98, 2017.
- HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. Movement and Death: Illicit Drug Markets in the Cities of São Paulo and Rio De Janeiro. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, p. 122–133, 2019b.
- HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C.; TELLES, V. D. S. Guerra urbana e expansão de mercados no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, n. 111, p. 1–17, 2023.
- HOOKS, B. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019.
- JUNIOR, P. M. DA S. Homens Do Amanhã: Reflexões Sobre Performances De Masculinidades Na Educação Infantil. **Revista Práxis**, v. 2, p. 209–225, 2019.
- KESSLER, G. Trabalho, privação, delito e experiência portenha. **Tempo Social**, v. 22, n. 2, p. 79–99, 2010.
- KOERICH, B. R. Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades: projetos de futuro na socioeducação em meio aberto. **Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, n. 1m, 2018.
- LAGO, N. B. DO. Jornadas de visita e de luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. **Tese (Doutorado) – Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo**, 2019.
- LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000.
- LEITE, M. P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, p. 374–388, 2012.
- LIMA, R. S. DE; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.
- LIMA, J. C.; PIRES, A. S. Juventudes e a nova cultura do trabalho: considerações a partir do trabalho digital. In: LEITE, M. DE P. et al. (Eds.). **O TRABALHO EM CRISE: flexibilidade e precariedades**. São Carlos: EDUFSCar, 2020. p. 65–90.
- LIMA, R. S.; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 123–144, 2015.
- LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua: Dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Brasília: Enap, 2019.
- LUCCA, D. DE. Crack , exclusão e sociabilidade. p. 245–249, 2011.
- LYRA, D. **A república dos meninos**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013a.
- LYRA, D. Cartografias Afetivas na Cidade: As esferas de pertencimento de jovens

- traficantes da Baixada Fluminense. **37 Encontro Anual da Anpocs**, n. 37, p. 1-21, 2013b.
- LYRA, J.; MEDRADO, B. Em tempos de masculinidades coloniais em relevo, um intento de prefácio. In: CAETANO, M.; JUNIOR, P. M. DA S. (Eds.). **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. p. 231.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 115-124, 1999.
- MACHADO DA SILVA, L. A. SOCIABILIDADE VIOLENTA : por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, p. 53-84, 2004.
- MACHADO DA SILVA, L. A. “VIOLÊNCIA URBANA”, SEGURANÇA PÚBLICA E FAVELAS-O CASO DO RIO DE JANEIRO ATUAL. **Cadernos CRH**, v. 23, p. 283-300, 2010.
- MACHADO DA SILVA, L. A. O Significado do Botequim. **Enfoques - Revista eletrônica revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS-UFRJ**, v. 10, n. 1, p. 115-136, 2011.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Meio século de Sociologia das Classes Populares Urbanas. In: **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- MACHADO DA SILVA, L. A.; MENEZES, P. V. (DES) CONTINUIDADES NA EXPERIÊNCIA DE “ VIDA SOB CERCO ” E NA “ SOCIABILIDADE VIOLENTA ”. **Novos Estudos CEBRAP**, 2019.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MALVASI, P. A. Entre a frieza, o cálculo e a “vida loka”: Violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. **Saude e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 156-170, 2011.
- MALVASI, P. A. Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. **Faculdade de Saúde Pública**, v. Doutor, p. 287, 2012.
- MARQUES, A. Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. **Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social, Universidade de São Paulo**, 2009.
- MARQUES, A. “ Liderança ”, “ proceder ” e “ igualdade ”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **etnográfica**, v. 14, n. 2, 2010.
- MATTOS, C. DOS S. Da valentia à neurose: Criminalização das galeras funk. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. v. 5, n. n. 4, p. 653-680, 2012.
- MATTOS, C. DOS S. ‘Parado na esquina’: Performances masculinas e identificações entre ‘bondes’ juvenis na Nova Holanda, Maré, RJ. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 4, p. 643-663, 2014.
- MATTOS, C. DOS S. Uma etnografia da expansão do mundo do crime no Rio de Janeiro.

Revista Brasileira de Ciencias Sociais, v. 31, n. 91, 2016.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: COSACNAIFY, 2003.

MCCLINTOCK, A. **Couro imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MEDAN, M. Distintos mensajes estatales en la regulación de la “juventud en riesgo”. **Astrolabio Nueva Época: Revista digital del Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad**, v. 0, n. 13, p. 313-343, 2014a.

MEDAN, M. La dependencia estatal en programas para jóvenes: ¿estigma o factor de protección? **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, p. 631-642, 2014b.

MEDAN, M. El lugar propio y la autonomía en jóvenes de barrios populares. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 21, n. 2, p. 1-32, 2023.

MEDEIROS, F. Adversidades e lugares de fala na produção do conhecimento etnográfico com policiais civis. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 26, n. 1, p. 327-347, 2017.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008.

MENEZES, P. V. **Entre o fogo cruzado e o campo minado: A “pacificação” das favelas cariocas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2024. v. 11

MESSERSCHMIDT, J. **Masculinities and crime : critique and reconceptualization of theory**. Boston: Rowman & Littlefield, 1993.

MISKOLCI, R. A epistemologia do armário - comentários. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 55-63, 2007.

MISSE, M. CRIME URBANO, SOCIABILIDADE VIOLENTA E ORDEM LEGÍTIMA Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. [s.d.].

MISSE, M. MALANDROS, MARGINAIS E VAGABUNDOS & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Tese de Doutorado apresentada ao IUPERJ**, 1999.

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2009.

MIZRAHI, M. “O Rio de Janeiro é uma terra de homens vaidosos”: mulheres, masculinidade e dinheiro junto ao funk carioca. **Cadernos Pagu**, n. 52, 2018.

MOTTA, L. D. Fazer estado, produzir ordem: sobre projetos e práticas na gestão do conflito urbano em favelas cariocas. **Tese (Doutorado) – Sociologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos**, p. 260, 2017.

MOTTA, L. D. et al. Outside of Crime but Inside the “World of Crime”: Youth Experiences in the Midst of the War in the Peripheries of Maceió and Belo Horizonte. **Dilemas**, v. 15, p. 387-414, 2022.

- MOTTA, L.; PIRES, A. Experiências juvenis de millennials e jovens vulneráveis : o discurso do protagonismo juvenil e seus efeitos desiguais. v. 26, p. 1–28, 2024.
- MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: Raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 201–248, 2014.
- MUNIZ, J. DE O. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Tese (Doutorado) – Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro**, 1999.
- MUNIZ, J. DE O. EL FIN DE LA INOCENCIA UN ENSAYO SOBRE LOS ATRIBUTOS DEL SABER POLICIAL DE CALLE. **Revista Comunes**, p. 9–34, 2018.
- NERI, N. E. “Tirando a cadeia dimenor”: A experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro”. p. 164, 2009.
- NIXON, S. Exhibiting masculinity. In: **Representation: Cultural representations and signifying practices**. London: Sage Publications, 2000.
- ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. In: **Grandes cientistas sociais: Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- OTA, M. E. **De fábrica de marginal a mães guerreiras: uma etnografia sobre a luta de mães de vítimas da violência do Estado**. [s.l.] Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude — alguns contributos. **Análise social**, v. XXV, p. 139–165, 1990.
- PASSAMANI, G. R. Batalha do confete no “Mar de Xarayés”: condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade. **Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas**, p. 285, 2015.
- PAULA, L. DE. Liberdade assistida: punição e cidadania na cidade de São Paulo. **Tese (Doutorado) – Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo**, p. 275, 2011.
- PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, n. 2, p. 0–11, 2008.
- PELÚCIO, L. Dançando com Judith Butler – trinta anos de Problemas de Gênero. **Sociologias Plurais**, v. 7, n. 2, p. 8–17, 2021.
- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, p. 15–24, 1997.
- PERLONGHER, N. **O negócio do michê**. , 1987.
- PIEROBON, C. Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate. **Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, 2018.
- PIMENTA, M. DE M. Masculinidades e sociabilidades: compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e**

Controle Social, v. 7, n. 3, p. 701–730, 2014.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. The right to shine: Poverty, consumption and (de) politicization in neoliberal Brazil. **Journal of Consumer Culture**, v. 23, n. 2, p. 312–330, 2023.

PISCITELLI, A. Nas Fronteiras do Natural: gênero e parentesco. **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, p. 305, 1998.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, p. 263–274, 2008.

PUGLISI, R. Etnografía y participación corporal. Contribuciones metodológicas para el trabajo de campo Ethnography and body involvement. Methodological contributions for fieldwork. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, n. 17, p. 20–35, 2019.

RODRIGUES, F. “I run with pcc”, i run with cv”, “i am crime”: Factions, socio-educational system and illicit rulings in alagoas. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**, v. 35, n. 102, 2020.

RODRIGUES, F. D. J.; FELTRAN, G.; ZAMBON, G. EXPANSÃO DAS FACÇÕES , MUTAÇÃO DOS MERCADOS ILEGAIS. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 42, p. 11–18, 2023.

RUI, T. C. Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. **Tese (Doutorado) – Antropologia Cultural, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas**, p. 355, 2012.

SÁ, L. Guerra, Mundão e Consideração: Uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. **Tese (Doutorado) – Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará**, p. 296, 2010.

SÁ, L. A condição de bichão da favela e a busca por consideração: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. January 2010, p. 339–355, 2011.

SÁ, L.; NETO, J. P. DE S. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O público e o privado**, n. 18, p. 147–163, 2011.

SCHLITTLER, M. C. No Crime e na Medida: uma etnografia do Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto do Salesianos de São Carlos. **Dissertação (Mestrado) – Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”**, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **ER Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SCOTT, J. GÊNERO: AINDA É UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE? **Albuquerque: Revista De História**, v. 13, n. 26, p. 177–186, 2021.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19–54, 2007.

SEVERO, R. G.; WELLER, W.; ARAÚJO, G. C. Jovens de direita e extrema-direita :

posicionamentos políticos no ensino médio. **Linhas Críticas**, v. 27, n. Julho, p. 01–24, 2021.

SILVA, M.; CHIARELLI, C. “Machos Alfas”: Masculinidades Hegemônicas 1 Males Alphas: Masculinities Hegemonics. **São Cristóvão (SE)**, v. 4, n. 1, p. 8–22, 2021.

SINHORETTO, J.; MORAIS, D. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudios Sociales**, n. 64, p. 15–26, 2018.

TELLES, V. Pobreza e cidadania Dilemas do Brasil contemporâneo. **Cadernos CRH**, 1993.

TELLES, V. D. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173–191, 2007.

THOMPSON, E. **A Formação da Classe Operária Inglesa I**. Rio de Janeiro Paz e Terra, , 1987.

THURLER, D.; MEDRADO, B. Masculinidades contemporâneas em disputa. **Preiódicus**, v. 13, n. 1, 2020.

VELHO, G. O observador participante. In: **Sociedade de Esquina**. [s.l.] Zahar, 1967.

VELHO, G. Individualismo e Cultrua. In: **Observando o familiar**. São Paulo: Zahar, 1981.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79–116, 2011.

VIGOYA, M. V. **As cores da masculinidade: Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

VINUTO, J. “ Todo mundo aqui é tratado do jeito que merece ”: suspeição generalizada e naturalização da privação de liberdade de adolescentes negros. v. 39, p. 1–18, 2024.

VINUTO, J.; BUGNON, G. Superlotação no sistema socioeducativo: uma análise sociológica sobre normativas e disputas no Brasil e na França. **Sociologias**, v. 23, n. 58, p. 106–137, 2021.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora Reavan, 2003.

WEBER, M. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino : dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, p. 460–482, 2001.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3–17, 1999.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Editora brasiliense, 2000.

ZANCHIN, C. R. Os diversos olhares na construção das Medidas Socioeducativas no

Município de São Carlos/SP. Dissertação (Mestrado) – Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.